



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2014**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010; da DN TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e da Portaria-TCU nº 175, de 9 de julho de 2013.

---

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2014**

**Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina**

<http://www.dpf.gov.br>

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº 4.744, Bairro Agrônômica - CEP:88025-255 - Florianópolis - SC  
Fone: (48) 3281-6501

**Superintendente Regional**  
CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

**Substituto eventual do Superintendente Regional**  
PAULO CÉSAR BARCELOS CASSIANO JÚNIOR

**Chefes de Delegacias Regionais**

PAULO CÉSAR BARCELOS CASSIANO JÚNIOR – Chefe da DREX  
RICARDO DOTTORI GASPAR – Chefe da DRCOR

**Chefes de Delegacias Especializadas**

FERNANDO AMARO DE MORAES CAIERON - Chefe da DELEMIG  
FERNANDO MALHEIRO STEMPNIEWSKI – Chefe da DELEAQ  
ELVER LAGES DE MELO - Chefe da DELESP  
HELIO SANTANNA E SILVA JUNIOR – Chefe da DELEPAT  
MARA TOLEDO PIZA BAIOCCHI SANT'ANNA – Chefe da DELEPREV  
GUSTAVO EMILIO TREVIZAN MOCHI - Chefe da DRE  
CLARISSA CASSOL DALMOLIN MALAFAIA – Chefe da DELEFAZ  
ROBERTO DE OLIVEIRA CARDOSO - Chefe da DELINST  
MARCELO PINTO DA COSTA – Chefe da DELEMAPH  
CHRISTIAN LUZ BARTH – Chefe da DELEFIN

**Chefes de Delegacias Descentralizadas**

LUCIANO EDUARDO RAIZER - Chefe da DPF/IJI/SC  
ALCIR AMARAL TEIXEIRA- DPF/JVE/SC  
ALEXANDRE EUSTAQUIO PERPETUO BRAGA - DPF/DCQ/SC  
OSCAR BIFFI – DPF/XAP/SC  
JOSE ELOI WERNER JUNIOR – DPF/LGE/SC  
NELSON LUIZ CONFORTIN NAPP – DPF/CCM/SC

**Chefes de Setores**

MIRIAN KRUSE DOS SANTOS - Chefe do SELOG  
ALEXANDERS TADEU DAS NEVES BELARMINO - Chefe do SETEC  
LÉA FERNANDA DE ASSIS PETERS - Chefe do SRH

---

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AC	Acre
AFIS	Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANP	Academia Nacional de Polícia
AP	Amapá
APF	Agente de Polícia Federal
BA	Bahia
CAPPCE	Cursos de Aperfeiçoamento Profissional para Progressão à Classe Especial
CE	Ceará
CEPSUL	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul
CESPORTOS	Comissão Estadual de Segurança Pública de Portos, Terminais e Vias Navegáveis
CGCI	Coordenação-Geral de Cooperação Internacional
CGPRE	Coordenação-Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes
CGTI	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CNV	Carteira Nacional de Vigilante
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças e Contabilidade
COR	Corregedoria Regional de Polícia Federal
CPGF	Cartão de Crédito Corporativo
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CRIS	Centro Regional de Inteligência de Sinais
CS	Comunicação Social
CS	Comunicação Social
CTI	Coordenação de Tecnologia da Informação
DEA	Divisão de Engenharia e Arquitetura
DELEAQ	Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos
DELEFAZ	Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEFIN	Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros
DELEMAPH	Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico
DELEMIG	Delegacia de Polícia de Migração
DELEPAT	Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas
DELEPREV	Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP	Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELINST	Delegacia de Defesa Institucional
DF	Distrito Federal
DG	Diretor-Geral
DITEC	Diretoria Técnico-Científica
DLOG	Diretoria de Administração e Logística Policial
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPF	Delegado de Polícia Federal

---

DPF/CCM/SC	Delegacia de Polícia Federal em Criciúma/SC
DPF/DCQ/SC	Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC
DPF/IJI/SC	Delegacia de Polícia Federal Itajaí/SC
DPF/JVE/SC	Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC
DPF/LGE/SC	Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC
DPF/XAP/SC	Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC
DRCOR	Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DRE	Delegacia de Repressão a Drogas
DREX	Delegacia Regional Executiva
e-LOG	Gestão eletrônica de Administração e Logística
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
EPF	Escrivão de Polícia Federal
e-PROC	Processo eletrônico da Justiça Federal
ES	Espírito Santo
FAB	Força Aérea Brasileira
FATMA	Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente
GAB	Gabinete
GESP	Gestão eletrônica de Segurança Privada
GID	Grupo de Identificação
GO	Goiás
GPI	Grupo de Pronto Intervenção
GTED	Grupo Técnico de Edificações
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança
INI	Instituto Nacional de Identificação
INTERPOL	International Criminal Police Organization
IPL	Inquérito Policial
IPO	Índice de Produtividade Operacional
ISPCODE	International Ship and Port Facility Security Code
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MA	Maranhão
MDMA	Metilendioximetanfetamina
MG	Minas Gerais
MJ	Ministério da Justiça
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NAD	Núcleo de Administração
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NEOF	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NEPOM	Núcleos de Polícia Marítima
NIP	Núcleo de Inteligência Policial

---

NO	Núcleo de Operações
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCART	Núcleo Cartorário
NUCOR	Núcleo de Correições
NUDIS	Núcleo de Disciplina
OCI	Órgão de controle Interno
PA	Pará
PAD	Procedimento Administrativo Disciplinar
PAI	Processo Administrativo de Infração
PB	Paraíba
PCF	Perito Criminal Federal
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMA	Plano de Metas Anual
PPF	Papiloscopista de Polícia Federal
PR	Paraná
PROMASP	Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro
RAP	Restos a pagar
RG	Relatório de Gestão
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RNEAD	Rede Nacional de Ensino à Distância
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SE	Sergipe
SECONT	Serviço de Contabilidade
SELOG	Setor de Administração e Logística Policial
SERPRO	Serviço de Processamento de Dados
SETEC	Setor Técnico Científico
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPRO	Sistema de Acompanhamento de Processos
SIAR	Sistema de Informações de Arrecadação
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses do Governo Federal
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SINCRE	Sistema Nacional de Registro de Estrangeiros
SINIC	Sistema Nacional de Informação Criminal

---

SINPA	Sistema Nacional de Passaporte
SINPI	Sistema Nacional de Procurados e Impedidos
SINPRO	Sistema Nacional de Procedimentos Cartorários
SIPROQUIM	Sistema de Controle dos Produtos Químicos
SISCART	Sistema Cartorário
SISGER	Sistema de Gerenciamento
SISPOL	Sistema de Informações Policiais
SP	São Paulo
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SR	Superintendente Regional
SR/DPF/SC	Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina
SRH	Setor de Recursos Humanos
STI	Sistema de Trânsito Internacional
T&D	Treinamento e Desenvolvimento
TCU	Tribunal de Contas da União
TETRAPOL	Sistema de comunicação de rádio
THC	Tetraidrocanabinol
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VTR	Viatura

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA I - ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	15
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I - TOTAL DE SERVIDORES POLICIAIS.....	21
------------------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ .....	14
QUADRO II - DESCRIÇÃO E PRODUTOS DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UJ .....	18
QUADRO III - QUANTITATIVO DE SERVIDORES POLICIAIS / DELEGACIAS ESPECIALIZADAS .....	20
QUADRO IV - INQUÉRITOS POLICIAIS - DELEFAZ .....	22
QUADRO V - INQUÉRITOS POLICIAIS - DRE.....	23
QUADRO VI - APREENSÃO DE DROGAS .....	23
QUADRO VII - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEMAPH.....	24
QUADRO VIII - INQUÉRITOS POLICIAIS - DELEPAT.....	25
QUADRO IX - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEPREV .....	25

---

QUADRO X - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEFIN.....	26
QUADRO XI - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELINST.....	26
QUADRO XII - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DELESP.....	27
QUADRO XIII- CONTROLE DE ARMAS.....	28
QUADRO XIV - CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS.....	29
QUADRO XV - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DELEMIG.....	29
QUADRO XVI – FLAGRANTES E PRISÕES.....	31
QUADRO XVII – PATRULHAMENTO E APOIO OPERACIONAL.....	31
QUADRO XVIII – SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA.....	31
QUADRO XIX – OPERAÇÕES POLICIAIS.....	32
QUADRO XX– ATIVIDADES DE SUPORTE OPERACIONAL.....	33
QUADRO XXI – TREINAMENTOS PARA SUPORTE OPERACIONAL.....	34
QUADRO XXII– DESCRIÇÃO E PRODUTOS DOS MACROPROCESSOS DE APOIO DA UJ.....	35
QUADRO XXIII– ATIVIDADES POLICIAIS.....	37
QUADRO XXIV– CREDENCIAIS DE ACESSO.....	37
QUADRO XXV– INTERPOL.....	38
QUADRO XXVI – ATIVIDADE PERICIAL.....	38
QUADRO XXVII– ATIVIDADES PAPIOSCÓPICAS.....	41
QUADRO XXVIII– NOTÍCIAS CRIME.....	42
QUADRO XXIX– TOTAL DE INQUÉRITOS.....	42
QUADRO XXX– TOTAL DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS.....	43
QUADRO XXXI– TOTAL DE REGISTROS ESPECIAIS.....	43
QUADRO XXXII– PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES.....	43
QUADRO XXXIII – ACIDENTES DE TRABALHO.....	43
QUADRO XXXIV – CORREIÇÕES ORDINÁRIAS.....	43
QUADRO XXXV– COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.....	45
QUADRO XXXVI– COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.....	45
QUADRO XXXVII– PROTOCOLO.....	46
QUADRO XXXVIII– CONTROLE DE VIATURAS.....	46
QUADRO XXXIX– GASTOS GERAIS.....	47
QUADRO XL- ARRECADAÇÃO SIAR.....	48
QUADRO XLI– CONSUMO DE ENERGIA.....	48
QUADRO XLII– ATENDIMENTOS A USUÁRIOS.....	48
QUADRO XLIII– ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	49
QUADRO XLIV– QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS POR PRESTADOR DE SERVIÇO.....	49
QUADRO XLV- CONTRATOS DE TELEFONIA POR PRESTADOR DE SERVIÇO.....	50
QUADRO XLVI– QUANTIDADE DE SERVIDORES.....	50
QUADRO XLVII– QUANTIDADE DE AFASTAMENTOS.....	50
QUADRO XLVIII–ROTATIVIDADE DO QUADRO DE SERVIDORES.....	51
QUADRO XLIX– TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES.....	51
QUADRO L– ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CS.....	52



QUADRO LI- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	54
QUADRO LII- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	55
QUADRO LIII- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	55
QUADRO LIV- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	56
QUADRO LV- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS .....	57
QUADRO LVI– IPO EXERCÍCIO DE 2013 (EM ORDEM DECRESCENTE).....	59
QUADRO LVII– VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO IPO / ORGANIZADAS EM GRUPOS TEMÁTICOS .....	60
QUADRO LVIII- DADOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (POLÍCIA INVESTIGATIVA) .....	61
QUADRO LIX- DADOS GEOGRÁFICOS .....	62
QUADRO LX- DADOS DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (POLÍCIA ADMINISTRATIVA).....	63
QUADRO LXI - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	65
QUADRO LXII– PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS .....	68
QUADRO LXIII– MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	69
QUADRO LXIV- QUADRO DE DETALHAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO POR PROGRAMA E PROJETO ATIVIDADE.....	69
QUADRO LXV- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	70
QUADRO LXVI– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	71
QUADRO LXVII– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	73
QUADRO LXVIII– TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	73
QUADRO LXIX– QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS.....	74
QUADRO LXX - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....	75
QUADRO LXXI– DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR .....	75
QUADRO LXXII- PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF) .....	76
QUADRO LXXIII- FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013.....	77
QUADRO LXXIV - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ .....	77
QUADRO LXXV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2013 .....	78
QUADRO LXXVI- QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO EM 31/12/2013.....	79
QUADRO LXXVII- QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12/2013.....	79
QUADRO LXXVIII- CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES .....	80
QUADRO LXXIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO EM 31/12/2013.....	81
QUADRO LXXX- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	81
QUADRO LXXXI- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	82
QUADRO LXXXII- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	83
QUADRO LXXXIII– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	84
QUADRO LXXXIV– DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	84
QUADRO LXXXV- DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ ..	85

---

QUADRO LXXXVI- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS .....	86
QUADRO LXXXVII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	86
QUADRO LXXXVIII- CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	88

### **LISTA DE IMAGENS**

IMAGEM I– DECLARAÇÃO DA CHEFE DA SELOG.....	91
IMAGEM II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR – COM RESSALVAS .....	94
IMAGEM III – DECLARAÇÃO DO CONTADOR – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS .....	95

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	14
1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade.....	14
1.3 Organograma funcional.....	15
1.4 Introdução.....	16
1.5 Macroprocessos finalísticos.....	17
1.5.1 Identificação dos macroprocessos finalísticos.....	18
1.5.2 Atividades desenvolvidas nos macroprocessos finalísticos.....	19
1.5.2.1 Introdução.....	19
1.5.2.2 Macroprocesso Investigação Criminal.....	22
1.5.2.2.1 Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ (subordinada à DRCOR).....	22
1.5.2.2.2 Delegacia de Repressão a Drogas – DRE (subordinada à DRCOR).....	23
1.5.2.2.3 Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH (subordinada à DRCOR).....	24
1.5.2.2.4 Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT (subordinada à DRCOR).....	25
1.5.2.2.5 Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV (subordinada à DRCOR).....	25
1.5.2.2.6 Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN (subordinada à DRCOR).....	26
1.5.2.3 Macroprocesso de Segurança de Pessoas.....	26
1.5.2.3.1 Delegacia de Defesa Institucional – DELINST (subordinada à DRCOR).....	26
1.5.2.4 Macroprocesso de Controle de Segurança Privada.....	27
1.5.2.4.1 Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP (subordinada à DREX).....	27
1.5.2.4.2 Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ (subordinada à DREX).....	28
1.5.2.5 Macroprocesso de Controle Migratório.....	29
1.5.2.5.1 Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG (subordinada à DREX).....	29
1.5.2.6 Macroprocesso de Segurança de Portos e Aeroportos.....	30
1.5.2.6.1 Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG (subordinada à DREX).....	31
1.5.2.6.2 Núcleos de Polícia Marítima – NEPOM (subordinado à DREX).....	31
1.5.2.7 Macroprocesso de Suporte Operacional.....	33
1.5.2.7.1 Núcleo de Operações – NO e Grupo de Pronto Intervenção – GPI (subordinados à DREX).....	33
1.6 Macroprocessos de apoio.....	34
1.6.1 Identificação dos macroprocessos de apoio.....	34
1.6.2 Atividades desenvolvidas nos macroprocessos de apoio.....	36
1.6.2.1 Comentário Inicial.....	36
1.6.2.2 Macroprocessos de Inteligência Policial e de Cooperação Internacional.....	37
1.6.2.2.1 Núcleo de Inteligência Policial – NIP (subordinado ao SR).....	37
1.6.2.3 Macroprocesso de Criminalística.....	38
1.6.2.3.1 Setor Técnico-Científico - SETEC.....	38
1.6.2.4 Macroprocessos de Identificação Criminal e de Identificação Civil.....	40
1.6.2.4.1 Grupo de identificação – GID (subordinado à DREX).....	41
1.6.2.5 Macroprocesso de Correição e Controles Internos.....	42
1.6.2.5.1 Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR.....	42
1.6.2.6 Macroprocesso de Logística e Macroprocesso de Gestão de Obras e Edificações.....	45
1.6.2.6.1 Setor de Administração e Logística Policial - SELOG.....	45
1.6.2.7 Macroprocesso de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil.....	47
1.6.2.7.1 Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF (subordinado ao SELOG).....	47
1.6.2.8 Macroprocesso de Gestão de Tecnologia da Informação.....	48
1.6.2.8.1 Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI (subordinado ao SR).....	48
1.6.2.9 Macroprocesso de Gestão de Pessoas e Macroprocesso de Gestão do Conhecimento.....	50
1.6.2.9.1 Setor de Recursos Humanos - SRH.....	50
1.6.2.10 Macroprocesso de Comunicação Institucional.....	52

1.6.2.10.1	Unidade de Comunicação Social – CS (subordinada ao SR).....	52
1.6.2.11	Macroprocessos de Gestão Organizacional e Estratégica, de Gestão de Parcerias e de Convênios e de Auditoria Interna e Externa.....	52
1.7	Principais Parceiros .....	53
2	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	53
2.1	Planejamento da UJ.....	53
2.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	53
2.2.1	Ações/Subtítulos - OFSS .....	54
2.3	Informações sobre resultados da gestão.....	59
3	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	65
3.1	Estrutura de Governança.....	65
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	65
3.3	Sistema de Correição.....	67
3.4	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	67
3.5	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	67
4	TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	68
4.1	Execução das despesas .....	68
4.1.1	Programação .....	68
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	69
4.1.3	Realização da Despesa.....	70
4.2	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	73
4.2.1	Análise Crítica .....	73
4.3	Transferências de Recursos.....	73
4.3.1	Análise Crítica .....	74
4.4	Suprimento de Fundos.....	75
4.4.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	75
4.4.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	75
4.4.3	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos .....	76
4.4.4	Análise Crítica .....	76
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	77
5.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	77
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	77
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	78
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	80
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	81
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	81
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	81
5.2.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	82
5.2.3	Composição do Quadro de Estagiários .....	83
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO .....	83
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	83
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	84
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	84
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional .....	84
6.2.3	Análise Crítica .....	85
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	85
6.3.1	Análise Crítica .....	86
7	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	86
7.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	86
7.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	88
8	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	89

---

8.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	89
8.1.1	Deliberações do TCU atendidas pela UJ no exercício .....	89
8.2	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	90
8.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	90
8.2.2	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário .....	90
8.3	Alimentação SIASG E SICONV .....	91
9	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	92
9.1	Relacionamento com a sociedade .....	92
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	92
10.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	92
10.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	93
10.2.1	Declaração com Ressalva .....	93
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	96
12	ANEXOS .....	97

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina			
Denominação Abreviada: Superintendência de Polícia Federal em Santa Catarina			
Código SIORG: 001157	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200370
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.394.494/0039-09	
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(048) 3281-6502	(048) 3281-6501	(048) 3281-6600
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:gab.srsc@dpf.gov.br">gab.srsc@dpf.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Paschoal Apóstolo Pftsica, nº 4744, CEP 88025-255, Bairro Agrônômica, Florianópolis/SC			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 56.510, de 28 de junho de 1965;</li> <li>- Decreto nº 70.665, de 2 de junho de 1972;</li> <li>- Decreto nº 73.332, de 19 de dezembro de 1973;</li> <li>- Portaria nº 39/DG/75, de 18 e março de 1975. Transforma Divisão em Superintendência Regional.</li> <li>- FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18 de fevereiro de 1997.</li> </ul>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.</li> <li>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30 de dezembro de 2011, que aprova o Regimento Interno.</li> <li>- Instrução Normativa nº 13/DG/DPF, de 15 de junho de 2005, alterada pela Instrução Normativa nº 39/DG/DPF, de 5 de outubro de 2010.</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

### 1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44,

tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências Regionais e Delegacias.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.

### 1.3 Organograma funcional

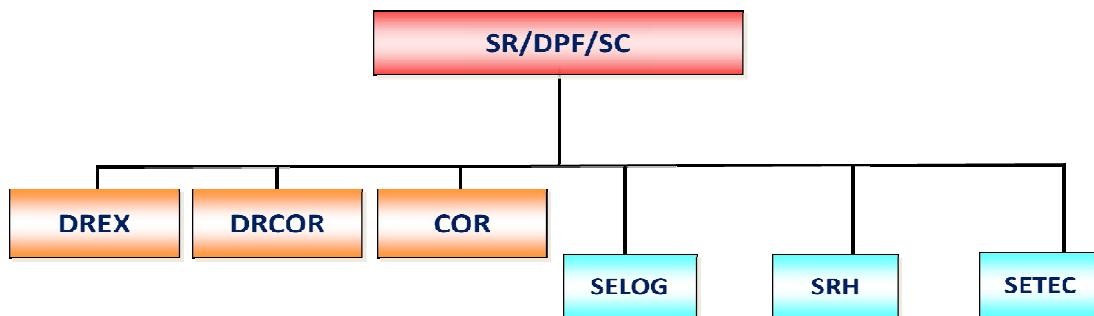


FIGURA I - ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

- **Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina – SR/DPF/SC**

Promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal, no âmbito de sua área de competência, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

- **Delegacia Regional Executiva – DREX e Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR**

Planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o disposto no art. 35 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

- **Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR**

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal, conforme o definido no art. 14 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

- **Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, Setor de Recursos Humanos – SRH e Setor Técnico-Científico – SETEC**

Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o definido no art. 24 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

---

---

## 1.4 Introdução

---

---

O presente Relatório de Gestão - RG tem por objetivo apresentar o desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina - SR/DPF/SC no ano de 2013, conforme orientações contidas na Portaria-TCU nº 175, de 9 de julho de 2013.

O relatório está estruturado de forma sequencial, obedecendo aos itens relacionados na DN-TCU nº 127, de 15 de maio 2013, constando as informações gerais de identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ, planejamento e gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração do Contador.

Destaque-se a exclusão integral da parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15/05/2013, que trata da Gestão de Tecnologia da Informação - TI, cujas Políticas de Governança institucionais e o Planejamento Estratégico, estão sob responsabilidade da gestão central do Departamento. Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter meramente tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização. Em face disto, o Quadro A.7.1 será preenchido unicamente pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI do DPF, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área.

Com o objetivo de alcançar o patamar de confiabilidade e respeito já existente na área de Polícia Judiciária da União e prestar com eficiência e efetividade os diversos serviços disponíveis à população, a estrutura orgânica do DPF foi recentemente alterada e encontra-se regulamentada pela Portaria Ministerial nº. 2.877/2011, de 30/12/2011, publicada em 02 de janeiro de 2012.

No referido normativo, a estrutura da Polícia Federal é apresentada em duas grandes áreas: a de Polícia Judiciária da União e a de Polícia Administrativa. Esta nova estrutura vem permitindo uma maior especialização na prestação dos mais de 40 serviços oferecidos a população, desvinculando as atividades administrativas da área criminal.

A título de exemplo desses serviços, pode-se destacar os procedimentos para localização de pessoas, adoção internacional, emissão de antecedentes criminais, da carteira de identidade de estrangeiros, de documentos de viagens, do cadastramento, controle e fiscalização das atividades de empresas e dos profissionais de segurança privada, e do comércio e produção de produtos químicos, dentre outros.

Na área investigativa, o ano de 2013 superou o anterior nos aspectos quantidade e qualidade. Ocorreram operações de grande monta e um incremento considerável nas apreensões de drogas no Estado, conforme dados apresentados nos quadros deste relatório.

A fim de contextualizar a compatibilidade da gestão orçamentária com as atividades desta UJ é fundamental descrever a estrutura física da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina.

Atualmente existem 7 (sete) Unidades Operacionais – a sede, em Florianópolis – e 6 (seis) descentralizadas: Delegacia de Polícia Federal em Lages (DPF/LGE/SC), Delegacia de Polícia Federal em Chapecó (DPF/XAP/SC), Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira (DPF/DCQ/SC),



---

Delegacia de Polícia Federal em Itajaí (DPF/IJI/SC), Delegacia de Polícia Federal em Criciúma (DPF/CCM/SC) e Delegacia de Polícia Federal em Joinville (DPF/JVE/SC).

A Polícia Federal também conta com três unidades de Policiamento Marítimo no Estado, localizadas nas cidades de Florianópolis, Itajaí e Joinville. Em suas atividades mais frequentes estão: patrulhamento costeiro; policiamento portuário; desembarço de navios mercantes; imigração de estrangeiros dos navios de turismo; policiamento nas áreas de fundeio; patrulhamento nas áreas de proteção ambiental, operações de combate da extração ilegal de areia em leito de rio (dragagem irregular); operações conjuntas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Marinha do Brasil.

O Estado de Santa Catarina possui localização estratégica na Região Sul do País, posicionado entre o Estado do Paraná e o Rio Grande do Sul, faz fronteira com a Argentina e conta com extenso litoral de grande potencial turístico e comercial. Estas características refletem o expressivo movimento de passageiros estrangeiros no Aeroporto Internacional – Hercílio Luz e no Porto de Imbituba, aonde são registradas e fiscalizadas embarcações (navios de carga, veleiros e navios de cruzeiro internacional). Além do grande número de entrada e saída de nacionais e estrangeiros pela fronteira seca, em Dionísio Cerqueira/SC.

A população atual de Santa Catarina está estimada em aproximadamente 6.240.000 (seis milhões e duzentos e quarenta mil) habitantes com a maior concentração populacional na região da grande Florianópolis e nas cidades de Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Lages e Itajaí, cidades onde se encontram algumas das descentralizadas da UJ. A área territorial do Estado é de 95.703 (noventa e cinco mil e setecentos e três) km<sup>2</sup>, distribuídos entre 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios. (dados de 2010, colhidos no site do IBGE)

O território do Estado ainda contém 14 unidades de conservação federais, totalizando uma área de 319.255 ha e 20 reservas indígenas em 562 Km<sup>2</sup>, composta por 3 grupos indígenas e população aproximada de 60.750 indígenas (Censo de 2000 - IBGE)

Por outro lado, repetiram-se as restrições orçamentárias do Governo Federal que inviabilizaram as ações de Apoio Administrativo, principalmente nas metas de melhoria das condições prediais da sede da UJ e das Delegacias do interior do Estado, além do desenvolvimento dos projetos das novas obras visando aumentar a segurança e o bem-estar dos servidores, dos colaboradores e da população que se utiliza diariamente dos serviços da Polícia Federal, melhorando o controle de acesso nas instalações das referidas unidades, além de garantir a confiabilidade dos itens de segurança.

Por fim, cumpre destacar que os subtítulos e quadros não relacionados nos capítulos que compõem este Relatório de Gestão não se aplicam à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina.

---

## **1.5 Macroprocessos finalísticos**

---

A Polícia Federal, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados alinhem-se, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013.

### 1.5.1 Identificação dos macroprocessos finalísticos

#### QUADRO II - DESCRIÇÃO E PRODUTOS DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UJ

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO/PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA RESPONSÁVEL
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.	DRCOR (DELEFAZ, DRE, DELEMAPH, DELEPAT, DELEPREV e DELEFIN)
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	DRCOR (DELINST)
Controle de Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.	DREX (DELESP)
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.	DREX (DELEAQ)
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações	DREX (DELEAQ)

	pertinentes.	
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.	DREX (DELEMIG E NEPOM)
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.	DREX (DELEMIG e NEPOM)
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.	DREX (NO E GID)

Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

## 1.5.2 Atividades desenvolvidas nos macroprocessos finalísticos

As atividades desenvolvidas nos macroprocessos finalísticos, pelas unidades centralizadas e descentralizadas vinculadas à Unidade Jurisdicionada, figuram neste relatório agrupadas por macroprocesso e encontram-se apresentadas nos subitens 1.5.2.1 a 1.5.2.8.1, abaixo.

### 1.5.2.1 Introdução

O ano de 2013 foi bastante adverso para execução dos macroprocessos finalísticos. Durante o primeiro semestre houve uma queda abrupta na produção operacional em todo o âmbito da SR/DPF/SC, decorrente do clima de insatisfação que tomou conta dos servidores policiais, que retornaram de um longo movimento grevista sem o atendimento dos seus pleitos. Além disso, a SR/DPF/SC viveu um período de interinidade mais longo que o desejado, em razão da saída simultânea do Superintendente Regional e de seu Substituto Eventual (Delegado Regional Executivo), gerando um grande acúmulo de funções para o gestor dos macroprocessos finalísticos e, em especial, total comprometimento dos trabalhos de coordenação, apoio e acompanhamento das operações especiais de polícia judiciária.

A partir da assunção da nova Administração, seguiu-se um natural período de transição e ajustes com a reestruturação de serviços, encerramento das atividades da delegacia de dia, substituição de chefias e relocação de servidores. Após tal fase de adaptação, a área operacional voltou a funcionar dentro da normalidade, encerrando o segundo semestre com várias operações em curso e a deflagração de quatro grandes operações (Tetis, Baco, Caduceu e Monte Alegre), nos meses, de novembro e dezembro, além de outras de menor envergadura.

As maiores dificuldades enfrentadas na área operacional, durante o ano de 2013, foram:

- a) carência de servidores (em 2013, a SR/DPF/SC perdeu 41 (quarenta e um) servidores, em razão de aposentadorias e transferências, recebendo apenas 34 (trinta e quatro) servidores da ANP e outras unidades. Esse esvaziamento tem sido constante nos últimos anos. Destaque-se que vários servidores ainda na ativa, já possuem tempo de serviço que lhes garanta a aposentadoria);

- b) envelhecimento do quadro de pessoal, em especial, na SR/DPF/SC e Delegacias em Itajaí e Joinville (a gestão para minorar os efeitos encontra-se a cargo da respectiva Unidade Central de Coordenação);
- c) maior rigor de parte do Poder Judiciário na concessão de medidas cautelares;
- d) desestímulo do corpo funcional para atuação na área operacional, que exige intensa dedicação e jornada estendida;
- e) desvios de função, em razão da necessidade de ser suprida a falta crônica de servidores administrativos;
- f) comprometimento de parte significativa do quadro funcional para realização de missões de longa duração em outras localidades, determinadas pelo órgão central.

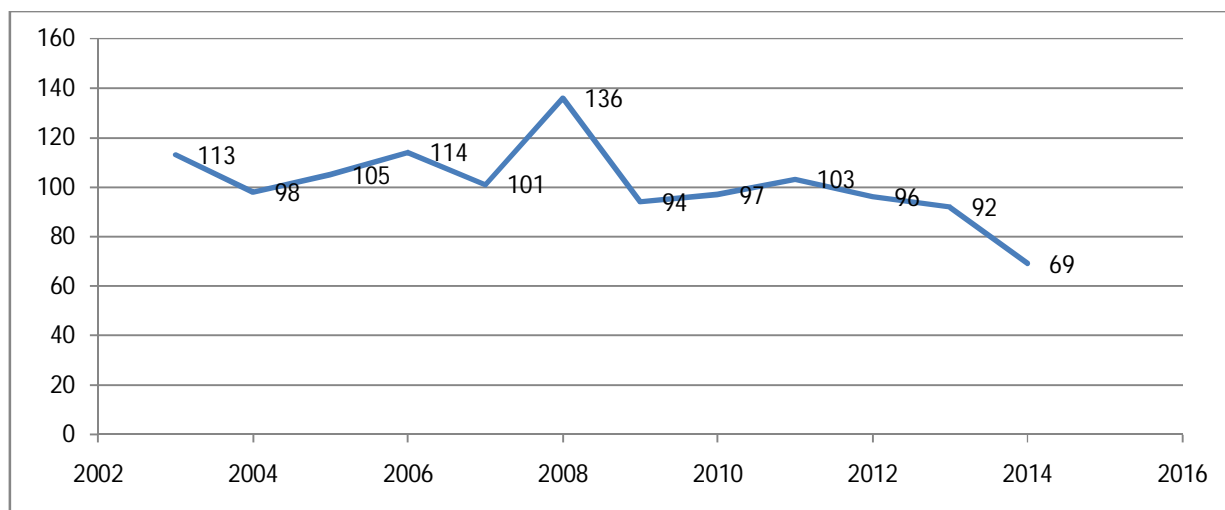
Para melhor esclarecimento da perda de efetivo nas delegacias operacionais da SR/DPF/SC, seguem os gráficos demonstrativos extraídos do SISGER, que informam o total de servidores que estiveram lotados nas respectivas unidades durante cada ano, no último decênio:

**QUADRO III - QUANTITATIVO DE SERVIDORES POLICIAIS / DELEGACIAS ESPECIALIZADAS**

ANO	DRE	DELEFAZ	DELEPREV	DELEMAPH	DELINST	DELEFIN	DELEPAT	Total
2003	32	39	17	5	16	0	4	113
2004	33	25	14	7	13	0	6	98
2005	34	21	16	10	17	0	7	105
2006	34	20	18	10	21	0	11	114
2007	31	20	13	13	12	0	12	101
2008	30	27	21	20	18	0	20	136
2009	22	18	14	15	13	0	12	94
2010	23	18	15	20	10	0	11	97
2011	21	22	21	17	11	0	11	103
2012	18	19	16	19	8	8	8	96
2013	15	16	17	14	10	13	7	92
2014	13	12	11	10	8	13	2	69

Fonte: SRH/SR/DPF/SC

**GRÁFICO I - TOTAL DE SERVIDORES POLICIAIS**



Pelas mesmas razões acima expostas, a atuação na área de polícia judiciária também foi bastante afetada durante o ano de 2013, estando em processo de recuperação gradual. A SR/DPF/SC está fechando o ano com um índice de produtividade em torno de 75% (setenta e cinco por cento), em grande parte, decorrente do grande volume de inquéritos instaurados pela Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários – DELEPREV, que está recebendo uma enorme carga represada de expedientes oriundos do INSS, referentes a saques pós-óbito de benefícios previdenciários dos últimos dez anos.

Mesmo diante de um quadro de adversidades, a nova Administração da SR/DPF/SC, após o período inicial de transição e ajustes, concentrou esforços no sentido de atender a área operacional, compensando a falta crônica de servidores no âmbito da DRCOR e Descentralizadas, com o recrutamento de policiais com perfil de analista para apoiar as operações em andamento, resultando em uma melhora expressiva.

Em razão das limitações de efetivo e recursos da SR/DPF/SC foram elencadas prioridades na área operacional, concentrando esforços em áreas específicas, em especial na Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE e Delegacia de Repressão aos Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos – DELEFIN, cujos excelentes resultados alcançados demonstraram o acerto da medida.

Em uma única operação (TETIS) a DELEFIN logrou apreender para o patrimônio público bens e valores orçados em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Por sua vez, a DRE/SR/DPF/SC fechou o ano de 2013 com expressiva apreensão de entorpecentes e prisões de traficantes.

Quanto às demais delegacias subordinadas a DRCOR, procurou-se manter um efetivo mínimo que lhes permitisse o funcionamento básico. Para tanto, fomos forçados a sacrificar o efetivo da DELEPAT, Delegacia que hoje opera apenas um Delegado e um Escrivão.

Mesmo diante das dificuldades de efetivo foi mantida a continuidade da operação Sentinela, em curso na fronteira oeste do estado de Santa Catarina, naturalmente com menores resultados em razão do menor efetivo empregado.

Um dos pontos positivos em 2013 foi a maior aproximação institucional com o Ministério Público Federal de Santa Catarina, por meio de encontros e reuniões de trabalho nas diferentes áreas

operacionais, o que certamente acarretará em melhorias na área operacional e na qualidade do trabalho da SR/DPF/SC e Descentralizadas.

Por fim, imperioso destacar a necessidade de melhora do quadro de pessoal da DRCOR, que além do próprio Chefe conta apenas com uma única servidora (EPF), afastada por graves motivos de saúde desde o ano passado. A substituição da servidora restou prejudicada devido à carência de efetivo reinante nas Delegacias Especializadas subordinadas a DRCOR.

Tal quadro contrasta com o grande aumento da demanda e serviços da unidade, decorrente da última reestruturação orgânica do DPF. Assim, diante de tantas limitações temos, inclusive, sérias dificuldades para prover o acompanhamento e apoio necessários para as Delegacias do interior do Estado, que tanto nos demandam, ainda que não estejam subordinadas à DRCOR.

### **1.5.2.2 Macroprocesso Investigação Criminal**

O macroprocesso de investigação criminal é desempenhado na SR/DPF/SC pelas seguintes Unidades Policiais:

- Delegacias de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
- Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT
- Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV; e
- Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros - DELEFIN.

#### **1.5.2.2.1 Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ (subordinada à DRCOR)**

##### **QUADRO IV - INQUÉRITOS POLICIAIS - DELEFAZ**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	1598	1485	<b>1418</b>
Inquéritos policiais relatados	1517	1456	<b>1448</b>
Inquéritos em andamento	1040	1149	<b>1297</b>
Pessoas indiciadas	1005	569	<b>326</b>

Fonte: SISCART

#### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

A atual chefia da DELEFAZ/SR/DPF/SC passou a responder pela unidade a partir de julho/2013, ocasião em que a maior parte do efetivo estava mobilizada para atuação em grandes eventos (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude).

As demandas de recrutamentos para missões permanentes do DPF e atividades de segurança de dignitários também interferiram nos resultados das operações da DELEFAZ.

Mesmo com todos os afastamentos e o reduzido quadro de servidores, esta Unidade de Polícia Fazendária prestou apoio às delegacias do interior do estado e conduziu operação policial até início de 2014.

Embora esteja contemplado no Plano de Metas do Núcleo de Tecnologia desta SR/DPF/SC, cumpre ressaltar a necessidade de equipamentos com mais recursos para instrução de procedimentos de investigação, tais como impressoras coloridas, acesso à internet livre, além de aparelhos de comunicação. Atualmente os policiais utilizam telefones celulares pessoais nas operações de investigação.

Por fim, observa-se no Quadro V que o número de inquéritos policiais relatados em 2013 foi maior do que os instaurados, atendendo a um dos critérios de produtividade exigidos pela COGER.

### 1.5.2.2.2 Delegacia de Repressão a Drogas – DRE (subordinada à DRCOR)

#### QUADRO V - INQUÉRITOS POLICIAIS - DRE

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	93	128	<b>115</b>
Inquéritos policiais relatados	84	109	<b>84</b>
Inquéritos em andamento	43	54	<b>59</b>
Pessoas indiciadas	151	118	<b>95</b>

Fonte: SISCART

#### QUADRO VI - APREENSÃO DE DROGAS

DROGA APREENDIDA POR TIPO	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Cocaína (kg)	156,50	273,60	<b>1.908,68</b>
Crack (kg)	135,86	574,52	<b>4,67</b>
Maconha (kg)	482,69	956,77	<b>6.703,75</b>
Pasta base (kg)	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Haxixe (kg)	0,00	1,91	<b>0,35</b>
Ecstasy (unidades)	86.679,00	174.114,00	<b>59.493,00</b>
Lsd (unidades)	29.798,00	43.105,00	<b>2.705,00</b>
Lança Perfume (unidades)	2.400,00	7.324,00	<b>5.212,00</b>
Sementes de maconha (kg)	0,00	0,00	<b>0,01</b>

Fonte: Relatórios de Operações Policiais

**1.5.2.2.3 Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH (subordinada à DRCOR)**

**QUADRO VII - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEMAPH**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	260	320	<b>261</b>
Inquéritos policiais relatados	181	299	<b>238</b>
Inquéritos em andamento	233	283	<b>341</b>
Pessoas indiciadas	135	105	<b>104</b>

Fonte: SISCART

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

A DELEMAPH concentrou aproximadamente 25% dos inquéritos policiais em tramitação nesta SR/DPF/SC. A instrução dos procedimentos de investigação em regra depende, além do conhecimento da legislação pertinente, de vistorias de local, análise de licenças ambientais e conhecimentos específicos acerca de temas relacionados ao meio ambiente (botânica, zoologia, química, geologia, geografia etc).

E os representantes do MPF que atuam na área ambiental são profundos conhecedores da matéria e extremamente rigorosos na apreciação das causas, de modo que exigem reiteradas diligências e até demandas para casos que não possuem repercussão na esfera criminal (ofensa ao bem jurídico protegido).

Outro fator que merece destaque relaciona-se com a circunscrição da SR/DPF/SC, que abrange diversas regiões litorâneas consideradas áreas de preservação permanente e de competência da Justiça Federal.

Por outro lado, nos últimos anos, o efetivo de policiais lotados nesta especializada vem sendo reduzido de maneira significativa, quadro que é agravado pelos constantes deslocamentos para as missões permanentes e atuação em grandes eventos. A DELEMAPH, na maior parte do ano de 2013, contou somente com dez policiais (03 DPFs, 03 EPFs e 04 APFs), quadro insuficiente para atender a demanda de trabalho de forma célere e efetiva.

Ainda, é fundamental esclarecer que os inquéritos policiais no Estado de Santa Catarina tramitam de forma eletrônica, o que exige a digitalização de todos os documentos recebidos e elaborados para inclusão no sistema da Justiça Federal. A DELEMAPH, apesar da grande demanda de serviço, não conta com equipamento de digitalização, de modo que para executar esse serviço, os servidores têm de deixar seus postos de trabalho e solicitar a colaboração do NUCART, resultando em morosidade na realização das atividades cartorárias.

Por todo exposto e, considerando que a grande maioria dos inquéritos policiais que tramita na DELEMAPH é de 2012 e 2013, o que resultou em um número de procedimentos instaurados maior do que o de relatados, estes foram instruídos de forma consistente, célere e eficaz.



**1.5.2.2.4 Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT (subordinada à DRCOR)**

**QUADRO VIII - INQUÉRITOS POLICIAIS - DELEPAT**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	26	55	<b>61</b>
Inquéritos policiais relatados	30	44	<b>65</b>
Inquéritos em andamento	13	18	<b>36</b>
Pessoas indiciadas	10	19	<b>29</b>

Fonte: SISCART

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Em face dos baixos índices de criminalidade de atribuição da DELEPAT, esta especializada teve seu efetivo reduzido e seus servidores policiais movimentados para unidades com maior demanda. O objetivo desta ação foi manter um efetivo mínimo nas outras unidades a fim de que se permitisse a continuidade de operações já iniciadas. Isso decorreu em grande parte pela perda de efetivo desta SR/DPF/SC.

A SR/DPF/SC vem mantendo gestões com a Direção Geral do DPF com o objetivo de recompor o efetivo da unidade.

**1.5.2.2.5 Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV (subordinada à DRCOR)**

**QUADRO IX - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEPREV**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	462	419	<b>678</b>
Inquéritos policiais relatados	451	348	<b>569</b>
Inquéritos em andamento	300	330	<b>534</b>
Pessoas indiciadas	304	101	<b>227</b>

Fonte: SISCART

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Os trabalhos e a parceria com a Previdência Social no âmbito da Força Tarefa Previdenciária no Estado de Santa Catarina não alcançaram os resultados esperados. A melhoria dos processos e métodos de controle do INSS (ação exclusiva da Autarquia), uma maior seletividade do que é objeto de requisição por parte do MPF e da Justiça do Trabalho, aliado à falta de especialização dos servidores lotados nesta especializada contribuíram para esse resultado.

O efetivo (3 DPFs, 3 EPFs e 4 APFs) atendeu às demandas, mas sempre com o apoio de pessoal de outras unidades. Registre-se, contudo, que os APFs desta Unidade também foram recrutados por outras especializadas, além de compor escalas de sobreaviso e, eventualmente, do plantão da SR/DPF/SC e do Aeroporto.

Por fim, embora adequados, é necessária uma atualização dos computadores e softwares utilizados, especialmente nas atividades cartorárias para a rotina de alimentação/carregamento dos procedimentos no sistema da Justiça Federal, que tramitam de forma eletrônica.

### **1.5.2.2.6 Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN (subordinada à DRCOR)**

#### **QUADRO X - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEFIN**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	34	101	57
Inquéritos policiais relatados	25	71	73
Inquéritos em andamento	11	38	89
Pessoas indiciadas	47	19	90

Fonte: SISCART

#### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Com base nas informações estatísticas produzidas, é possível observar um considerável acréscimo nos índices de indiciamento no ano de 2013. Esses dados demonstram que a coordenação e execução dos trabalhos investigativos, bem como os investimentos financeiros alocados pelo gestor local nesta Delegacia Especializada atingiram seus objetivos primordiais, que é atribuir autoria e comprovar a materialidade.

Constata-se, ainda, que no curso dos 03 anos analisados, houve um acréscimo no número de investigações e no número de inquéritos relatados, demonstrando que a atividade policial está sendo desenvolvida conforme planejamento para o exercício;

Por fim, é importante destacar que o acréscimo no efetivo da Delegacia no ano de 2013 e o investimento em operações policiais que demandaram o recrutamento de efetivo externo foram fundamentais para obtenção dos resultados.

### **1.5.2.3 Macroprocesso de Segurança de Pessoas**

O Macroprocesso de Segurança de Pessoas é desempenhado na SR/DPF/SC pela Delegacia de Defesa Institucional.

#### **1.5.2.3.1 Delegacia de Defesa Institucional – DELINST (subordinada à DRCOR)**

#### **QUADRO XI - INQUÉRITOS POLICIAIS – DELINST**

PROCEDIMENTO POLICIAL	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	292	437	441
Inquéritos policiais relatados	254	310	480
Inquéritos em andamento	195	339	410
Pessoas indiciadas	160	309	535

Fonte: SISCART

### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

O ano de 2013 manteve a tendência dos últimos anos com incremento nos quantitativos de polícia judiciária. Ressalte-se, porém, que mesmo tendo atendido a todas as requisições de investigação, os recursos humanos e materiais disponíveis não se apresentam na quantidade ideal para atender toda a demanda do Estado de Santa Catarina.

#### **1.5.2.4 Macroprocesso de Controle de Segurança Privada**

O Macroprocesso de Controle de Segurança Privada é desempenhado na SR/DPF/SC pela Delegacia de Controle de Segurança Privada.

##### **1.5.2.4.1 Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP (subordinada à DREX)**

#### **QUADRO XII - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DELESP**

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Carteiras de vigilantes requeridas	5.430	3.232	<b>3.572</b>
Carteiras de vigilantes expedidas	3.251	2.502	<b>3.449</b>
Certificados de vigilantes registrados/expedidos	10.030	10.970	<b>9.991</b>
Certificados de segurança expedidos Empresas/Escolas	83	105	<b>109</b>
Certificados de vistoria expedidos - Veículos	177	152	<b>176</b>
Vistorias Bancárias	1.056	1.040	<b>1.346</b>
Vistorias Empresas	254	283	<b>257</b>
Notificações a Empresas	566	322	<b>321</b>
Autorizações de Atos Constitutivos (SIAR)	81	89	<b>32</b>
Autorizações Transporte Armas e Munições	162	125	<b>130</b>
Registro Arma Empresa de Segurança (SIAR)	0	16	<b>3</b>
Renovação Registro Arma Empresa de Segurança (SIAR)	0	0	<b>246</b>
Autos de Infração	0	0	<b>6</b>
Credenciamento de Instrutores	0	0	<b>32</b>
Alteração de Atos Constitutivos	0	0	<b>13</b>
Compra da armas munições e petrechos	0	0	<b>10</b>
Compra de coletes balísticos	0	0	<b>30</b>
Arrecadação – R\$	1.705.314	1.343.194	<b>1.737.467</b>

Fonte: SISGER e GESP

### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

A fim de racionalizar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis ao desempenho das atividades de polícia administrativa, esta DELESP gerenciou de forma efetiva as necessidades de deslocamentos e viagens de servidores.

Buscou-se distribuir de forma equânime os processos e demais atividades entre os servidores,

o que resultou em um quadro onde não se verifica uma alteração significativa dos dados nos últimos três anos.

O Macroprocesso de Controle de Armas de Fogo e o Macroprocesso de Controle de Precursores Químicos são desempenhados na SR/DPF/SC pela Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos.

#### **1.5.2.4.2 Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ (subordinada à DREX)**

##### **QUADRO XIII– CONTROLE DE ARMAS**

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Registros Emitidos	6.934	13.382	<b>19.433</b>
Registros Renovados	3.841	1.384	<b>4.459</b>
Cadastramentos	6.868	0	<b>0</b>
Armas Novas Registradas	1.490	5.253	<b>10.187</b>
Armas Velhas Registradas	1.538	1.000	<b>8.643</b>
Transferências de Armas	445	282	<b>524</b>
Armas Encaminhadas ao SFPC	140	89	<b>103</b>
Armas Apostiladas no Exército	424	140	<b>386</b>
Armas Entregues da Campanha do Desarmamento	1.199	324	<b>500</b>
Ocorrências de Armas Apreendidas	36	25	<b>41</b>
Ocorrências de Armas Furtadas	695	1.017	<b>1.008</b>
Ocorrências de Armas Perdidas/Extraviadas	222	398	<b>511</b>
Portes Deferidos	1	64	<b>7</b>
Portes Renovados	9	0	<b>0</b>

Fonte: SINARM

#### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Com o objetivo de traçar um panorama geral daquilo que é desenvolvido pelo SINARM, é necessário informar que a Polícia Federal, no âmbito do controle de armas de fogo, foca principalmente no controle das armas adquiridas por cidadãos para uso na categoria defesa pessoal.

Somado à atividade principal, ainda se realiza o cadastramento e o registro das armas dos Órgãos da Segurança Pública *lato sensu* (Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Administração Prisional, Guardas Municipais) e ainda das empresas de segurança privada.

No que se refere às Guardas Municipais, por força do Decreto nº 5.123/2004, ato normativo regulamentador da Lei nº 10.826/2003, cabe à Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça, viabilizar e gerir convênio com o fim de armar as Guardas Municipais.

Da atividade principal de controle de armas, decorrem outras, com caráter precipuamente instrumental, tais como credenciamento de psicólogos, credenciamento de instrutores de armamento e tiro, credenciamento de armeiros, entre outras atividades de cunho administrativo.

Apresentadas sinteticamente as atividades, passa-se a um relato breve das atividades realizadas em 2013, assim como alguns números representativos.

Antes de entrar na análise das tarefas corriqueiras realizadas, aquelas que são a essência desta Unidade, é importante afirmar que no ano de 2013 foram desenvolvidos procedimentos administrativos

relacionados à cassações de registros de arma de fogo, cassações de autorização de porte de arma de fogo, dentre outros tais como instruções de procedimentos disciplinares e de credenciamento de psicólogos, estando este último ainda pendente.

Em relação aos números apresentados na tabela de atividades algumas observações devem ser feitas:

O número total de registros emitidos apresentados diz respeito à Superintendência Regional, dados estes fornecidos pelo SINARM, incluindo os registros emitidos e renovados pelas empresas de segurança privada e órgãos de Segurança Pública.

Quanto aos portes, de 85 pedidos realizados 7 foram expedidos, devendo-se levar em consideração que 2 destes foram deferidos por ordem judicial.

Quanto ao número de armas entregues na Campanha do Desarmamento, as informações têm como fonte o site [www.desarma.mj.gov.br](http://www.desarma.mj.gov.br), devido ao fato deste apresentar maior confiabilidade quando comparado aos números apresentados pelo SINARM, pois a inclusão das informações neste último tem como base os dados do próprio site e, ainda assim, é realizado com certo atraso.

Quanto às armas encaminhadas ao Exército Brasileiro, o número expressivo decorreu do acúmulo de armas armazenadas nesta Superintendência nos últimos anos, questão resolvida a partir de tratativa exitosa entre Superintendência Regional e o Exército Brasileiro no ano de 2013.

#### QUADRO XIV - CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Ordens de missão	22	14	21
Empresas fiscalizadas	69	52	70
Cadastrados aprovados	260	591	97
Licenças renovadas (CLF)	777	771	957
Expedições (emissões) de CRC	314	352	323
Alterações cadastrais	320	232	179
Valores arrecadados – taxas R\$	679.700	677.260	742.550
Valores arrecadados – multas	20.160	23.600	0

Fonte: SIPROQUIM

### 1.5.2.5 Macroprocesso de Controle Migratório

O Macroprocesso de Controle Migratório é desempenhado na SR/DPF/SC pela Delegacia de Polícia de Migração.

#### 1.5.2.5.1 Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG (subordinada à DREX)

#### QUADRO XV - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DELEMIG

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013

Registros de Estrangeiros	3.490	3.741	<b>4.465</b>
Carteiras Estrangeiros Emitidas/expedidas	4.215	3.766	<b>3.896</b>
Prorrogações Turistas	665	748	<b>586</b>
Prorrogações Temporários	463	679	<b>551</b>
Pedidos de Permanência	822	854	<b>1.439</b>
Autos de Infração Expedidos	898	677	<b>889</b>
Notificações p/ Sair do País	324	221	<b>294</b>
Entradas de Estrangeiros / aéreo / terrestre	162.047	164.797	<b>232.090</b>
Saída de Estrangeiros / aéreo / terrestre	157.973	165.528	<b>228.736</b>
Entrada de Estrangeiros e Brasileiros/marítimo	36.300	57.124	<b>71.263</b>
Saída de Estrangeiros e Brasileiros / marítimo	120	210	<b>564</b>
Emissões de Passaportes	77.479	81.015	<b>96.249</b>
Deportações	0	4	<b>0</b>
Expulsões	2	2	<b>0</b>
Repatriações	2	1	<b>0</b>
Inquéritos de expulsão instaurados	9	5	<b>4</b>
Pedidos de naturalização	2	7	<b>7</b>
Pedidos de transformação de visto	109	6	<b>26</b>
Pedidos de Refúgio	0	0	<b>86</b>

Fonte: STI, SINPA, SINCRE, SISCART

### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Em 2013, o número aproximado de estrangeiros que passaram pelo Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz chegou próximo a 300.00 (trezentos mil) contra 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) do ano anterior.

A emissão de passaportes também sofreu um incremento em relação ao exercício anterior. Houve aumento expressivo nos pedidos de permanência decorrentes dos tratados celebrados entre o Brasil e os países do Mercosul e, de igual sorte, os registros de estrangeiros.

Relativamente à movimentação de embarcações no porto de Imbituba-SC, foram registrados os movimentos de 246 embarcações (navios de carga, veleiros e navios de cruzeiro internacional).

Importante registrar que a entrada e saída de estrangeiros são realizadas no sistema STI, com a utilização de computadores portáteis que são levados até as embarcações, garantindo o registro imediato dos atendimentos, bem como pesquisas nos bancos de dados do sistema SINPI.

O processo imigratório, especialmente de cidadãos de nacionalidade haitiana, na unidade de Itajaí/SC, repercutiu no aumento de registro de estrangeiros e carteiras expedidas em relação ao ano anterior. Há que se destacar ainda, quanto a entrada e saída de estrangeiros, que a Unidade apresenta forte demanda, não só por ostentar em sua circunscrição o 2º maior Complexo Portuário do País, mas também pela existência de um aeroporto internacional e o movimento migratório da temporada da navios cruzeiros.

---

### **1.5.2.6 Macroprocesso de Segurança de Portos e Aeroportos**

---

O Macroprocesso de Segurança de Portos e Aeroportos é desempenhado na SR/DPF/SC pelo Núcleo de Polícia Marítima e pela Delegacia de Polícia de Migração.

### 1.5.2.6.1 Delegacia de Polícia de Migração – DELEMIG (subordinada à DREX)

A execução das atividades relacionadas ao Plano Nacional de Segurança dos Aeroportos encontra-se a cargo da DELEMIG e atende às demandas e diretrizes oriundas da Unidade Central do DPF.

### 1.5.2.6.2 Núcleos de Polícia Marítima – NEPOM (subordinado à DREX)

#### QUADRO XVI – FLAGRANTES E PRISÕES

FLAGRANTES	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Flagrantes lavrados	03	6	06 (*)
Presos em flagrante	03	7	06

Fonte: (\*) IPL's 90/2013, 135/2013, 136/2013, 137/2013, 365/2013 e 634/2013 (todos por crime ambiental)

#### QUADRO XVII – PATRULHAMENTO E APOIO OPERACIONAL

POLÍCIAMENTO MARÍTIMO	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Patrulhamento costeiro	15	11	18
Policimento portuário	04	03	13
Mergulho policial (coleta de provas para IPL)	01	00	00
Transporte para atividades periciais (apoio)	01	03	00
Atividades diversas com órgãos parceiros	00	00	02

Fonte: Ordem de Missão Policial e Relatórios de Operação arquivados na secretaria do NEPOM/SC.

#### QUADRO XVIII – SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA

EVENTOS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Reuniões ordinárias da CESPOTOS/SC	12	12	12 (#)
Reuniões extraordinárias para análise de planos segurança ( <i>ispcode</i> )	08	13	13 (#)
Participação em seminário internacional sobre segurança portuária	01	01	01
Intercâmbio internacional sobre segurança portuária	01	01	01
Intercâmbio internacional sobre segurança portuária	01	01	01
Auditorias em portos e terminais portuários	--	--	06
Análise/Aprovação de Avaliação de Risco	--	--	05
Análise/Aprovação de Plano de Segurança	--	--	04

Fonte: (#) Relatórios de Viagens arquivados no NEPOM e Atas da CESPOTOS/SC n°s 119ª a 143ª arquivadas na sede da CESPOTOS/SC.

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

No ano de 2013 o NEPOM/SR/DPF/SC manteve as parcerias com órgãos que atuam em atividades complementares as do NEPOM: Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio e CEPESUL (Itajaí). Além desses, houve aproximação e trabalhos executados com outros órgãos, tais como a FATMA e Ministério da Pesca.

As ações na cidade de Florianópolis no ano de 2013 foram de certa forma prejudicadas por demandas operacionais a nível nacional (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude), e por conta de cursos (Operações em área portuária – Itajaí – e Navegação de longo curso – Rio de Janeiro). Assim, em alguns meses (junho e julho, por exemplo), praticamente todo o efetivo operacional esteve ausente, comprometendo as atividades de fiscalização e patrulhamento costeiro realizadas rotineiramente.

O quadro abaixo expõe as operações realizadas durante o período de 2013, trazendo resumidamente a missão e os órgãos parceiros:

**QUADRO XIX – OPERAÇÕES POLICIAIS**

ANO 2013			
OPERAÇÕES REALIZADAS	PERÍODO	RESUMO E PARCERIAS	RESULTADO IMPACTO FINANCEIRO
Operação Combinada Mar (2012)	Janeiro/2013	Operação preventiva de segurança no mar em conjunto com a Marinha do Brasil e a SSP/SC.	36 embarcações abordadas, 3 autuações e 1 moto aquática apreendida pela Marinha
Operação Divisas	Março/2013	Operação conjunta com vários órgãos de Segurança Pública Federais e Estaduais, para prevenir e reprimir o crime organizado em Santa Catarina, em razão da onda de atentados ocorrida no início do ano no estado. Nesta operação o Nepom de Florianópolis atuou no Porto de Imbituba.	
Operação Temporada Tainha	Abril/2013	Operação realizada com o IBAMA no início da temporada de pesca da tainha, para prevenir/reprimir a pesca ilegal dessa espécie na região de Florianópolis.	8 embarcações abordadas e 1 multa de R\$ 1.400,00 lavrada pelo IBAMA.
Operação Costão	Junho/2013	Operação em conjunto com o IBAMA e o CEPESUL de Itajaí, em cumprimento a solicitação da Procuradoria da República em Florianópolis, para retirada de redes fixas nos costões ao sul da Ilha de Santa Catarina, prática vedada pela legislação ambiental.	8 redes fixas retiradas (aproximadamente 600 metros), juntamente com cabos e âncoras, 1 tartaruga verde (5 kg) libertada e devolvida ao mar e 1 tartaruga de pente (100 kg) libertada e devolvida ao mar.
Operação Copa das Confederações (Rio de Janeiro e Salvador)	Junho/2013	Atividade de segurança marítima durante o evento da Copa das Confederações. O efetivo do Nepom/Florianópolis foi empregado em duas sedes, Rio de Janeiro (3 policiais) e Salvador (1 policial)	
Operação Papa	Julho/2013	Atividade de segurança marítima durante a visita do Papa Francisco durante o evento Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro. O Nepom/Florianópolis participou com 4 policiais.	
Operação Arrasto	Outubro/2013	Operação conjunta com o IBAMA, visando coibir a modalidade de pesca criminosa denominada “Arrasto”, proibida nas baías norte e sul de Florianópolis.	Apreensão de embarcação de pesca, de petrechos de pesca, multas e notificações para 2 pescadores e apreensão de 30 kg de pescado (feitas pelo



			IBAMA).
Operação Cultivo	Novembro/2013	Operação conjunta com a FATMA, para mapear fazendas de cultivo de moluscos no litoral catarinense.	

Fonte: Relatórios de Missão e Relatórios de Operação arquivados na secretaria do NEPOM/SC.

Por fim, no que concerne às ações da CESPRTOS/SC, conforme se observa no quadro específico, houve um incremento significativo das atividades desenvolvidas.

### **1.5.2.7 Macroprocesso de Suporte Operacional**

O Macroprocesso de Suporte Operacional é desempenhado na SR/DPF/SC pelo Núcleo de Operações e pelo Grupo de Pronto Intervenção.

#### **1.5.2.7.1 Núcleo de Operações – NO e Grupo de Pronto Intervenção – GPI (subordinados à DREX)**

##### **QUADRO XX– ATIVIDADES DE SUPORTE OPERACIONAL**

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Ordens de Missão	684	767	<b>883</b>
Intimações Cumpridas	4.567	3.417	<b>2.978</b>
Informações Prestadas	1.734	1.435	<b>1.593</b>
Apoio a Outros Órgãos/ Setores	61	74	<b>142</b>
Mandados de Prisão	46	19	<b>32</b>
Busca e apreensão	144	117	<b>84</b>
Prisão preventiva	79	36	<b>61</b>
Prisão temporária	19	3	<b>6</b>
Prisões em flagrante	121	116	<b>84</b>
Condução Coercitiva	0	0	32

Fonte: Arquivos do NO/SR/DPF/SC

#### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Apesar do efetivo do Núcleo Operacional ter diminuído de 06 para 04 servidores em 2013, concluímos que o setor atendeu a contento a principal demanda determinada pela DREX/SR/DPF/SC: o cumprimento de Mandados de Prisão expedidos pela Justiça Federal de Santa Catarina. Ressalte-se que o Núcleo realiza o ciclo completo em relação aos Mandados de Prisão, desde a localização do procurado até a sua condução ao exame de corpo delito e ao estabelecimento prisional. Além disso, conforme consta no quantitativo acima, o setor muitas vezes auxilia na condução de presos de outros setores e atende a demandas externas de órgãos como Justiça Federal, Ministério Público Federal, IBAMA e outros.

É importante ressaltar que o reduzido efetivo de 04 servidores dificilmente esteve presente em sua totalidade, por conta de férias, licenças, atuação na Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, além de atividades inerentes ao Grupo de Pronto Intervenção (GPI), que conta com integrantes

lotados no NO/SR/DPF/SC.

**QUADRO XXI – TREINAMENTOS PARA SUPORTE OPERACIONAL**

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Treinamentos na SR/DPF/SC e Descentralizadas	69	42	97
Treinamentos para outros órgãos	1	1	---
Número de Policiais Federais treinados	109	57	87
Consumo e fornecimento de munição (diversos calibres)	19.160	13.759	20.328
Consumo de munição menos letal (diversos tipos e calibres)	669	167	75
Acautelamento de armas e equipamentos	25	30	27
Aplicação de testes para porte de arma	73	39	15

Fonte: Planilhas de controle de munições e treinamentos e Controles de acatamentos.

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

No exercício de 2013 as atividades de treinamento em armamento e tiro no interior do estado não foram realizadas em virtude dos cortes orçamentários e das obras realizadas para melhoramento do estande de tiro, inviabilizando o deslocamento dos instrutores do GAT/SR/DPF/SC para as descentralizadas.

Não obstante, permanecem as necessidades de adequações do espaço físico do GAT/SR/DPF/SC que, dentro do possível, serão sanadas para que o estande torne-se operacional novamente, conforme dossiê enviado ao GAB/SR/DPF/SC, mostrando a evolução das obras e do trabalho realizado pelos policiais responsáveis pelo GAT/SR/DPF/SC.

Em 2014 os treinamentos programados pela ANP/DPF serão retomados graças à formação de mais Instrutores de Armamento e Tiro e o final das obras, que hoje nos possibilita a utilização do estande para treinos com fuzil de assalto e submetralhadora, além das armas de porte dos policiais. Vale lembrar que com as novas instalações a frequência de policiais atirando e treinando tem aumentado consideravelmente, não se prendendo apenas ao Treinamento Continuado da Academia Nacional de Polícia.

---



---

**1.6 Macroprocessos de apoio**

---



---

A Polícia Federal, para a consecução de seus objetivos finalísticos, encontra-se suportada por macroprocessos de apoio que auxiliam no planejamento; levantamento, produção e proteção do conhecimento; atividades de polícia científica; correição de procedimentos policiais; formalização de procedimentos administrativos disciplinares; provimento e controle de materiais e equipamentos; gestão orçamentária; gestão e conservação do patrimônio; instrumentação e operação de sistemas informatizados; gestão de pessoal; comunicação institucional; gestão organizacional e estratégica; formalização de parcerias e convênios; e no atendimento de demandas de órgãos de controle e de auditoria.

---



---

**1.6.1 Identificação dos macroprocessos de apoio**

---



---

**QUADRO XXII– DESCRIÇÃO E PRODUTOS DOS MACROPROCESSOS de apoio da UJ**

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO/PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA RESPONSÁVEL
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.	SR (NIP)
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.	SR (NIP)
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	SETEC
Identificação Criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.	DREX (GID)
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.	DREX (GID)
Correição e Controles internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária.	COR
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.	SELOG
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.	SELOG
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional.	SELOG (NEOF)

	Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.	
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.	SR (NTI)
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.	SRH
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.	SRH
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.	SR (CS)
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.	SR (GAB)
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.	SR (GAB)
Auditoria Interna e Externa	Consiste no atendimento de demandas e recomendações provenientes das atividades de controle e fiscalização exercidas pelos Órgãos de Auditoria Interna e Externa, como Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).	SR (GAB)

Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

## 1.6.2 Atividades desenvolvidas nos macroprocessos de apoio

As atividades desenvolvidas nos macroprocessos de apoio, pelas unidades centralizadas e descentralizadas vinculadas à Unidade Jurisdicionada, figuram neste relatório agrupadas por macroprocesso, e encontram-se apresentadas nos subitens 1.5.2.1 a 1.5.2.10.1, abaixo.

### 1.6.2.1 Comentário Inicial

Considerando a publicação da Portaria n.º 2877/2011-MJ de 30/12/2011, a qual definiu a nova estrutura do DPF, houve alteração na subordinação das delegacias que compunham a estrutura da DREX/SR/SC, bem como a definição da responsabilidade desta Delegacia Regional em coordenar, planejar e acompanhar a execução das atividades de Polícia Administrativa do DPF em Santa Catarina.

Em análise aos quantitativos apresentados pelos setores vinculados à DREX, é possível concluir que os mesmos estão de acordo com o esperado para o exercício, uma vez que as atividades da SR/DPF/SC estiveram desaceleradas em virtude do longo período de interinidade nos cargos dirigentes da

administração regional, incluindo o DREX, das mudanças de chefias e das intensas mobilizações de recursos humanos para a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

### 1.6.2.2 Macroprocessos de Inteligência Policial e de Cooperação Internacional

Os macroprocessos de inteligência policial e de cooperação internacional são desempenhados na SR/DPF/SC pelo Núcleo de Inteligência Policial.

#### 1.6.2.2.1 Núcleo de Inteligência Policial – NIP (subordinado ao SR)

##### QUADRO XXIII– ATIVIDADES POLICIAIS

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Suprimento de Fundos de Natureza Especial - pedidos analisados e concedidos	22	06	09
Investigações Sociais - processos de candidatos a ingresso no DPF	00	34	00
Operações Policiais atendidas pelo CRIS (iniciadas e/ou encerradas)	39	35	33
Processamento de solicitações diversas, pedidos de localização, levantamentos etc.)	301	231	355
Operações Policiais desenvolvidas ou apoiadas pelo NIP	00	00	1 (*)
Mandados de condução coercitiva	00	00	22
Mandados de busca e apreensão	00	00	18
<b>TOTAL</b>	362	306	438

Fonte: SISPOL, Controles internos do NIP e Relatórios das plataformas de inteligência de sinais.

(\*) Operação CADUCEU, desencadeada em 18/12/2013 e desenvolvida em conjunto com a DPF/LGE/SC – IPL 0043/2013-DPF/LGE/SC, autos 5001007-34.2013.404.7211/SC.

##### QUADRO XXIV– CREDENCIAIS DE ACESSO

CONCESSÃO DE SENHAS			
TIPO	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Para usuários externos no banco de dados do SINIC	04	10	6
De acesso ao SERPRO	21	20	29
Para contratados (CTI)	47	25	32
Para servidores (CTI)	19	12	32
Cadastros no INFOSEG	14	09	122 (*)
<b>TOTAL</b>	105	76	221

Fonte: SISPOL

(\*) O gestor do INFOSEG promoveu um recadastramento de todos os usuários em 2013

**QUADRO XXV– INTERPOL**

<b>INTERPOL (*)</b>			
<b>Tipo/Ano</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 (**)</b>
Pesquisas diversas	-	-	<b>8</b>
Naturalização	-	-	<b>8</b>
Localização de Pessoas	-	-	<b>6</b>
Difusão Vermelha	-	-	<b>5</b>
Prisões	-	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>28</b>

Fonte: SISPOL

(\*) Com a edição da Portaria nº 124/2013-SR/DPF/SC, 23 de setembro de 2013, publicado no Aditamento Semanal 38 de 2013, o Representante Regional da Interpol/CGCI/DPF passou a ser o Chefe do NIP/SC, ficando atribuída competência ao NIP/SC para atender às demandas em Santa Catarina.

(\*\*) A partir de outubro/2013

**1.6.2.3 Macroprocesso de Criminalística**

O Macroprocesso de Criminalística é desempenhado na SR/DPF/SC pelo Setor Técnico-Científico.

**1.6.2.3.1 Setor Técnico-Científico - SETEC**

**QUADRO XXVI – ATIVIDADE PERICIAL**

<b>ESPECIALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Contábeis e Econômicas	2	22	<b>43</b>
Audiovisual e Eletroeletrônicos	153	130	<b>196</b>
Balística Forense	117	57	<b>41</b>
Biometria Forense	-	2	-
Engenharia	14	8	<b>17</b>
Informática	186	139	<b>143</b>
Laboratório	401	341	<b>321</b>
Local de Crime	43	35	<b>66</b>
Meio Ambiente	115	116	<b>91</b>
Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural	1	-	<b>1</b>
Veículos	105	86	<b>111</b>

Documentoscópicas	519	563	<b>442</b>
Merceológicas	47	27	<b>32</b>
Medicina e Odontologia Forense	1	2	-
Bombas e Explosivos	1	-	-
Relatórios Técnicos	-	1	<b>1</b>
Pareceres Técnicos	3	1	<b>5</b>
Informações Técnicas	119	101	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>1827</b>	<b>1631</b>	<b>1611</b>

Fonte: Sistema de Criminalística

### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

O Setor Técnico Científico da SR/DPF/SC é responsável pelo atendimento de cunho eminentemente pericial oriundos de todas as Unidades da Polícia Federal do Estado de Santa Catarina, com a respectiva produção de Laudos periciais e outros documentos técnicos pertinentes. No ano de 2013 além desta unidade federativa o SETEC auxiliou a outros estados como Bahia, Paraná, Sergipe, Tocantins e Mato Grosso.

O SETEC terminou o ano com 26 Peritos Criminais Federais lotados, além de 2 servidores administrativos, os quais foram responsáveis pela elaboração, documentação e implementação do Procedimento Operacional Padrão (POP) da unidade e pela organização e manutenção do arquivo com a inclusão de 1972 registros novos, tendo sido emitidos pela Secretaria 1858 Memorandos e 35 Ofícios.

Desde o ano de 2010 o SETEC decidiu criar grupos especializados para a realização de perícias de forma a melhor aproveitar o conhecimento e aptidão dos servidores (sendo que um perito faz parte de dois grupos, um de acordo com a sua área de especialização e outro genérico de acordo com seu treinamento, habilidades e aptidões). Os grupos são de Laboratório, Informática, Meio ambiente e Engenharia, Audiovisual e eletrônica, Celulares, Veículos, Documentoscopia e Contabilidade.

Deve-se ressaltar que os exames de local são realizados pelo PCF em sobreaviso, conforme regulamento interno.

O laboratório do SETEC é dividido em 5 áreas: Documentoscopia, Química, Meio Ambiente, Eletrônica e Informática, cada qual equipada com equipamentos de sua área específica. Dentre os equipamentos, pode-se destacar o Cromatógrafo com espectrômetro de massas (Química), Servidor para geoprocessamento de imagem (Meio ambiente), Servidores do SARD (Informática), Analisador de espectro (eletrônico), Osciloscópio Digital (eletrônica), Estação Total (meio ambiente), Espectrômetro de ultravioleta (química), Vídeo comparador espectral (documentoscopia), além de diversos outros também comumente utilizados.

Cada Perito conta com uma estação de trabalho individual. Todavia, muitas delas não estão devidamente atualizadas em seu hardware, o que provoca um tempo maior para a realização de determinados tipos de exames, citando, por exemplo, aqueles que envolvem manipulação de imagens, análise de áudios e vídeos, dentre outros.

Cabe lembrar que no ano anterior foi solicitada a aquisição de memórias para os servidores do SARD (pertencentes ao laboratório de informática) e que tal aquisição do insumo não foi possível devido a restrições no orçamento

Todavia no ano de 2013 foram realizados para este Setor os processos de aquisição de um espectrômetro de Infravermelho e estações de trabalho para a área de Informática, cumpre salientar que até o momento somente o espectrômetro de infravermelho foi entregue.

No que se refere aos recursos materiais é importante ressaltar que a perícia tem de estar diretamente relacionada com o avanço tecnológico e científico, que configuram em si só a necessidade de

---

atualização constante do parque tecnológico do setor. Ou seja, o gestor deve perceber que o SETEC tem uma necessidade básica de suprimentos materiais para as análises de rotina e deve ter visão para a aquisição de novos equipamentos necessários ao desenvolvimento da unidade para dar resposta adequada as solicitações de exame.

Tal situação fica clara com o grande número de exames de laboratório envolvendo medicamentos, incluindo esteróides anabolizantes e drogas de abuso (principalmente cocaína, THC, MDMA), dentre outras. Entretanto deve-se destacar que estão sendo detectadas nas análises químicas de material apreendido, substâncias conhecidas como “designer drugs”, drogas psicoativas com estruturas (ou efeitos) semelhantes aquelas proibidas ou ilegais, lembrando que no Estado de Santa Catarina o número de análise de drogas sintéticas é considerável.

Essa demanda crescente justifica a necessidade de investimento nas áreas de laboratório, tanto no treinamento quanto na aquisição de materiais e equipamentos.

Quanto à infraestrutura, pode-se relatar a necessidade de aumento do espaço físico para a instalação de novas áreas no laboratório. O aumento de efetivo também deve ser avaliado, bem como a melhora na atual infraestrutura do laboratório de informática, com adequação física, elétrica e de dados, para que o sistema possa responder de forma eficiente. Considerando o incremento cada vez maior na capacidade de armazenamento de mídias e processamento das máquinas questionadas, o atual parque de máquinas e a área de perícia na área de informática tende a um colapso.

No tocante aos recursos humanos, o SETEC tem um corpo altamente qualificado sendo que praticamente 50% dos servidores possuem um título de mestrado ou doutorado, e destaque deve ser dado ao convênio da SR/DPF/SC com a UFSC, que permitiu a realização do curso de mestrado profissionalizante em perícias ambientais, com a participação de 3 PCF de SC, e diversos de outras Unidades da Federação, sendo que no ano de 2013 2 deles defenderam a dissertação para a obtenção do título e um deverá defendê-la no ano de 2014. Saliento que nova etapa do curso foi realizada, com previsão de início em 2014 para novos Peritos de outras regiões do país permitindo que o convênio firmado em Santa Catarina tenha abrangência nacional no processo de capacitação.

Outro ponto que impactou na produtividade foi a atuação de Peritos em outras atividades administrativas da SR, que se impuseram por situações diversas, citando a participação dos PCFs Régis e Raupp na elaboração do projeto para reforma predial e a do PCF Laybauer em Comissão Disciplinar.

O SETEC iniciou o ano de 2013 com um total de 250 pendências, terminando o ano com um total de 256.

O número de pendências permaneceu praticamente estável, assim como a produção deste Setor, o que representa ao longo dos últimos 5 anos a permanência entre as seis Unidades da Federação com melhor produtividade no âmbito da Criminalística.

Outros pontos a serem destacados foram a atuação do PCF Busnello no Grupo de Trabalho do Araguaia, ligada a Comissão da Verdade e a investigação sobre a Guerrilha do Araguaia, e a participação do PCF Conrado nos Laudos Periciais de acidente/incidente aéreo, um envolvendo a aeronave do DPF e o outro envolvendo a aeronave da FAB.

Considera-se que a atuação do SETEC/SC foi a planejada dentro das condições que se impuseram, embora haja consciência da necessidade de melhoria continuada dos processos de forma a atender com a maior presteza e qualidade possível.

---

#### **1.6.2.4 Macroprocessos de Identificação Criminal e de Identificação Civil**

---

Os macroprocessos de identificação criminal e de identificação civil são desempenhados na SR/DPF/SC pelo Grupo de Identificação.



**1.6.2.4.1 Grupo de identificação – GID (subordinado à DREX)****QUADRO XXVII– ATIVIDADES PAPILOSCÓPICAS**

ATIVIDADES PAPILOSCÓPICAS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Laudos	66	45	<b>156</b>
Informações Técnicas	54	46	<b>36</b>
Informações AFIS	37	65	<b>426</b>
Representação Facial Humana (Retrato Falado)	02	01	<b>00</b>
Ações de Identificação Civil/Funcional	42	50	<b>70</b>
Ações de Identificação Criminal	32	11	<b>19</b>
Ações de Identificação de Estrangeiros	2595	1740	<b>2929</b>
Operações AFIS (Civil/Criminal/Estrangeiro/Geral)	2828	23274	<b>24006</b>

Fonte: Arquivos GID/DREX/SR/DPF/SC e Relatórios da Administração AFIS/INI/DIREX/DPF

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Como resultados obtidos das perícias papiloscópicas (em material, documento, veículo e local) destacaram-se os seguintes casos:

Identificação positiva de brasileiro preso na França que se apresentou às autoridades francesas com nome falso (realização do trabalho com o auxílio do banco de imagens do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS);

Identificação positiva de suspeito do furto de armas ocorrido na DPF/CCM/SC (atuação em apoio ao PPF lotado naquela descentralizada);

Identificação positiva de cidadão preso por tráfico de grande volume de substância entorpecente camuflada em livros infantis, bem como identificação positiva de novo indivíduo suspeito pelo crime, cujo nome ainda não havia sido levantado na investigação (realização do trabalho com o auxílio do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS).

Diante dos casos destacados, verifica-se que, mesmo em situações em que não havia suspeitos, o GID/SC pôde auxiliar na identificação de prováveis autores dos delitos.

Os resultados positivos são devidos a um metucioso trabalho na realização das perícias e à alimentação constante do banco de imagens do AFIS, envolvendo levantamentos e inclusões de impressões digitais, inclusive por iniciativa própria do setor.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que o número de resultados positivos tende a aumentar de modo diretamente proporcional em relação às vezes em que o Grupo de Identificação é demandado por outros setores policiais.

Considerando as solicitações de perícias, de acordo com os registros dos arquivos deste Grupo de Identificação, o GID/SC positivou o total 28 (vinte e oito) casos, colaborando na solução das respectivas investigações.

Quanto à inexistência de realização de “representações faciais humanas” observada no quantitativo acima, explica-se pela inexistência de requisições dos demais setores policiais, posto que o GID/SC deve ser obrigatoriamente acionado para elaborar esse tipo de trabalho.

As parcerias com os setores de imigração desta SR/DPF/SC e das demais descentralizadas deste estado foram mantidas, citando como exemplo a identificação de estrangeiros em processos de naturalização, em pedidos de permanência e de refúgio, estes últimos, inclusive, em número bastante expressivo.

Por fim, integra o quantitativo dos trabalhos realizados no AFIS o item “Operações AFIS”, que corresponde às inclusões e atividades feitas nos seguintes bancos de imagens do sistema:

RIC - Civil – impressões digitais provenientes do SINPA (passaporte), do TSE (título eleitor) e dos servidores do DPF, entre outros;

Criminal – impressões digitais coletadas de presos e de indiciados (nos moldes da Lei Federal nº. 12037/2009);

Estrangeiros – impressões digitais coletadas de estrangeiros temporários, permanentes, naturalizados, anistiados e refugiados;

Geral/Interpol; e

Exclusão – impressões digitais coletadas de indivíduos não suspeitos/vítimas.

Especificamente nesse item, “Operações AFIS”, o expressivo número decorre do fato de que atualmente todos os serviços gerados pelas inclusões de passaportes no estado de Santa Catarina são realizados diariamente pelos servidores deste GID/SC.

### 1.6.2.5 Macroprocesso de Correição e Controles Internos

O Macroprocesso de Correição e Controles Internos é desempenhado na SR/DPF/SC pela Corregedoria Regional de Polícia Federal.

#### 1.6.2.5.1 Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

##### QUADRO XXVIII– NOTÍCIAS CRIME

NOTITIA CRIMINIS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Com parecer favorável	827	782	812
Sem parecer favorável	07	38	17
<b>TOTAL</b>	834	820	829

Fonte: SISCART/SINPRO

##### QUADRO XXIX– TOTAL DE INQUÉRITOS

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Inquéritos policiais instaurados	843	767	802
Inquéritos policiais relatados	757	745	615
Inquéritos em andamento	558	1060	740
Cotas baixadas a cumprir	34	157	43

Fonte: SISCART

**QUADRO XXX– TOTAL DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS**

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Instaurados	31	34	<b>20</b>
Relatados	29	27	<b>20</b>
Em andamento	02	8	<b>0</b>
Cotas baixadas a cumprir	00	0	<b>0</b>

Fonte: SISCART

**QUADRO XXXI– TOTAL DE REGISTROS ESPECIAIS**

REGISTROS ESPECIAIS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
cumpridos	242	169	<b>09</b>
não cumpridos	58	32	<b>01</b>

Fonte: SISCART

**QUADRO XXXII– PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES**

MODALIDADE	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Sindicância Investigativa (SR e descentralizadas)	18	10	<b>10</b>
Processo Administrativo Disciplinar (SR e descentralizadas)	10	06	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	28	16	<b>11</b>

Fonte: SAD/COGER

**QUADRO XXXIII – ACIDENTES DE TRABALHO**

INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO NA SR/DPF/SC	
2011	04
2012	01
<b>2013</b>	<b>00</b>

Fonte: Sistema SAD/COGER

**QUADRO XXXIV – CORREIÇÕES ORDINÁRIAS**

UNIDADE	QUANTIDADE DE IPL'S CORREICIONADOS		
	2011	2012	2013

SR/DPF/SC	437	265	<b>574 (*)</b>
DPF/III/SC	284	272	<b>235</b>
DPF/JVE/SC	195	134	<b>120</b>
DPF/CCM/SC	240	178	<b>182</b>
DPF/LGE/SC	123	86	<b>62</b>
DPF/XAP/SC	094	79	<b>116</b>
DPF/DCQ/SC	045	61	<b>103</b>
<b>TOTAL</b>	1.418	1.075	<b>1.392</b>

Fonte: SISCART/SR/DPF/SC

(\*) No mês de janeiro de 2013 foram correccionados 245 inquéritos policiais referentes às correções ordinárias de 2012, haja vista que estas foram postergadas para o início de 2013.

### **Análise dos resultados no exercício de 2013:**

A Corregedoria Regional (COR) possui dois núcleos: o Núcleo de Disciplina - NUDIS e o Núcleo de Correções NUCOR. Em cada um dos núcleos estão lotados 1 (um) Delegado e 1 (um) Escrivão.

O Corregedor tem auxílio de 02 Escrivães lotados na Secretaria da Corregedoria – SEC/COR. A partir do mês de novembro passou a contar com auxílio de uma estagiária do curso de Direito.

No decorrer de 2013, a COR/SR/DPF/SC e seus núcleos cumpriram com as suas funções, definidas nos arts. 227, 228 e 229 da Instrução Normativa nº 013/2005 – DG/DPF, de 15.06.2005.

Em síntese, a SEC/COR recebeu, analisou e deu solução a **2.455** (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) documentos. Realizou **111** procedimentos de intimação de servidores em atendimento a requisições judiciais e expediu **1.045** documentos (SISCART 994) e (SISGER 51), além destes constam lavrados **727** Despachos de diferentes assuntos que aportaram na Corregedoria.

Todas as requisições e requerimentos para instauração de inquérito policial, após serem analisadas, pesquisadas e registradas no SINPRO e SISCART, foram encaminhadas às Delegacias Regionais ou às Descentralizadas para cumprimento. Também foram e analisadas as notícias de crimes recebidas de outros órgãos, as quais foram encaminhadas para instauração de inquérito ou encaminhadas à Polícia Civil ou ainda remetidas ao MPF para arquivamento.

Foram recebidas **304** (trezentos e quatro) cartas precatórias, todas devidamente registradas e distribuídas para cumprimento, no âmbito da circunscrição desta SR/DPF/SC, além que outras encaminhadas às Delegacias do interior.

Inúmeras demandas chegaram através do e-PROC (citações, intimações) que, após recebidas, na Corregedoria Regional foram direcionadas para cumprimento.

No NUDIS/SR/DPF/SC foram analisados todos os expedientes com informações de possíveis irregularidades praticadas por servidores que, após serem revisados e despachadas pelo Corregedor Regional e decididos pelo Superintendente Regional, resultaram em instauração de sindicância investigativa, processo administrativo disciplinar ou foram arquivadas.

No ano de 2013, foram formadas e orientadas às Comissões de Disciplina e controlados os prazos e o andamento de todos os procedimentos administrativos em tramitação no Estado. Também foram instruídas sindicâncias investigativas e inquéritos policiais, elaborados pareceres de forma e mérito dos procedimentos instaurados na SR/DPF/SC. Os lançamentos no SAD – Sistema de Acompanhamento Disciplinar e do CGU-PAD foram realizados pelo EPF lotado no NUDIS.

No NUCOR/SR/DPF/SC foram levantados e informados os dados estatísticos, controlados os prazos de instauração, tramitação e conclusão dos procedimentos de polícia judiciária, elaborados pareceres sobre atribuição da Polícia Federal em casos específicos, feitas as correções parciais em

inquéritos policiais em andamento na SR/DPF/SC, dadas orientações às autoridades policiais e a seus auxiliares, realizada a cogestão do e-PROC e, juntamente com o NTI/SC, efetuados aperfeiçoamentos no SISCART.

O Plano de Correições Ordinárias 2013 foi executado de junho a dezembro. Além dos inquéritos policiais da SR/DPF/SC e das suas descentralizadas no interior, foram feitas correições em todos os livros cartorários, nos expedientes pendentes de instauração, coisas apreendidas, situação dos cartórios, dos depósitos, das custódias e dos presos, dentre outras atividades devidamente descritas em cada um dos sete relatórios das atividades correicionais.

A COR/SR/DPF/SC é responsável também pela administração do sistema e-PROC – Processo Eletrônico, pertencente ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

### **1.6.2.6 Macroprocesso de Logística e Macroprocesso de Gestão de Obras e Edificações**

Os macroprocessos de Logística e de Gestão de Obras e Edificações são desempenhados na SR/DPF/SC pelo Setor de Administração e Logística Policial.

#### **1.6.2.6.1 Setor de Administração e Logística Policial - SELOG**

##### **QUADRO XXXV– COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

<b>MODALIDADE</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Contratos Vigentes	83	56	<b>63</b>
Pregões realizados	04	05	<b>07</b>
Licitação por Convite	00	0	<b>0</b>
Inexigibilidades	05	0	<b>5</b>
Dispensas de Licitação	34	18	<b>28</b>

Fonte: Registros da CPL e NAD/SR/DPF/SC

##### **QUADRO XXXVI– COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Processos de compra	75		<b>33</b>
Processos de incorporação	62	32	<b>152</b>
Processos de baixa	01	21	<b>32</b>
Cadastramento/Regularização de SICAF e SICONV	04/dia	04/dia	<b>02/dia</b>
Documentos protocolizados/distribuídos	57.000.00	12496	<b>12.898</b>
Levantamento patrimonial	0	0	<b>1</b>
Requisições atendidas pelo Almojarifado	-	-	<b>194</b>

Fonte: Arquivos do setor e Sistema SIAPRO e e-Log

**QUADRO XXXVII– PROTOCOLO**

ATIVIDADE DO PROTOCOLO	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Recebimento malotes	850	667	<b>710</b>
Encaminhamento malotes	850	681	<b>720</b>
Recebimento correspondências correios	63.000	3960	<b>3.168</b>
Envio correspondências correios	25.000	3671	<b>4.55</b>
Inclusão no sistema correspondências oficiais	24.000	12.496	<b>12.898</b>
Movimentação no sistema correspondências oficiais destinadas aos setores internos	24.000	7.940	<b>3.960</b>
Movimentação correspondências classificadas como particular/sigilosa/confidencial não inclusas no SIAPRO	42.200	1584	<b>1.716</b>
Atendimento ao público para recepção de documentos e informações	222.000	26.400	<b>18.480</b>
Conferências de Faturas do Correios	680	420	<b>380</b>

Fonte: Arquivos do setor e sistema SIAPRO

**QUADRO XXXVIII– CONTROLE DE VIATURAS**

EVENTO	QUANTIDADE				
	2011	2012		2013	
Lavação (interna/externa)	126	310	(SC)	<b>2.719</b>	
Manutenção	212	1.042	(SC)	-	
Entrada e saída de VTR's	2867	2.281	(SR)	<b>2.233</b>	
Abastecimentos	4431	3.818	(SC)	<b>4.127</b>	
Quilômetros rodados	619.012	464.282	(SR)	<b>465.009</b>	
Despesas	107.280,14	329.910,30 <i>manutenção</i>	339.023,87 <i>combustível</i>	368.436,06 <i>manutenção</i>	386.736,18 <i>combustível</i>

Fonte: SISGER e Plataforma Valecard

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

O Setor de Administração e Logística – SELOG/SR/DPF/SC, no exercício de 2013, manteve os resultados qualitativos que conquistou em 2012 e tentou ampliar a sistemática de controle e acompanhamento de suas atividades.

A meta de renovar o efetivo, estabelecida pela equipe do SELOG/SR/DPF/SC em 2012, foi alcançada parcialmente em 2013, com a lotação de servidora com conhecimento técnico no NEOF/SR/DPF/SC, bem como de servidor com formação em Arquitetura para atuar no GTED/SR/DPF/SC.

O SELOG/SR/DPF/SC passou parte do ano de 2013, contando, para algumas atividades, com o apoio de outras unidades do DPF (Paraná, Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro). A meta de qualificar o quadro foi cumprida parcialmente, tendo em vista os treinamentos realizados nas licenças capacitação do efetivo bem como na troca de experiência com o conhecimento do efetivo que atuou em reforço.

No ano de 2013 houve acréscimo nos gastos de combustível e manutenção conforme o controle de consumo de combustível em comparativo aos anos 2011 e 2012.

A liberação de recurso para aquisição de material permanente no início e final do exercício motivou este SELOG/SR/DPF/SC a buscar parcerias com as unidades do DPF no Paraná e Rio Grande do Sul para atuar como participante de alguns processos de Registro de Preços daqueles estados, bem como com o NTI/SR/DPF/SC, para instrução dos processos de aquisições de equipamentos de TI e do PROMASP (emissão de documentos de viagem) para substituição das máquinas do SERPRO, que dependiam da conclusão das licitações da CGTI/DPF e adesões com outros órgãos.

Para as aquisições de pequeno valor mantiveram-se as instruções processuais na melhoria do exercício de 2012 com a cotação eletrônica, visando agilidade, transparência e eficiência nas aquisições.

Na gestão de contratos houve uma transição com a lotação de nova servidora como gestora, contudo manteve-se o controle dos prazos, a eficiência na instrução dos processos e a tempestividade dos encaminhamentos e provocações necessárias para a autuação de novos processos de contratações.

No entanto, mais uma vez restou frustrada a contratação de empresa especializada para manutenção predial no ano de 2013, em virtude de restrições na dotação orçamentária, mantendo a SR/DPF/SC ineficiente para atender as demandas de reparos e consertos pendentes.

Finaliza-se com a afirmação de que a equipe do SELOG/SR/DPF/SC atuou profissionalmente, garantindo a logística necessária para apoio a atividade finalística do DPF no estado de Santa Catarina, mesmo diante dos percalços do exercício de 2013, demonstrando zelo pelos recursos públicos e priorização no suporte à área finalística.

### **1.6.2.7 Macroprocesso de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil**

O Macroprocesso de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil é desempenhado na SR/DPF/SC pelo Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira.

#### **1.6.2.7.1 Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF (subordinado ao SELOG)**

##### **QUADRO XXXIX – GASTOS GERAIS**

ELEMENTO	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Passagens	367.984,07	277.017,79	453.145,22	<b>439.141,56</b>
Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	3.938.088,29	2.584.747,91	3.339.236,43	<b>3.677.924,40</b>
Serviços terceirizados	3.104.502,52	3.981.302,97	4.438.558,06	<b>4.772.026,81</b>
Vigilância, Limpeza e Conservação	1.646.143,59	1.806.803,59	1.969.995,40	2.186.141,16
Outras Terceirizações	1.458.358,93	2.174.499,38	2.468.562,66	<b>2.585.885,65</b>
	468.287,13	488.534,66	531.898,82	<b>594.890,50</b>
Cartão de pagamento do Governo Federal	290.264,15	349.391,96	246.195,45	<b>259.596,23</b>
Suprimento de fundos	290.303,40	348.444,47	243.743,01	<b>259.802,18</b>
<b>Total</b>	<b>8.169.165,41</b>	<b>7.192.460,63</b>	<b>8.477.135,16</b>	<b>9.148.689,00</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI

**QUADRO XL- ARRECADAÇÃO SIAR**

ARRECADAÇÃO SIAR ANUAL			
2010	2011	2012	2013
14.503.416,50	17.720.080,05	18.747.510,93	<b>21.954.352,32</b>

Fonte: Sistema Informações de Arrecadação – SIAR

**QUADRO XLI- CONSUMO DE ENERGIA**

CONTROLE DE CONSUMO DE ENERGIA (Programa Carbono Neutro)					
2011		2012		2013	
Consumo Kwh	Gastos (R\$)	Consumo Kwh	Gastos (R\$)	Consumo Kwh	Gastos (R\$)
1.744.346	687.094,53	1.668.015	709.640,77	1.617.992	753.430,79

Fonte: Faturas de Energia Elétrica

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

A eficiência do NEOF/SR/DPF/SC foi destaque no acompanhamento e levantamento das despesas de custeio da SR/DPF/SC, como forma de compatibilizar os gastos com as restrições orçamentárias.

**1.6.2.8 Macroprocesso de Gestão de Tecnologia da Informação**

O Macroprocesso de Gestão de Tecnologia da Informação é desempenhado na SR/DPF/SC pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.

**1.6.2.8.1 Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI (subordinado ao SR)**

**QUADRO XLII- ATENDIMENTOS A USUÁRIOS**

ATENDIMENTO DE CHAMADOS VIA CENTRAL DE ATENDIMENTO NTI			
Tipo	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Troca de Suprimentos (impressoras)	253	127	144
Alteração/Desbloqueio de Senhas	438	613	550
Manutenção de Software	137	1201	1461
Manutenção de Hardware	1936	805	1263
Telecomunicação	74	76	84
<b>TOTAL</b>	<b>2844</b>	<b>2822</b>	<b>3502</b>

Fonte: Central de Atendimento NTI – SISGER



**QUADRO XLIII- ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

ATENDIMENTO DE USUÁRIOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA		
ANO	Total chamados atendidos	Tempo médio atendimento
2011	2844	17'30"
2012	2822	30'91"
2013	3502	18'91"

Fonte: Central de Atendimento NTI – SISGER

**QUADRO XLIV- QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS POR PRESTADOR DE SERVIÇO**

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA POR COLABORADOR			
ANO	Equipamentos	Colaboradores	Índice
2011	624	532	1,14
2012	603	532	1,14
2013	721	579	1,25

Fonte: Central de Atendimento NTI – SISGER

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

O NTI/SR/DPF/SC, além dos serviços executados através da Central de Atendimento, com caráter corretivo, ocupou-se com outras atividades motivadas por diversas demandas institucionais. A título de exemplo pode-se destacar as seguintes atividades:

- a) Modernização de parte do parque de informática SR/DPF/SC e suas descentralizadas, com a aquisição e instalação de novos servidores de rede, switches, unidades de backup, microcomputadores e impressoras.
- b) Atualização contínua das rotinas do SISCART, atendendo as demandas da COR/SR/DPF/SC e COGER/DPF/SC.
- c) Atualização contínua das rotinas do SISGER, atendendo as demandas da geradas pelos diversos setores da SR/DPF/SC.
- d) Apoio técnico em âmbito nacional aos usuários do SISCART.
- e) Acompanhamento da instalação da rede fixa TETRAPOL na Grande Florianópolis.
- f) Prestação de suporte técnico à radiocomunicação em todas as operações policiais.
- g) Elaboração do Termo de Referência para a elaboração da Licitação de serviços telefônicos e serviços de informática.
- h) Participação nos processos de aquisição de equipamentos de informática, através de adesão à atas de registro de preços.
- i) Análise técnica de suprimentos de informática para confirmação de autenticidade.
- j) Prestação de suporte na área de áudio, vídeo e imagem para as unidades operacionais da SR.

- k) Apoio técnico nas atividades com demanda audiovisual (apresentações e videoconferências)
- l) Gestão e fiscalização dos contratos de telefonia e prestação de serviços de informática relacionados abaixo:

**QUADRO XLV- CONTRATOS DE TELEFONIA POR PRESTADOR DE SERVIÇO**

OBJETO	CONTRATADA
Telefonia celular local	CLARO
Telefonia celular de longa distância	Oi
Telefonia celular 3G	Oi
Telefonia fixa (4 contratos)	Oi
Circuito de dados	Oi
Prestação de serviços de informática	IBROWSE

Fonte: Central de Atendimento NTI – SISGER

**1.6.2.9 Macroprocesso de Gestão de Pessoas e Macroprocesso de Gestão do Conhecimento**

O macroprocesso de gestão de pessoas e o macroprocesso de gestão do conhecimento são desempenhados na SR/DPF/SC pelo Setor de Recursos Humanos.

**1.6.2.9.1 Setor de Recursos Humanos - SRH**

**QUADRO XLVI– QUANTIDADE DE SERVIDORES**

QUANTITATIVO DE SERVIDORES			
	2011	2012	2013
<b>TOTAL SERVIDORES</b>	453	449	<b>450</b>

Fonte: SISGER - dados de 31 de dezembro de cada ano

**QUADRO XLVII– QUANTIDADE DE AFASTAMENTOS**

QUANTITATIVO DE AFASTAMENTOS			
Tipo/Ano	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Licença tratamento própria saúde	318	283	<b>341</b>
Licença por doença em pessoa da família	45	39	<b>61</b>
Licença capacitação	130	127	<b>120</b>
Licença paternidade	9	19	<b>9</b>

Licença gestante	7	07	<b>0</b>
Licença nojo	5	07	<b>4</b>
Participação em competição desportiva nacional ou internacional	--	--	--

Fonte: SISGER – dados de 31 de dezembro de cada ano

**QUADRO XLVIII–ROTATIVIDADE DO QUADRO DE SERVIDORES**

<b>QUANTITATIVO DE ROTATIVIDADE</b>			
<b>Tipo/Ano</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Aposentado	09	15	<b>16</b>
Removido	12	07	<b>25</b>
Exonerado	01	02	<b>01</b>
Demitido	00	01	<b>00</b>
Cedido	01	01	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>48</b>

Fonte: SISGER - dados de 31 de dezembro de cada ano

**QUADRO XLIX– TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES**

<b>TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – T&amp;D</b>			
<b>Tipo</b>	<b>QUANTIDADE</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Registro e controle da participação de servidores em ações de capacitação presencial	27	150	<b>166</b>
Registro e controle da concessão de licenças capacitação	130	127	<b>128</b>
Registro e controle de ações de capacitação à distância	56	72	<b>165</b>

Fonte: SISGER - dados de 31 de dezembro de cada ano, Arquivos T&D/SR/DPF/SC e Plataforma RNEADSP

**Análise dos resultados no exercício de 2013:**

Todos os processos e procedimentos inerentes ao Setor de Recursos Humanos foram realizados de acordo com as normas específicas e dentro dos prazos legais.

A equipe de T&D analisa que o número de servidores treinados por meio da educação a distância (EAD) continua subindo anualmente pela facilidade de conciliação desse tipo de capacitação com as atividades diárias. No ano de 2013 os cursos EAD continuaram sendo oferecidos aos servidores através de duas plataformas virtuais, a saber, da SENASP (RNEAD) e da ANP (ANP.net). Além dessas,

principais, os servidores se utilizaram de outras plataformas de ensino à distância para realização de cursos e videoconferências.

Acerca dos cursos presenciais, mais uma vez os números aumentaram em relação ao ano anterior em vista de um maior controle exercido sobre as ações de capacitação realizadas pelos servidores. Ressalta-se que em 2013 foram computados nos números os cursos realizados por licença-capacitação e àqueles promovidos pela ANP. O controle das ações de capacitação realizadas por servidores da SR/DPF/SC ainda está sendo aprimorado, de modo que a cada ano deve ser mais preciso, resultando numa maior eficácia dos números apresentados. Neste sentido, em 2013, a Equipe T&D reforçou junto às chefias e divulgou via intranet aos servidores a necessidade de apresentação dos certificados a Equipe T&D sempre que houver participação em alguma ação de capacitação.

Cabe ressaltar que compete aos membros da Equipe T&D/SR/DPF/SC as funções de representação do Curso de Formação Profissional (CFP) junto a DGP/DPF, a representação dos Cursos de Aperfeiçoamento Profissional para Progressão à Classe Especial (CAPPCE) junto a ANP/DGP e a gestão do Telecentro junto a ANP/SENASP. Relativamente à primeira função elencada, a Equipe de T&D não foi demanda em 2013, visto que não houve estágio de primeira investidura na SR/DPF/SC.

Quanto à função de representação dos CAPPCE, foram desenvolvidas as atividades solicitadas pela ANP e orientação aos alunos. Por fim, a gestão do Telecentro incluiu atividades como divulgação dos cursos à distância (EAD), matrícula e orientação de alunos, aplicação de provas presenciais e auxílio no recrutamento de tutores nos dois ciclos de cursos realizados em 2013 em parceria pela ANP e SENASP, a saber, Ciclos 27e 28. Ressalta-se que o Ciclo 29 foi cancelado em função de restrições orçamentárias.

### **1.6.2.10 Macroprocesso de Comunicação Institucional**

O Macroprocesso de Comunicação Institucional é desempenhado na SR/DPF/SC pela unidade de Comunicação Social.

#### **1.6.2.10.1 Unidade de Comunicação Social – CS (subordinada ao SR)**

##### **QUADRO L– ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CS**

COMUNICAÇÃO SOCIAL – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE		
	2011	2012	2013
Visitas Institucionais	28	04	06
Notas à Imprensa	24	35	05
Cerimonial de Eventos	12	06	04

Fonte: Arquivos da CS/SR/DF/SC

#### **1.6.2.11 Macroprocessos de Gestão Organizacional e Estratégica, de Gestão de Parcerias e de Convênios e de Auditoria Interna e Externa**

Os macroprocessos de gestão organizacional e estratégica, de gestão de parcerias e de convênios e de auditoria interna e externa são desempenhados na SR/DPF/SC pelo Gabinete do

---

Superintendente Regional.

---

---

## **1.7 Principais Parceiros**

---

---

A UJ realizou diversas atividades em parceria e/ou apoio a outros órgãos. O Núcleo de Operações da SR/DPF/SC, por exemplo, cumpriu mandados de prisão expedidos pela Justiça Federal e atendeu a demandas do Ministério Público Federal.

No litoral catarinense desenvolveram-se operações de caráter preventivo com a Marinha do Brasil e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Com o IBAMA, realizaram-se operações com apreensão de embarcações e petrechos de pesca.

No município de Itajaí, atendendo à solicitação do Ministério Público Federal, realizou-se a operação Costão em conjunto com o IBAMA e o CEPSUL, com expressiva apreensão de redes de pesca e libertação de tartarugas. A Polícia Federal também atuou ao lado da FATMA no mapeamento de fazendas de cultivo de moluscos no litoral catarinense.

Na área de seguridade social, a Polícia Federal, em parceria com o INSS, desenvolveu a operação Persa, que resultou na suspensão de mais de 90 aposentadorias concedidas de forma irregular.

Embora as parcerias citadas digam respeito a operações deflagradas, é fundamental destacar o constante apoio que a Polícia Federal, em obediência aos preceitos constitucionais, ofereceu à FUNAI, à INFRAERO, à Caixa Econômica Federal e à Empresa de Correios e Telégrafos sempre que solicitados.

---

---

## **2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

---

---

---

---

### **2.1 Planejamento da UJ**

---

---

---

---

### **2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

---

---

### 2.2.1 Ações/Subtítulos - OFSS

Como a UJ não executa integralmente as ações previstas na LOA, os quadros LII, LIV e LV (de responsabilidade do órgão central do DPF) e os LI e LIII (de responsabilidade do Ministério da Justiça) constarão neste Relatório de Gestão preenchidos de forma parcial.

#### QUADRO LI- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>Tipo:</b>						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2070</b>		<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		1.179.291,52	1.179.291,52	1.179.291,52	1.179.291,52	-	-

Fonte: NEOF

**QUADRO LII- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>Tipo:</b>						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2070      Tipo: Atividade</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		6.328.073,81	6.328.073,81	2.922.154,96	2.922.154,96	-	3.405.918,85

Fonte: NEOF

**QUADRO LIII- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	<b>Tipo:</b>
<b>Descrição</b>	
<b>Iniciativa</b>	

<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2112</b>		<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		28.865,94	28.865,94	28.865,94	28.865,94	-	-

Fonte: NEOF

**QUADRO LIV- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	<b>Tipo:</b>						
<b>Descrição</b>							
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2112</b>		<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							



Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		1.076.377,25	1.076.377,25	958.594,11	958.594,11	-	117.783,14
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta				Unidade de medida	Montante	
						Previsto	Reprogramado (*)
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.059.430,23	650.341,39	409.088,84				

Fonte: NEOF

**QUADRO LV- AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	<b>Tipo: POLFE</b>
<b>Descrição</b>	
<b>Iniciativa</b>	
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>
<b>Programa</b>	<b>Código: 2112      Tipo: Atividade</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    (X) Não    Caso positivo: ( ) PAC                      ( ) Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		8.854.316,45	8.854.316,45	6.793.053,41	6.725.899,53	-	2.061.263,04

Fonte: NEOF

### **2.3 Informações sobre resultados da gestão**

A Polícia Federal ainda não dispõe de indicadores que permitam avaliar objetivamente seus resultados. Entretanto, o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE, unidade centralizada e vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral está trabalhando na formatação de indicadores institucionais que permitam a mensuração dos resultados de gestão.

Como primeiro resultado, especificamente, utilizando variáveis dos macroprocessos finalísticos e de apoio, foi proposto e já oficialmente instituído pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, o Índice de Produtividade Operacional – IPO.

O IPO das Superintendências de Polícia Federal do período de janeiro a dezembro do ano de 2013 foi publicado no Boletim de Serviço nº 034, de 18/02/2014.

#### **QUADRO LVI- IPO EXERCÍCIO DE 2013 (EM ORDEM DECRESCENTE)**

<b>Unidade</b>	<b>IPO</b>
AC	2,67
AL	3,16
AM	3,30
AP	3,39
BA	1,99
CE	1,69
DF	2,43
ES	1,53
GO	1,92
MA	2,00
MG	2,63
MS	3,87
MT	2,98

PA	2,70
PB	1,88
PE	1,76
PI	2,12
PR	3,87
RJ	1,65
RN	2,20
RO	2,45
RR	4,08
RS	2,57
SC	2,00
SE	1,87
SP	3,81
TO	2,59

Fonte: Boletim de Serviço nº 034 de 18/02/2014

**QUADRO LVII- VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO IPO / ORGANIZADAS EM GRUPOS TEMÁTICOS**

Grupo temático/Variável
<b>Atividades operacionais</b>
Inquéritos relatados
Operações especiais de polícia judiciária
Prisão e mandado de condução coercitiva
Mandados de busca e apreensão
Prisão em flagrantes
Indiciamentos realizados
Quantidade de maconha apreendida
Quantidade de cocaína apreendida
Valor de bens apreendidos/sequestrados
Prejuízos evitados para a União
Perícias realizadas
<b>Características Geográficas</b>
Área da unidade da federação

Quantidade de municípios
Quantidade de zonas eleitorais
Quantidade de unidades de conservação
Extensão de fronteiras
População Indígena
Área de reservas indígenas
<b>Atividades Não Operacionais</b>
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)
Quantidade de passaportes emitidos
Quantidade de passageiros em aeroportos
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso
Estrangeiros domiciliados na circunscrição
Quantidade de agências bancárias
Quantidade de empresas de vigilantes
Quantidade de empresas de produtos químicos

Fonte: DICOR/DPF

**QUADRO LVIII- DADOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (POLÍCIA INVESTIGATIVA)**

Estado	IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Valor dos bens apreendidos	Prejuízos evitados à união	Perícias realizadas
AC	702	5	86	59	142	590	13,143	1.351,744			520
AL	692	7	60	111	44	740	74,678	58,058			495
AM	951	6	61	137	107	795	143,275	1.882,610			723
AP	471	12	41	76	20	370	0,000	44,706			196
BA	2.292	12	32	102	113	1.229	1.689,439	545,923			1.209
CE	1.463	10	20	180	126	1.088	1.143,388	1.091,369			1.405
DF	1.357	7	58	154	93	1.142	3.036,415	312,976			2.819
ES	1.308	8	17	39	58	827	146,709	460,001			776
GO	1.451	3	30	35	138	1.015	5.517,705	226,561			1.130
MA	1.158	7	61	99	76	756	0,001	124,000			401
MG	4.752	16	240	297	327	4.046	4.462,973	2.219,308			3.124
MS	1.865	7	40	127	683	2.448	89.027,930	6.385,170			2.881
MT	1.677	9	97	127	185	1.533	2.967,333	4.855,224			1.107
PA	1.594	13	166	192	77	1.093	0,000	884,606			738
PB	1.396	12	25	136	47	759	43,498	199,484			660

<b>PE</b>	1.609	9	56	50	128	989	3.078,446	293,355		954
<b>PI</b>	1.131	6	45	51	35	897	36,801	75,002		466
<b>PR</b>	5.604	19	329	404	1.357	4.653	76.709,800	1.877,349		6.388
<b>RJ</b>	5.508	19	161	251	337	2.998	3.804,119	601,048		2.232
<b>RN</b>	1.911	7	93	124	72	878	709,119	258,422		533
<b>RO</b>	1.189	4	73	58	229	1.031	4,572	947,249		1.137
<b>RR</b>	629	7	109	102	180	461	10,283	31,641		567
<b>RS</b>	4.236	27	170	263	412	3.749	1.986,379	1.038,531		2.622
<b>SC</b>	<b>3.070</b>	<b>7</b>	<b>61</b>	<b>71</b>	<b>196</b>	<b>2.916</b>	<b>1.305,306</b>	<b>436,267</b>		<b>1.504</b>
<b>SE</b>	809	1	15	16	69	1.097	5.887,841	577,838		453
<b>SP</b>	16.102	52	311	637	986	7.429	24.157,673	10.349,727		8.916
<b>TO</b>	908	3	59	60	24	566	58,002	307,453		221

Fonte: DICOR/DPF

OBS:

- Os valores de efetivo policial e administrativo foram fornecidos pelo CRH e reflete a situação em janeiro de 2014.
- Os dados de operações especiais de Polícia Judiciária, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados de apreensão de maconha e cocaína, aferidos pela CGPRE/DICOR, atualizados até 31/12/2013.
- Os dados sobre IPL relatados e inquéritos motivados por flagrantes foram consultados nos SISTEMAS CORPORATIVOS DO DPF no dia 07/08/2013.
- Os dados sobre INDICIADOS foram fornecidos pela CGTI, em 06/01/2014, atualizados até 31/12/2013.
- Os valores apreendidos e prejuízos evitados à União não foram considerados nesse índice.
- Os dados sobre Perícias foram fornecidos pela DITEC, em 04/02/2014, atualizados até 31/12/2013.

#### QUADRO LIX- DADOS GEOGRÁFICOS

Estado	Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
<b>AC</b>	164.123	22	10	12	1.816	17.578	30.721
<b>AL</b>	27.779	102	55	10	0	16.291	130
<b>AM</b>	1.559.159	62	70	45	3.174	183.514	527.783
<b>AP</b>	142.829	16	13	11	624	7.411	41.965
<b>BA</b>	564.733	417	205	48	0	60.120	2.345
<b>CE</b>	148.920	184	123	18	0	20.697	114
<b>DF</b>	69.556	34	40	28	0	6.128	0
<b>ES</b>	46.096	78	59	11	0	9.585	76

GO	276.336	213	112	43	0	8.533	405
MA	331.937	217	111	10	0	38.831	19.057
MG	586.522	853	351	58	0	31.677	670
MS	357.146	79	54	6	1.480	77.025	6.781
MT	903.366	141	60	14	881	51.696	18.849
PA	1.247.955	143	104	37	857	51.217	305.724
PB	56.470	223	77	10	0	25.043	338
PE	98.148	185	151	13	0	60.995	1.181
PI	251.578	223	98	16	0	2.944	0
PR	199.308	399	206	15	498	26.559	944
RJ	43.780	92	253	46	0	15.894	24
RN	52.811	167	69	5	0	2.597	0
RO	237.591	52	35	15	1.454	13.076	62.526
RR	224.301	15	8	8	1.922	55.922	104.018
RS	281.730	496	173	27	1.741	34.001	1.088
SC	95.736	293	105	32	237	18.213	562
SE	21.915	75	36	4	0	5.221	43
SP	248.223	645	425	42	0	41.981	171
TO	277.721	139	35	7	0	14.118	25.521

Fonte: DICOR/DPF

OBS: 1. Os dados geométricos são os utilizados no IPO de 2012.

**QUADRO LX- DADOS DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (POLÍCIA ADMINISTRATIVA)**

Estado	SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Movimento embarcações de cabotagem	Movimento embarcações de longo curso	Estrangeiros	Número de agências bancárias	Número de empresas de vigilância	Numero de empresas de produtos químicos
AC	11.854	3.356	280.680			1.754	58	14	29
AL	1.168	11.355	1.388.920			2.332	201	64	75
AM	2.746	24.106	2.256.079			13.128	181	81	189
AP	2.107	5.148	456.544			1.093	46	14	7
BA	3.135	65.230	6.310.802			23.804	731	200	468
CE	2.210	41.283	7.391.791			12.417	578	116	288
DF	10.440	83.247	4.414.137			14.865	431	97	105
ES	4.509	39.750	8.106.711			8.451	436	56	190

GO	8.167	53.629	2.518.710			9.126	712	132	817
MA	3.931	17.682	2.149.667			3.161	368	39	87
MG	15.912	185.241	1.332.365			30.114	2.123	200	1.305
MS	31.609	16.178	1.123.047			11.604	280	53	154
MT	21.646	20.777	2.202.585			4.709	304	50	227
PA	5.764	28.192	2.528.729			9.685	427	111	180
PB	2.521	17.761	902.737			3.290	196	52	337
PE	3.298	55.009	5.054.399			10.789	612	142	92
PI	2.391	8.457	802.219			1.002	166	42	47
PR	19.793	134.720	4.859.465			51.205	1.737	247	1.234
RJ	9.860	284.473	19.463.121			233.056	2.843	245	964
RN	7.566	18.958	1.777.878			7.117	202	50	76
RO	4.905	10.461	672.070			4.656	122	28	81
RR	1.502	6.220	260.369			1.330	38	5	5
RS	5.507	126.021	5.836.362			45.488	1.650	272	1.078
SC	3.999	96.311	2.883.374			23.922	1.062	171	883
SE	3.545	10.292	980.274			1.547	191	27	60
SP	27.288	761.525	22.884.327			565.713	8.231	1.255	6.636
TO	5.148	5.730	423.335			800	114	12	37

Fonte: DICOR/DPF

OBS:

1. Os dados inseridos no SINIC, fornecido pelo INC, dados atualizados até 31/12/2013.
2. Os dados de passaporte fornecido pelo SINPA, dados atualizados até 31/12/2013.
3. Os dados de movimento de aeroporto obtidos no site da Infraero, dados atualizados até 30/06/2013.
4. Os dados de número de agência, empresas de vigilância, atualizados até 31/12/2013, e de produtos químicos são os utilizados no IPO de 2012.
5. Os dados de números de estrangeiros atualizados em 31/12/2013.
6. Os dados de embarcações de capotagem e de longo curso não foram considerados nesse índice.



### 3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

A Polícia Federal ainda não dispõe de indicadores que permitam avaliar objetivamente seus resultados. Entretanto, com o propósito de garantir a qualidade no processo decisório e minimizar eventuais riscos, foram designados formalmente na UJ, responsáveis pela gestão de contratos, conformidade documental, gestão documental e controle interno e, ainda, a UJ conta com o apoio da Consultoria Jurídica da União em Santa Catarina, configurando, de forma sistêmica, mecanismo que assegura transparência e controle dos atos de gestão.

O controle interno, no âmbito do Poder Executivo, é exercido pela Controladoria-Geral da União e, no âmbito externo, pelo Tribunal de Contas da União.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

##### QUADRO LXI - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de				x	

prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p><b>Análise Crítica:</b> É fundamental destacar que, mesmo ainda não havendo indicadores institucionais para acompanhamento e avaliação das metas e, com o propósito de garantir o atendimento dos requisitos legais e o cumprimento das orientações e determinações dos órgãos de controle e auditoria, foram designados responsáveis pelos serviços de controle interno da unidade; de gestão de contratos; de fiscalização de contratos; de análise documental e de gestão documental. Essas providências asseguraram elevados níveis de conformidade aos expedientes e processos administrativos e possibilitam ao Gestor tomar decisões amparadas em processos devidamente instruídos, evitando atos meramente discricionários, em respeito aos princípios gerais que regem a Administração Pública.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

---

---

### **3.3 Sistema de Correição**

---

---

O sistema de correição da SR/DPF/SC é composto pela Corregedoria Regional, chefiada pelo Corregedor Regional, a quem se subordinam dois núcleos, o de Disciplina e o de Correições. As competências específicas de cada setor estão disciplinadas pela Instrução Normativa nº 113/2005 – DG/DPF, de 15.06.2005.

---

---

### **3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

---

---

A Corregedoria Regional de Polícia Federal em Santa Catarina está em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União. Todas as informações referentes a processos administrativos disciplinares são registradas no sistema CGU-PAD pelo Núcleo de Disciplina da SR/DPF/SC e por servidor indicado nas delegacias do interior, que zelam pela integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas.

---

---

### **3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

---

---

A UJ ainda não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos, porque seu modelo de governança ainda encontra-se em construção.

Atualmente, a própria governança ainda não conta com indicadores e suas ações restringem-se à análises, pareceres, registros e controles exercidos por servidores formalmente designados para tal, que submetem à deliberação do Gestor sempre que detectada eventual falha ou omissão.

## 4 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 Execução das despesas

#### 4.1.1 Programação

#### QUADRO LXII- PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO:	UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		-	-	13.684.442,55	
<b>CRÉDITOS</b>	-	-	-	-	
	-	-	-	28.643,57	
	-	-	-	-	
	-	-	-	-	
<b>Outras Operações</b>		-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		-	-	13.713.086,12	
Dotação final 2012(B)		28.164,69	-	12.240.459,75	
Variação (B/A-1)*100		-	-	12,03	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		3.753.838,85	-	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	-	-	-	-
		-	-	-	-
	Extraordinários	-	-	-	-
-		-	-	-	
<b>Créditos Cancelados</b>		-	-	-	-
<b>Outras Operações</b>		-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		3.753.838,85	-	-	-
Dotação final 2012(B)		199.117,55	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		1.785,24	-	-	-

Fonte: NEOF

#### 4.1.1.1 Análise Crítica

A Superintendência Regional do DPF em Santa Catarina não consta na LOA, visto que recebe créditos orçamentários por descentralização da COF/DLOG/DPF, a qual responderá no RG do Departamento de Polícia Federal as informações sobre a proposta originária do órgão e as alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício, em relação às dotações do exercício anterior.

#### 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

#### QUADRO LXIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	200370	*****	-	-	5.027.157,67
Recebidos	200336	200370	*****	-	-	5.027.157,67
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	200370	*****	3.585.450,85	-	-
Recebidos	200336	200370	*****	3.585.450,85	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	200370	POLFE	-	-	8.685.928,45
Recebidos	200336	200370	POLFE	-	-	8.685.928,45
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	200370	POLFE	168.388,00	-	-
Recebidos	200336	200370	POLFE	168.388,00	-	-

FONTE: NEOF

A classificação institucional de todos os créditos recebidos pela UJ é 30108 – Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal.

#### QUADRO LXIV – QUADRO DE DETALHAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO POR PROGRAMA E PROJETO ATIVIDADE

Programa	Descrição	Projeto Atividade	Descrição	Valores R\$
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2000	Administração da Unidade	9.959.430,04

	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	129,60
2070	Segurança Pública com Cidadania	20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	3.086.899,40
	Segurança Pública com Cidadania	20UE	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal	16.947,85
	Segurança Pública com Cidadania	2586	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros	480.009,60
	Segurança Pública com Cidadania	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	2.744.216,96
	Segurança Pública com Cidadania	14WH	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização de Grandes Eventos (Extraordinário)	28.643,57
	Segurança Pública com Cidadania	7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização de Grandes Eventos	1.150.647,95
<b>TOTAL RECEBIDO PELA UJ</b>				<b>17.466.924,97</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### 4.1.3 Realização da Despesa

#### 4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

#### QUADRO LXV- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO- CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>11.866.991,28</b>	6.324.708,25	6.485.445,21	<b>6.324.708,25</b>
a)Convite	-	-	-	-
b)Tomada de Preços	-	-	-	-
c)Concorrência	-	-	-	-
d)Pregão	<b>11.866.991,28</b>	6.324.708,25	6.485.445,21	<b>6.324.708,25</b>
e)Concurso	-	-	-	-
f)Consulta	-	-	-	-
g)Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2.Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.356.566,92</b>	1.237.411,17	1.153.147,96	<b>1.237.411,17</b>
h)Dispensa	<b>1.186.837,09</b>	1.103.312,57	998.812,48	<b>1.103.312,57</b>
i)Inexigibilidade	<b>169.729,83</b>	134.098,60	154.335,48	<b>134.098,60</b>
<b>3.Regime de Execução Especial</b>	<b>259.802,18</b>	243.743,01	259.802,18	<b>243.743,01</b>
j)Suprimento de Fundos	<b>259.802,18</b>	243.743,01	259.802,18	<b>243.743,01</b>
<b>4.Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.983.564,59</b>	3.339.236,43	3.983.564,59	<b>3.339.236,43</b>
k)Pagamento em Folha	-	-	-	-
l)Diárias	<b>3.677.924,40</b>	3.339.236,43	3.677.924,40	<b>3.339.236,43</b>
<b>5.Outros</b>	<b>305.640,19</b>	229.154,85	305.640,19	<b>229.154,85</b>
<b>6.Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>17.466.924,97</b>	11.374.253,71	11.881.959,94	<b>11.374.253,71</b>

Fonte: SIAFI

\*O pagamento em Folha é realizado pela unidade Central e constará no RG do DPF

**4.1.3.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

**QUADRO LXVI– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Aux.Funeral Civil Inativo	-	16.285,61		16.285,61	-	-		16.285,61
Aux.Funeral Civil Ativo	-	11.879,08		11.879,08	-	-		11.879,08
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
-								
-								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
Diárias – Pessoa Civil	<b>3.677.924,40</b>	3.339.236,43	<b>3.677.924,40</b>	3.339.236,43	-	-	<b>3.677.924,40</b>	3.339.236,43
Locação de mão de obra	<b>4.772.026,81</b>	4.438.558,06	<b>4.197.972,38</b>	4.201.375,76	<b>574.054,43</b>	237.182,30	<b>4.197.972,38</b>	4.201.375,76
Outros Serviços de terceiros – PJ.	<b>2.900.388,99</b>	2.695.333,83	<b>2.191.393,33</b>	2.330.544,86	<b>708.995,66</b>	364.788,97	<b>2.124.239,45</b>	2.330.544,86
Demais elementos	<b>2.362.745,92</b>	1.733.273,38	<b>1.613.903,03</b>	1.467.040,57	<b>748.842,89</b>	266.232,81	<b>1.613.903,03</b>	1.467.040,57
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4 – Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Equipamento. e Material Permanente	<b>3.227.178,60</b>	199.117,55	<b>63.156,80</b>	7.891,40	<b>3.164.021,80</b>	191.226,15	<b>63.156,80</b>	7.891,40
Outros serviços de terceiros- P. J.	<b>509.712,40</b>	-	<b>137.610,00</b>	-	<b>372.102,40</b>	-	<b>137.610,00</b>	-
Demais elementos	<b>16.947,85</b>	-	-	-	<b>16.947,85</b>	-	-	-

Fonte: SIAFI

---

#### **4.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa**

---

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação, oriundos por descentralização da COF/DLOG/DPF, foram executados para o adimplemento das despesas correntes da SR/DPF/SC, referente a contratos de aquisição de materiais de consumo e de prestação de serviços, bem como para custear as despesas com passagens e diárias dos servidores em missão, e ainda para as aquisições de materiais permanentes que garantem a logística necessária para a eficiência da atividade finalística desta UJ, conforme detalhamento nas planilhas de controle do NEOF/SR/DPF/SC, constante do Anexo I deste RG.

Diante à descentralização dos recursos orçamentários, definidos por discricionariedade pela COF/DLOG/DPF, após a publicação da LOA em 2013, a SR/DPF/SC ajustou a Dotação Orçamentária aos contratos continuados, realizando os ajustes necessários, tramitando aditivos de supressão contratual em mais de 50% dos contratos de locação de mão de obra, resultando prejuízo para as atividades de apoio e mudança em planos de ação desta UJ no exercício de 2013.

Ressalta-se que fora informado pela unidade central que as restrições de recursos feitas pela COF/DLOG/DPF são proporcionais ao contingenciamento informados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e que a estimativa da cota orçamentária necessária para cada UJ é definida por estudo da execução do SIAFI, ou seja, dos valores empenhados e liquidados no SIAFI, ao final de cada exercício, visando assim, subsidiar o montante do DPF necessário para compor a LOA.

O plano de atuação da SR/DPF/SC para o exercício de 2013 foi traçado pelo Plano de Metas Anual – PMA 2013 SR/DPF/SC, consignando-se no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento- SIGPLAN os pedidos pertinentes.

O sistema E-Log é base de informação para a COF/DLOG/DPF nas análises de demandas orçamentárias. Nesse sistema constam todos os dados dos contratos continuados vigentes da UJ e o respectivo comprometimento da dotação orçamentária da unidade, por natureza de despesa, além dos montantes necessários para adimplir com as despesas contratadas desta UJ.

O atendimento das necessidades pontuais ao longo do exercício desta UJ é gerenciado pela racionalização dos gastos com contratos estimados (água, energia, abastecimento, manutenção) para ajuste da cota frente à consecução de ações emergenciais.

Contudo, as diretrizes do orçamento para o exercício de 2013 foram informadas em novembro de 2012, com dotações aquém das estimadas para atendimento das despesas correntes da Unidade. Mesmo assim, possibilitariam honrar com as repactuações e o incremento de cota para o restabelecimento do contrato de manutenção predial, que fora encerrado em 2010, atendendo contingenciamentos orçamentários impostos pelo decreto do Governo Federal.

No exercício de 2013, esta UJ por meio de reduções contratuais conseguiu manter o adimplemento dos pagamentos referente às despesas contratuais e viabilizar a continuidade do processo licitatório para a contratação da manutenção predial da Superintendência. No entanto, com a publicação do Decreto n.º 8.062, de 29/07/2013, e da Portaria n.º 268 – MPOG, de 30/07/2013, não foi possível a tramitação desse processo, em virtude dos limites de empenho impostos para esta natureza de despesa.

Neste mesmo sentido, a tramitação do processo licitatório da reforma da SR/DPF/SC, cujo edifício-sede encontra-se sem manutenção preventiva há pelo menos quatro anos, também restou



prejudicada com os referidos contingenciamentos orçamentários. A DEA/DLOG/DPF encaminhou ao Ministério de Justiça solicitação de autorização para a contratação, a qual foi autorizada somente no final do exercício, não restando tempo hábil para a conclusão do certame.

Finalizando, outro ponto que dificultou a mobilização do efetivo foram as restrições de teto orçamentário no sistema SCDP, mantidas pela COF/DLOG/DPF, em cumprimento à determinação de contingenciamento de recursos, imposta pelo Governo Federal, inviabilizando a operacionalização do sistema, tanto para compra de passagens quanto ao pagamento tempestivo de diárias de servidores em missão.

## 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

### QUADRO LXVII– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.059.430,23	650.341,39	409.088,84	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-

#### 4.2.1 Análise Crítica

A estratégia de pagamento dos restos a pagar (RAP) adotada pela SR/DPF/SC se manteve como as dos exercícios anteriores, qual seja a de acompanhar a execução dos contratos mensalmente, evitando morosidade na remessa da fatura conferida e atestada ao Núcleo Orçamentário e Financeiro – NEOF/SELOG/SR/DPF/SC da Unidade com o objetivo de reduzir as inscrições em restos a pagar.

A gestão orçamentária da SR/DPF/SC não sofreu impactos com o pagamento de RAP de exercícios anteriores, uma vez que a COF/DLOG/DPF liberou o recurso atendendo solicitação do SIAFI, sem impactar a cota orçamentária da Unidade, contudo houve impacto na liberação das cotas financeiras.

Não houve incidência de reinscrição de RAP na SR/DPF/SC, sendo liquidados no exercício seguinte. Não houve registro no SIAFI de valores referentes à RAP de exercícios anteriores a 2012 na SR/DPF/SC.

Em 2013 houve uma incidência maior de inscrição em RAP, em virtude da descentralização de recursos para investimento em equipamentos de informática no final do exercício financeiro com empenhos emitidos no início de dezembro, sem tempestividade para entrega do material e pagamento ainda naquele exercício

## 4.3 Transferências de Recursos

### QUADRO LXVIII– TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Valores em R\$ 1,00  
Posição: 31/12/2013

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE -									
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA									
CNPJ: 00.394.494/0039-09					UG/GESTÃO: 200370				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	08059.005461/2010-95	153163	169.000,00*	169.000,00	-	169.000,00	07/03/2012	07/03/2014	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Processo 08059.005461/2010-95

\*Transferência realizada pela Unidade Gestora (UG) Central 200337

#### QUADRO LXIX– QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
CNPJ: 00.394.494/0039-09			UG/GESTÃO: 200370		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	01	169.000,00	169.000,00	-	169.000,00
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>	01	169.000,00	169.000,00	-	169.000,00

Fonte: Quadro de Controle GAB/SR/DPF/SC - Processo 08059.005461/2010-95

#### 4.3.1 Análise Crítica

Trata-se de Termo de Cooperação Técnica firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina, no qual houve transferência de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) realizada pela Unidade Central – COF/DLOG/DPF, visando custear as despesas do curso de Mestrado profissional em Perícias Criminais Ambientais.

O prazo para prestação de contas deste termo foi prorrogado para o exercício de 2014, razão pela qual não houve prestação de contas no exercício de 2013.

#### 4.4 Suprimento de Fundos

##### 4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**QUADRO LXX - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	268	181.040,00	53	86.973,53	268.013,53
2012	-	-	280	148.006,00	77	98.189,45	246.195,45
2011	-	-	423	256.986,00	75	92.405,96	349.391,96

Fonte: SIAFI

##### 4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**QUADRO LXXI– DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Código da UG 1	200370	Limite de Utilização da UG	2.500.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alessandro Netto Vieira	046.771.036-82	25.000	10.460,00	-	10.460,00
Alex Becker Philippi	813.960.589-15	17.313	300,00	475,30	775,30
Alex Sandro Biegas	026.600.739-29	10.000	8.000,00	-	8.000,00
Alexandre Bacellar Raupp	482.637.610-34	17.653	6.710,00	-	6.710,00
Anderson Arias Moreira	001.493.117-61	57.112	8.744,00	10.622,87	19.366,87
Antonio Gabriel dos Santos Moreira	026.159.789-26	11.159	4.490,00	3.668,25	8.158,25
Augusto Alves Vieira de Lima	026.541.319-20	6.000	2.060,00	976,12	3.036,12
Carlos Alberto Ruschel Filho	548.454.759-87	61.763	20.000,00	478,30	20.478,30
Carlos Henrique Asato	544.031.381-87	16.000	11.900,00	-	11.900,00
Cristian Juliano Cardoso	747.037.229-68	9.370	3.770,00	4.795,95	8.565,95
Cristiano Sobrosa da Silva	975.382.720-20	14.598	2.350,00	8.305,77	10.655,77
Daniel Pereira de Oliveira	516.085.532-72	8.000	6.320,00	1.265,38	7.585,38
Daniel Teixeira Ferreira	518.989.690-00	28.950	2.170,00	1.986,94	4.156,94
Eduardo Ostwald Corbal	979.896.497-72	162.372	7.880,00	4.895,83	12.775,83
Jociane Guedes Martins	526.396.499-49	57.137	10.950,00	-	10.950,00

Jorge Mauricio Froeder	600.574.161-68	104.921	11.150,00	4.283,00	15.433,00
Julcinir Ireno Martins	415.870.309-34	45.324	6.300,00	23.037,81	29.337,81
Julio Cesar Sarneski	445.574.939-04	76.103	4.560,00	8.491,84	13.051,84
Marcos Henrique Taneda Parisotto Krummel	021.407.209-62	13.225	2.320,00	4.904,67	7.224,67
Osmar Rodrigues da Costa	828.277.709-97	38.286	3.330,00	3.817,42	7.147,42
Renato Rocha Prado	021.306.217-83	87.749	10.610,00	1.267,50	11.877,50
Ricardo José Kuerten Mendes	909.927.339-87	10.000	9.416,00	-	9.416,00
Roger Alves Barbosa	796.720.947-87	10.000	7.070,00	880,58	7.950,58
Vinicius Tadeu Correa	900.034.627-49	72.261	20.180,00	2.820,00	23.000,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			181.040,00	86.973,53	268.013,53
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			181.040,00	86.973,53	268.013,53

Fonte: SIAFI

#### 4.4.3 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

##### QUADRO LXXII- PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							<b>39</b>	<b>259.802,18</b>	<b>35</b>	<b>243.743,01</b>	<b>51</b>	<b>348.444,47</b>

Fonte: SIAFI e NEOF/SR/DPF/SC

#### 4.4.4 Análise Crítica

A SR/DPF/SC utiliza apenas a metodologia de pagamento de despesas por Cartão de Pagamento do Governo Federal, estando de acordo com a legislação vigente e com a Instrução Normativa nº 49/2011-DG/DPF, que regulamenta a matéria. Não há incidência de utilização de Suprimentos de Fundos de conta tipo “B”.

Os recursos são utilizados para custear as despesas de natureza emergenciais e indispensáveis para a execução das atividades do DPF em Santa Catarina, que não foram passíveis de previsão ou provimento ordinário.

-----  
Todas as recomendações normativas, bem como aquelas passadas pela CGU/SC, referente a Suprimento de Fundos, consignadas no Plano de Providências Permanente no exercício de 2011 foram observadas no exercício de 2012 e mantidas no exercício de 2013.

---

## **5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

---



---

### **5.1 Estrutura de pessoal da unidade**

---



---

#### **5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

---



---

##### **5.1.1.1 Lotação**

---

**QUADRO LXXIII- FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		443	10	02
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		443	10	02

Fonte: SISGER E SIAPE

---

##### **5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada**

---

**QUADRO LXXIV - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	01
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01

2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	02
4.2. Capacitação	05
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>09</b>

Fonte: SISGER

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

#### QUADRO LXXV - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	04	03	02
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	29	28		
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>03</b>	<b>02</b>

Fonte: SISGER

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO LXXVI- QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	11	175	147	74	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			04		
2.3. Funções Gratificadas			27		
<b>3. Totais (1+2)</b>	11	175	178	74	5

Fonte: SISGER

### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO LXXVII- QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	36	359		10	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções Gratificadas						27			
<b>3. Totais (1+2)</b>				2	36	390		10	5

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO LXXVIII- CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Servidores de Carreira que não ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	57.228.068,07	0	7.149.535,82	189.085,94	2.037.264,57	56.991.880,44	97.965,13	58.686,09	14.327,40	121.226.890,35
	2012	55.656.718,83	0	6.941.554,08	187.799,53	1.652.650,66	55.045.839,39	95.746,81	7.578,60	24.238,31	119.612.126,21
	2011	56.469.961,23	0	7.121.548,06	195.076,23	1.683.855,53	55.703.093,91	103.787,27	0	46.359,06	121.323.681,29
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	886.551,83	64.421,52	158.360,48	0	17.776,00	13.818,92		2.414,76	0	1.143.343,51
	2012	956.247,80	75.544,81	119.076,56	0	16.300,00	35.181,99		0	4.178,79	1.130.985,14
	2011	949.257,05	75.187,08	129.560,18	0	16.299,00	34.736,99		0	4.177,79	1.209.218,09
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	5.284.130,15	73.189,96	696.977,67	10.026,48	131.568,28	155.873,55	8.013,48	3.640,52	0	6.363.420,09
	2012	4.707.695,82	73.465,14	672.669,35	9.956,36	101.954,52	155.170,85	7.944,36	4.481,84	5.288,66	5.738.626,90
	2011	4.391.667,69	61.583,31	503.092,50	12.418,36	100.000,09	153.475,38	8.259,61	0	9.941,64	5.240.438,58

Fonte: SISGER



## 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO LXXIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO EM 31/12/2013

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária		12
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		04
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	242	16

Fonte: SISGER e SIAPE

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO LXXX- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA															
UG/Gestão: 200370					CNPJ: 00.394.494/0039-09										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	V	O	02/2011	05.497.780/0001-40	01/02/2011	31/01/2015	-	04	-	-	-	-	-	-	P

2012	L	O	06/2012	03.116.865/0001-06	01/04/2012	31/03/2015	-	-	-	11	-	-	P
2012	L	O	07/2012	03.767.254/0001-28	01/04/2012	31/03/2015	-	-	9	10	-	-	P
2012	L	O	10/2012	08.629.207/0001-31	01/06/2012	31/05/2015	-	-	23	18	-	-	P
2012	V	O	12/2012	05.449.286/0001-00	01/08/2012	30/09/2015	-	-	12	6	-	-	P
2012	V	O	13/2012	79.894.168/0001-48	01/08/2012	30/11/2015	-	-	3	3	-	-	P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gestão de Contratos

## 5.2.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

### QUADRO LXXXI- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 200370							CNPJ: 00.394.494/0039-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	7	O	22/2008	02.877.566/0001-21	01/01/2009	30/06/2014	-	-	-	07	-	-	P
2009	5	O	07/2009	78.533.312/0001-58	11/02/2009	31/12/2014	-	-	-	12	-	-	E
2009	5	O	08/2009	79.283.065/0001-41	10/02/2009	31/12/2013	-	-	-	28	-	-	E
2009	8	O	12/2009	02.290.779/0001-52	04/03/2010	03/03/2015	-	-	-	01	-	-	P
2010	5	O	15/2010	05.974.509/0001-59	01/01/2011	31/12/2014	-	-	04	03	-	-	P
2010	5	O	16/2010	78.533.312/0001-58	01/01/2011	31/12/2014	-	-	19	16	-	-	P
2010	12	O	17/2010	04.970.088/0001-25	01/01/2011	31/12/2014	-	-	09	08	-	-	P
2014	5	O	07/2013	03.360.551/0001-54	01/01/2014	31/08/2015	-	-	36	36	-	-	A
2014	5	O	07/2013	03.025.281/0001-25	01/01/2014	31/08/2015	-	-	20	04	-	-	A
2012	4	O	16/2012	05.600.954/0001-59	01/08/2012	31/07/2014	-	-	04	04	-	-	P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Área:				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
1. Segurança;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
2. Transportes;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
3. Informática;													
4. Copeiragem;													

- 5. Recepção;
- 6. Reprografia;
- 7. Telecomunicações;
- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo– Menores Aprendizes
- 12. Outras

Fonte: SISGER – Gestão Contratos

### 5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

#### QUADRO LXXXII- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	0	09	12	11	R\$45.257,33
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>					

Fonte: Planilha de Controle Interno / Repasse ao CIEE

## 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A utilização da frota de veículos desta SR/DPF/SC obedece ao disciplinado na Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, de 05/03/2009.

Para o gerenciamento e controles são utilizados sistemas informatizados, conferindo maior segurança e eficiência na gestão da frota. O resultado do controle é efetivo, pois permite avaliação do custo de manutenção e de abastecimento da frota, quilometragem percorrida, horários de saída e chegada de cada viatura, servidores que autorizam o deslocamentos e a identificação dos condutores, e programação de revisões e de troca de óleo.

O fornecimento do abastecimento e da manutenção da frota é terceirizado e o sistema de gerenciamento, empregando o uso de cartões, facilita a gestão por parte da Administração.

A frota de veículos da UJ é própria, composta por 43 viaturas ostensivas, 192 discretas e 15 embarcações, havendo a utilização de veículos apreendidos apenas em casos excepcionais, conforme previsão legal. O quadro contendo a especificação das viaturas encontra-se no Anexo II.

A idade média da frota é de seis anos. Visando melhor relação custo x benefício o Plano de Substituição da frota, bem como a especificação dos veículos a serem adquiridos, encontram-se a cargo da Unidade Central.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO LXXXIII- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF - SANTA CATARINA	Σ	Σ
	Dionísio Cerqueira	21	21
	Florianópolis	3	3
	Itajaí	1	1
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
<b>Total</b>		<b>27</b>	<b>27</b>

Fonte: SPIUnet

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO LXXXIV- DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200370	8097 00003.500-5	12	5	160.490,68	10/08/2012	1.389.266,78	9,52	2.009,70
200370	8105 00439.500-0	10	3	2.169.780,53	29/11/2013	2.908.089,53	-	-
200370	8105 00135.500-8	13	3	4.319.465,42	31/01/2014	10.230.559,54	4.341,89	209.724,46
200370	8105 00484.500-6	12	3	417.541,39	31/12/2013	474.251,61	-	-
200370	8161 00004.500-6	12	4	223.203,37	31/12/2013	820.686,90	4.973,08	6.066,75
200370	8179 00070.500-9	11	3	61.939.020,00	31/12/2013	849.707,01	3.471,66	3.459,72
200370	8183 00076.500-0	13	3	720.000,00	25/02/2014	1.352.196,06	775,30	1.299,00
<b>Total</b>							<b>230.064,33</b>	

Fonte: SPIUnet

**QUADRO LXXXV- DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

Situação	RIP *	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado **	Com Reformas	Com Manutenção
<b>Ocupados</b>							
	8097 00022.500-9	6	70.009,72	31/12/2013	86.378,48		
	809700013.500-0	4	25.140,00	31/12/2013	89.855,68		
<b>Vazios</b>							
	809700007.500-7	4	37.944,00	31/12/2013	133.466,13		
	809700008.500-2	4	37.497,60	31/12/2013	133.466,13		
	809700005500-6	4	29.015,00	31/12/2013	65.903,66		
	809700016.500-6	4	32.140,80	31/12/2013	73.000,97		
	809700017.500-1	4	6.696,00	31/12/2013	15.208,54		
	809700015.500-0	4	49.104,00	31/12/2013	111.529,27		
	8097 00020.500-8	6	68.683,40	31/12/2013	93.423,33		
	809700018.500-7	4	4.095,34	31/12/2013	9.804,28		
	809700014.500-5	4	44.753,20	31/12/2013	107.139,50		
	809700012.500-4	4	37.998,00	31/12/2013	90967,50		
	809700011.500-9	4	37.153,60	31/12/2013	88.946,00		
	809700009.500-8	4	48.553,00	31/12/2013	116.236,25		
	809700006.500-1	4	33.776,00	31/12/2013	133.466,13		
	8097 00021.500-3	6	24.140,00	31/12/2013	108.667,74		
	809700010.500-3	4	39.686,80	31/12/2013	95.008,59		
	8097 00023.500-4	6	72.483,20	27/03/2014	72.483,20		
	8097 00025.500-5	4	77.335,84	31/12/2013	141.905,07		
<b>Ocupados</b>							

Fonte: SPIUnet – SIAFI

### 6.2.3 Análise Crítica

A SR/DPF/SC possui sob sua responsabilidade 26 (vinte e SEIS) imóveis nos quais estão instalados: o edifício-sede da SR/DPF/SC e sedes de delegacias descentralizadas e casas funcionais na cidade de Dionísio Cerqueira. Já tramita um processo para devolução das casas funcionais ao Patrimônio da União em SC. As Delegacias de Polícia Federal em Chapecó/SC e Dionísio Cerqueira/SC ocupam prédios locados.

A gestão dos imobilizados encontra-se dificultada pelas restrições orçamentárias para custeio de despesas com manutenção de imóveis. As reformas dependem da descentralização de recursos pela unidade central, após avaliação de plano de obras e contemplação na LOA.

### 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

**QUADRO LXXXVI- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF - Santa Catarina	Σ	Σ
	Criciúma	1	1
	Chapecó	1	1
<b>Total Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SPIUnet

**6.3.1 Análise Crítica**

A UJ tem realizado gestões junto ao SPU e às Prefeituras dos respectivos municípios para obtenção em doação ou permuta de áreas para construção de sedes próprias. No município de Chapecó/SC, lei municipal já destinou área para futuras instalações de Delegacia, restando pendente as demais providências para incorporação, licitação e construção.

**7 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

**QUADRO LXXXVII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação					Providências Adotadas
	1	2	3	4	5	
<b>Licitações Sustentáveis</b>						
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações, que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X				Exigência de descarte adequado de lâmpadas e pilhas; utilização de material reciclado no transporte (caixa e plástico); produtos biodegradáveis na limpeza; descarte adequado de resíduos químicos, como óleo e material contaminado.
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X		

<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p>				X	<p>Inclusão de exigência de Certificado de Licenciamento Ambiental para serviços de oficina mecânica.</p>
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>		X			<p>Foram adquiridas lâmpadas fluorescentes, contudo está tramitando na comissão PLS estudo para aquisição de lâmpadas LED.</p>
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p>	X				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga</p>	X				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>	X				

9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.					X	
<b>Plano de Logística Sustentável 2013 – SR/DPF/SC em anexo.</b>						
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X	
Considerações Gerais: A equipe de compras da SR/DPF/SC está desmobilizada e atuam com base em equipe recrutada. No entanto está UJ está investindo em capacitação para formação de nova equipe.						
<b>LEGENDA</b>						
<b>Níveis de Avaliação:</b>						
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

Fonte: SELOG

## 7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

### QUADRO LXXXVIII- CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Coleta Seletiva Solidária	2008	Separação adequada dos Resíduos e a devida



			destinação; capacitação e conscientização em parceria com a COMCAP.			
Gespública	2010		Plano de Melhoria da Gestão com mobilização da força de trabalho.			
Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos	2008		Constituição de Comissão técnica; instalação de banco de capacitores; economia representativa em energia; metas para melhorias de eficiência energética			
Plano de Gestão de Logística Sustentável	2012		Planejamento e controle das metas de racionalização dos gastos			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	2080 resmas	1000 resmas	1500 resmas	16.723,20	8.040,00	13.650,00
<b>Água</b>	4913 m³	5810 m³	-	67.661,23	65.437,87	66.127,03
<b>Energia Elétrica</b>	2.396.952kwh	1.617.992 kwh	1.668.015 kwh	594.844,09	754.469,02	731.756,26
			<b>Total</b>	<b>652.975,52</b>	<b>827.946,89</b>	<b>811.533,29</b>

Fonte: SIAFI, E-Log e PLS

## 8 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 8.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 8.1.1 Deliberações do TCU atendidas pela UJ no exercício

O Tribunal de Contas da União endereçou ao Senhor Superintendente Regional de Polícia Federal em Santa Catarina, por meio da Tomada de Contas nº 043.850/2012-0, os seguintes apontamentos;

- falta de atualização das avaliações dos imóveis de uso especial no SPIUnet;
- falta de informações atualizadas sobre o inventário dos bens móveis a cargo da Unidade.

Cumprir informar que já consta no presente Relatório de Gestão as avaliações dos imóveis de uso especial no SPIUnet, em atendimento à Tomada de Contas supramencionada.

Com relação ao inventário de bens móveis a cargo da Unidade, o Senhor Superintendente Regional já constitui, por meio de Portaria, comissão para realizar o levantamento físico dos bens permanentes da SR/DPF/SC e de suas delegacias descentralizadas; atualizar o e-LOG, com base no levantamento físico; emitir os Termos de Responsabilidade e coletar as assinaturas dos responsáveis nos respectivos Termos. Ao final do exercício a Comissão já havia realizado os levantamentos, ficando para o início do exercício de 2014 a atualização do sistema e a regularização dos Termos de Responsabilidade.

---

---

## **8.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

---

---

---

---

### **8.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações**

---

---

A Unidade Jurisdicionada não dispõe de sistema informatizado para controle de entrega de declarações de Imposto de Renda e de Autorizações de Acesso aos dados.

O controle é realizado mediante utilização de uma planilha informatizada. Atualmente, todos os servidores obrigados procederam às devidas entregas.

Em nenhuma hipótese a Unidade Jurisdicionada acessa ou analisa dados constantes das declarações, bem como não acessa sistema que o permita.

Tais documentos são arquivados na respectiva pasta funcional de cada servidor.

---

---

### **8.2.2 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário**

---

---

Todas as condutas de servidores da Polícia Federal em Santa Catarina em que há dano ao erário são objeto de sindicância investigativa.

Os casos em que não houve o pagamento do dano por parte de servidor e/ou particular, em detrimento da União, foram encaminhados à Advocacia Geral da União para as medidas judiciais cabíveis.

**As tomadas de contas especiais não estão entre os processos administrativos disciplinares utilizados pela Corregedoria Regional em Santa Catarina, não havendo nenhum caso em 2013.**

Sindicâncias instauradas para apurar danos causados em viaturas policiais:

- a) Sindicância 01/2013 – DPF/LGE: não configurada conduta culposa ou dolosa de servidor. Dano decorrente do exercício regular da atividade policial;
- b) Sindicância 02/2013 – DPF/DCQ: em andamento, sem conclusão;
- c) Sindicância 01/2013 – DPF/CCM: dano ressarcido por seguradora particular de terceiro envolvido que foi culpado pelo acidente;
- d) Sindicância 02/2013 – DPF/IJI: configurada culpa exclusiva de particular. Autos enviados para a Advocacia Geral da União para cobrança judicial;
- e) Sindicância 05/2013 – SR/DPF/SC: configurada culpa exclusiva de particular. Autos enviados para a Advocacia Geral da União para cobrança judicial.

---

---

### 8.3 Alimentação SIASG E SICONV

---

---

#### DECLARAÇÃO

Eu, MIRIAN KRUSE DOS SANTOS, CPF nº 748.186.780-15, Escrivã de Polícia Federal, chefe do Setor de Administração e Logística da SR/DPF/SC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis/SC, 14 de março de 2014.



MIRIAN KRUSE DOS SANTOS  
CPF 748.186.780-15  
Escrivã de Polícia Federal  
SELOG/SR/SC

IMAGEM I- DECLARAÇÃO DA CHEFE DA SELOG

---

---

## **9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

---

---

---

---

### **9.1 Relacionamento com a sociedade**

---

---

Na área criminal, a Polícia Federal atua em regime de plantão 24 horas e 7 dias por semana, e encontra-se de prontidão para atender a população que se dirige às suas unidades. Além disso, disponibiliza o número 194 para receber as denúncias por telefone.

A denúncia é registrada em um sistema informatizado e gerenciado pela Corregedoria Regional do Estado de Santa Catarina, assim como os resultados das diligências.

A qualquer tempo é possível a geração de relatórios que ficam à disposição do Ministério Público Federal, responsável pelo controle externo das atividades de polícia judiciária do DPF.

Há que se destacar as atividades de polícia administrativa que refletem diretamente no relacionamento da Polícia Federal com a população e que foram fartamente demonstradas nos quadros dispostos neste relatório. Podendo-se destacar a emissão de documentos de viagem, de antecedentes criminais, carteira de identidade de estrangeiros, fiscalização de empresas de segurança privada e de produtos químicos, campanha de desarmamento, registro de armas, dentre outros.

Por fim, também é importante destacar o endereço eletrônico [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br), aonde a população pode se informar sobre concursos, notícias, histórico, organograma e toda a carta de serviços disponíveis.

---

---

## **10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

---

---

---

### **10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

---

---

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

A aplicabilidade da NBC T 16.10 está regular, quanto à avaliação e mensuração dos ativos desta UJ. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso

---

intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e

A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

---

---

## **10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

---

---

---

---

### **10.2.1 Declaração com Ressalva**

---

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E CONTABILIDADE



Memorando nº 31/2014 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 30 de janeiro de 2014.

Ao Senhor Ordenador de Despesas

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**

1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pela Unidade Gestora 200370 – Superintendência no Estado de Santa Catarina – SR/SC/DPF, sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a portaria TCU nº 175/2013 e deve **compor o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013**, conforme orienta a referida norma.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora.
4. A declaração foi emitida e assinada por profissional da Contabilidade devidamente credenciado na forma da lei, sendo esses os requisitos válidos para o documento que comporá o Relatório de Gestão.


Respeitosamente,

**GLADSTON GUIMARÃES NAVES**  
Chefe do Serviço de Contabilidade  
SECONT/COF/DLOG/DPF

**IMAGEM II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR – COM RESSALVA**



**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SR/DPF/SC			200370
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

**IMAGEM III – DECLARAÇÃO DO CONTADOR – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

---

## **11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

---

---

Para contextualizar os resultados apresentados no Relatório de Gestão da SR/DPF/SC, merece registro que foi realizada uma reorganização interna da UJ no exercício de 2013, visando adequar os perfis dos gestores e servidores às competências de cada Unidade e, a partir da qual, todas as Unidades passaram a apresentaram resultados operacionais mais expressivos.

Foram realizadas diversas reuniões presenciais e por meio de vídeo conferência, com a participação das Chefias, para tratar de planejamento e de dificuldades pontuais de cada Unidade, com a finalidade de identificar e solucionar eventuais problemas e estimular posturas proativas.

Especificadamente com relação aos Macroprocessos Finalísticos, foi conferida ênfase aos casos mais relevantes e, atendendo diretriz da Unidade Central, foram priorizadas investigações de desvios de recursos públicos, que culminaram em operação policial, deflagrada para o cumprimento de 23 mandados de condução coercitiva e 18 de busca e apreensão, que resultou na recuperação de ativos, inicialmente da ordem de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Sob outro aspecto importa consignar que ocorreu sensível incremento do recebimento de notícias crime, com ênfase à milhares de fraudes contra o INSS.

Ainda, considerando os contextos regionais as prioridades foram distintas, pois no norte do Estado e no litoral ocorre grande incidência de crimes envolvendo lavagem de dinheiro, no oeste catarinense mostra-se expressivo o tráfego internacional e, na Capital ocorre grande incidência de crimes envolvendo questões ambientais.

Com relação aos Macroprocessos de Apoio, com o propósito de garantir o atendimento dos requisitos legais e o cumprimento das orientações e determinações dos órgãos de controle e auditoria, foram designados responsáveis pelos serviços de controle interno da unidade; de gestão de contratos; de fiscalização de contratos; de análise documental e de gestão documental. Essas providências asseguraram elevados níveis de conformidade aos expedientes e processos administrativos e possibilitam ao Gestor tomar decisões amparadas em processos devidamente instruídos, evitando atos meramente discricionários, em respeito aos princípios gerais que regem a Administração Pública.

Também, com o objetivo de facilitar a comunicação na UJ e a transparência dos atos de gestão, foi adotada a prática de publicar na intranet todos os atos normativos, de gestão e, de atuação ou interesse do corpo funcional, bem como todas as mensagens circulares. No aspecto procedimental foram revisados alguns normativos, tendo como foco conferir celeridade, adequar procedimentos à real demanda, atender proposições do corpo funcional e otimizar o aproveitamento das equipes, visando a obtenção de resultados que possibilitem aumentar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados pela Polícia Federal no Estado de Santa Catarina.

Com relação ao provimento de materiais e equipamentos, atendendo a grandes demandas na UJ, foram ampliados os links transmissão de dados e realizadas aquisições de microcomputadores, monitores, impressoras e suprimentos de informática. Ainda, houve destinação de viaturas às unidades descentralizadas, que possibilitaram melhores condições ao trabalho investigativo.

Com relação aos recursos humanos, para diminuir os efeitos da carência de efetivo e possibilitar a obtenção dos resultados esperados nos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio da Polícia Federal, foram realizados estudos para otimizar a distribuição dos servidores que serão acrescidos aos quadros via concurso de remoção, priorizando as unidades com maiores necessidades, em face de potenciais aposentadorias e demais claros de lotação.



Finalizando, no final do ano, foram realizadas reuniões e videoconferências para tratar, do relatório de atividades e do plano de metas de cada unidade, com a participação de todas as chefias.

---

---

## 12 ANEXOS

---

---

### ANEXO I – Demonstrativos Contábeis

#### 1. Execução por elemento de Despesa

ND/SB	Executado	Liquidado	RAP
339008.03	11.459,50	11.459,50	-
339014.14	3.630.889,82	3.630.889,82	-
339014.16	47.034,58	47.034,58	-
339030.01	491.476,75	375.825,24	115.651,51
339030.03	25.269,03	25.269,03	-
339030.04	3.155,00	2.275,00	880,00
339030.07	39.916,20	21.319,00	18.597,20
339030.09	24,00	24,00	-
339030.10	682,70	682,70	-
339030.11	8,00	8,00	-
339030.15	600,00	600,00	-
339030.16	246.134,13	70.695,23	175.438,90
339030.17	90.587,84	27.679,34	62.908,50
339030.19	188,69	188,69	-
339030.20	3.076,00	3.076,00	-
339030.21	314,29	314,29	-
339030.22	553,60	553,60	-
339030.23	826,30	826,30	-
339030.24	37.557,26	37.557,26	-
339030.25	1.127,25	1.127,25	-
339030.26	39.068,51	9.831,01	29.237,50
339030.27	547,86	547,86	-
339030.28	17.545,15	1.609,65	15.935,50
339030.29	570,00	570,00	-
339030.30	185,00	185,00	-
339030.34	222.258,10	24.678,10	197.580,00
339030.35	11.701,68	4.270,00	7.431,68
339030.36	7.374,00	7.374,00	-
339030.39	280.996,47	230.996,47	50.000,00
339030.42	2.956,33	2.956,33	-
339030.44	45,00	45,00	-
339030.50	22.167,74	552,74	21.615,00
339030.52	2.706,12	2.706,12	-

339033.01	414.134,61	365.961,86	48.172,75
339033.02	25.006,95	25.006,95	-
339036.24	84.360,00	84.360,00	-
339037.01	2.471.337,49	2.146.273,04	325.064,45
339037.02	1.291.786,75	1.162.085,09	129.701,66
339037.03	894.354,41	784.611,77	109.742,64
339037.05	114.548,16	105.002,48	9.545,68
339039.05	9.190,00	2.890,00	6.300,00
339039.10	387.842,40	369.647,28	18.195,12
339039.12	416,66	416,66	-
339039.16	142.848,97	132.662,37	10.186,60
339039.17	26.274,97	13.741,97	12.533,00
339039.19	147.288,13	122.288,13	25.000,00
339039.20	135.945,00	41.270,00	94.675,00
339039.28	67.548,75	-	67.548,75
339039.36	3.040,18	3.040,18	-
339039.39	372,15	372,15	-
339039.41	954,06	954,06	-
339039.42	3.961,00	3.961,00	-
339039.43	612.016,26	535.516,26	76.500,00
339039.44	59.830,10	59.830,10	-
339039.47	79.840,18	69.840,18	10.000,00
339039.48	750,00	750,00	-
339039.51	7.842,50	7.842,50	-
339039.57	594.890,50	594.890,50	-
339039.58	411.509,14	90.989,52	320.519,62
339039.59	1.837,00	1.837,00	-
339039.63	626,60	626,60	-
339039.65	3.283,64	2.646,04	637,60
339039.69	27.306,50	27.306,50	-
339039.74	28.344,00	28.344,00	-
339039.79	143.829,95	77.163,31	66.666,64
339039.97	2.800,35	2.567,02	233,33
339047.02	16.219,41	16.219,41	-
339047.10	594,59	594,59	-
339092.08	2.162,44	2.162,44	-
339092.14	163,18	163,18	-
339092.39	19.311,21	19.311,21	-
339092.47	609,05	609,05	-
339093.01	15.472,75	15.472,75	-
339093.02	11.669,27	11.669,27	-
339093.09	193.565,71	193.565,71	-
339139.47	11.291,67	5.897,32	5.394,35
339192.39	7.106,58	7.106,58	-
449039.93	509.712,40	137.610,00	372.102,40

449051.91	16.947,85	-	16.947,85
449052.36	49.400,00	-	49.400,00
449052.04	1.594,00	1.594,00	-
449052.08	83.500,00	-	83.500,00
449052.12	6.848,00	-	6.848,00
449052.30	36.877,70	24.768,00	12.109,70
449052.33	18.810,00	-	18.810,00
449052.35	3.011.703,40	25.894,80	2.985.808,60
449052.42	18.445,50	10.900,00	7.545,50
Total	17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03

## 2. Totalização por Grupo

ND/SB	Executado	Liquidado	RAP
Pessoal	-	-	-
Despesas Correntes	13.713.086,12	11.681.193,14	2.031.892,98
Investimento	3.753.838,85	200.766,80	3.553.072,05
Total	17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03

## 3. Movimentação das Contas - RAP 2012 Executado 2013

Conta	Descrição	200370
19511.00.00	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	1.059.430,23
29511.03.00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	650.341,39
19514.02.00	OUTROS CANC. DE RP	409.088,84
	Saldo	-

## 4. Execução por Programa de Governo

Programa	Executado	Liquidado	RAP
2112	9.959.559,64	7.780.513,46	2.179.046,18
2070	7.507.365,33	4.101.446,48	3.405.918,85
Total	17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03

**5. Execução de Despesa por Função e Subfunção**

Função	Subfunção	Executado	Liquidado	RAP
06 - Segur. Pública	122 - Administração Geral	9.959.430,04	7.780.383,86	2.179.046,18
06 - Segur. Pública	181 - Policiamento	6.328.073,81	2.922.154,96	3.405.918,85
06 - Segur. Pública	183 - Informação e Inteligência	1.179.291,52	1.179.291,52	-
06 - Segur. Pública	365 - Educação Infantil	129,60	129,60	-
Total		17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADO	RAP
200370	17.466.924,97	2112	9.959.559,64	339008	11.459,50	339008.03	11.459,50	-
				339014	173.304,41	339014.14	173.304,41	-
				339030	1.403.282,81	339030.01	288.237,43	115.651,51
						339030.03	29,39	-
						339030.04	1.765,00	880,00
						339030.07	20.389,00	18.597,20
						339030.10	682,70	-
						339030.11	8,00	-
						339030.16	68.485,11	175.438,90
						339030.17	26.128,65	62.908,50
						339030.19	186,20	-
						339030.20	2.900,00	-
						339030.21	199,99	-
						339030.22	553,60	-
						339030.24	35.127,21	-
339030.25	670,00	-						
339030.26	6.999,12	29.237,50						
339030.28	218,00	15.935,50						

					339030.30	185,00	-
					339030.34	12.780,00	197.580,00
					339030.35	4.000,00	7.431,68
					339030.36	7.374,00	-
					339030.39	230.996,47	50.000,00
					339030.42	47,15	-
					339030.44	45,00	-
					339030.50	-	21.615,00
			339033	332.021,60	339033.01	258.841,90	48.172,75
					339033.02	25.006,95	-
			339037	4.772.026,81	339037.01	2.146.273,04	325.064,45
					339037.02	1.162.085,09	129.701,66
					339037.03	784.611,77	109.742,64
					339037.05	105.002,48	9.545,68
			339039	2.833.723,83	339039.05	2.890,00	6.300,00
					339039.10	369.647,28	18.195,12
					339039.16	129.692,37	10.186,60
					339039.17	10.596,97	12.533,00
					339039.19	113.153,13	25.000,00
					339039.20	6.870,00	94.675,00
					339039.28	-	67.548,75
					339039.36	3.040,18	-
					339039.39	372,15	-
					339039.41	54,06	-
					339039.43	535.516,26	76.500,00
					339039.44	59.830,10	-
					339039.47	69.840,18	10.000,00
					339039.48	750,00	-
					339039.57	594.890,50	-
					339039.58	90.989,52	320.519,62

					339039.59	12,00	-
					339039.63	256,60	-
					339039.65	2.646,04	637,60
					339039.69	27.306,50	-
					339039.74	26.644,00	-
					339039.79	77.163,31	66.666,64
					339039.97	2.567,02	233,33
			339139	11.291,67	339139.47	5.897,32	5.394,35
			339047	16.814,00	339047.02	16.219,41	-
					339047.10	594,59	-
			339092	22.082,70	339092.08	2.162,44	-
					339092.39	19.311,21	-
					339092.47	609,05	-
			339192	7.106,58	339192.39	7.106,58	-
			339093	208.057,73	339093.01	2.822,75	-
					339093.02	11.669,27	-
					339093.09	193.565,71	-
			449039	7.840,00	449039.93	7.840,00	-
			449052	160.548,00	449052.08	-	83.500,00
					449052.12	-	6.848,00
					449052.30	-	4.759,70
					449052.35	2.494,80	-
					449052.36	-	49.400,00
					449052.42	10.900,00	2.645,50
	2070	7.507.365,33	339014	3.504.619,99	339014.14	3.457.585,41	-
					339014.16	47.034,58	-
			339030	146.336,19	339030.01	87.587,81	-
					339030.03	25.239,64	-
					339030.04	510,00	-

					339030.07	930,00	-
					339030.09	24,00	-
					339030.15	600,00	-
					339030.16	2.210,12	-
					339030.17	1.550,69	-
					339030.19	2,49	-
					339030.20	176,00	-
					339030.21	114,30	-
					339030.23	826,30	-
					339030.24	2.430,05	-
					339030.25	457,25	-
					339030.26	2.831,89	-
					339030.27	547,86	-
					339030.28	1.391,65	-
					339030.29	570,00	-
					339030.34	11.898,10	-
					339030.35	270,00	-
					339030.42	2.909,18	-
					339030.50	552,74	-
					339030.52	2.706,12	-
			339033	107.119,96	339033.01	107.119,96	-
			339036	84.360,00	339036.24	84.360,00	-
			339039	66.665,16	339039.12	416,66	-
					339039.16	2.970,00	-
					339039.17	3.145,00	-
					339039.19	9.135,00	-
					339039.20	34.400,00	-
					339039.41	900,00	-
					339039.42	3.961,00	-
					339039.51	7.842,50	-

						339039.59	1.825,00	-
						339039.63	370,00	-
						339039.74	1.700,00	-
				339092	163,18	339092.14	163,18	-
				339093	12.650,00	339093.01	12.650,00	-
				449039	501.872,40	449039.93	129.770,00	372.102,40
				449051	16.947,85	449051.91	-	16.947,85
				449052	3.066.630,60	449052.04	1.594,00	-
						449052.30	24.768,00	7.350,00
						449052.33	-	18.810,00
						449052.35	23.400,00	2.985.808,60
						449052.42	-	4.900,00
TOTAIS	17.466.924,97		17.466.924,97		17.466.924,97		11.881.959,94	5.584.965,03
CÓPIA	17.466.924,97		17.466.924,97		17.466.924,97		11.881.959,94	5.584.965,03

Programa	Descrição	Projeto Ativi.	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2000	Administração da Unidade	064043/063858/064045/064049/ 064032
2070	Segurança Pública com Cidadania	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	064041/064044/064048/064054/ 064058/064059/068611/074168/ 074436/071197/074390

UG	EXECUTADO	PROGRAMA	PROJ/ATIV	EXECUTADO	ND	EXECUTADO	ND+SB	LIQUIDADO	RAP
200370	17.466.924,97	2112	2000	9.959.430,04	339008	11.459,50	339008.03	11.459,50	-
					339014	173.304,41	339014.14	173.304,41	



				339030	1.403.282,81	339030.01	288.237,43	115.651,51
						339030.03	29,39	-
						339030.04	1.765,00	880,00
						339030.07	20.389,00	18.597,20
						339030.10	682,70	-
						339030.11	8,00	-
						339030.16	68.485,11	175.438,90
						339030.17	26.128,65	62.908,50
						339030.19	186,20	-
						339030.20	2.900,00	-
						339030.21	199,99	-
						339030.22	553,60	-
						339030.24	35.127,21	-
						339030.25	670,00	-
						339030.26	6.999,12	29.237,50
						339030.28	218,00	15.935,50
						339030.30	185,00	-
						339030.34	12.780,00	197.580,00
						339030.35	4.000,00	7.431,68
						339030.36	7.374,00	-
						339030.39	230.996,47	50.000,00
						339030.42	47,15	-
						339030.44	45,00	-
						339030.50	-	21.615,00
				339033	332.021,60	339033.01	258.841,90	48.172,75
						339033.02	25.006,95	-
				339037	4.772.026,81	339037.01	2.146.273,04	325.064,45
						339037.02	1.162.085,09	129.701,66
						339037.03	784.611,77	109.742,64
						339037.05	105.002,48	9.545,68

			339039	2.833.723,83	339039.05	2.890,00	6.300,00
					339039.10	369.647,28	18.195,12
					339039.16	129.692,37	10.186,60
					339039.17	10.596,97	12.533,00
					339039.19	113.153,13	25.000,00
					339039.20	6.870,00	94.675,00
					339039.28	-	67.548,75
					339039.36	3.040,18	-
					339039.39	372,15	-
					339039.41	54,06	-
					339039.43	535.516,26	76.500,00
					339039.44	59.830,10	-
					339039.47	69.840,18	10.000,00
					339039.48	750,00	-
					339039.57	594.890,50	-
					339039.58	90.989,52	320.519,62
					339039.59	12,00	-
					339039.63	256,60	-
					339039.65	2.646,04	637,60
					339039.69	27.306,50	-
					339039.74	26.644,00	-
					339039.79	77.163,31	66.666,64
					339039.97	2.567,02	233,33
			339139	11.291,67	339139.47	5.897,32	5.394,35
			339047	16.814,00	339047.02	16.219,41	-
					339047.10	594,59	-
			339092	21.953,10	339092.08	2.032,84	-
					339092.39	19.311,21	-
					339092.47	609,05	-
			339192	7.106,58	339192.39	7.106,58	-

				339093	208.057,73	339093.01	2.822,75	-
						339093.02	11.669,27	-
						339093.09	193.565,71	-
				449039	7.840,00	449039.93	7.840,00	-
				449052	160.548,00	449052.08	-	83.500,00
						449052.12	-	6.848,00
						449052.30	-	4.759,70
						449052.35	2.494,80	-
						449052.36	-	49.400,00
						449052.42	10.900,00	2.645,50
		2010	129,60	339092	129,60	339092.08	129,60	-
	2070	20IC	3.086.899,40	449039	501.872,40	449039.93	129.770,00	372.102,40
				449052	2.585.027,00	449052.30	24.768,00	7.350,00
						449052.33	-	18.810,00
						449052.35	23.400,00	2.505.799,00
						449052.42	-	4.900,00
		20UE	16.947,85	449051	16.947,85	449051.91	-	16.947,85
		2586	480.009,60	449052	480.009,60	449052.35	-	480.009,60
		2726	2.744.216,96	339014	2.461.092,00	339014.14	2.414.057,42	-
						339014.16	47.034,58	-
				339030	130.342,62	339030.01	71.594,24	-
						339030.03	25.239,64	-
						339030.04	510,00	-
						339030.07	930,00	-
						339030.09	24,00	-
						339030.15	600,00	-
						339030.16	2.210,12	-
						339030.17	1.550,69	-
						339030.19	2,49	-

						339030.20	176,00	-	
						339030.21	114,30	-	
						339030.23	826,30	-	
						339030.24	2.430,05	-	
						339030.25	457,25	-	
						339030.26	2.831,89	-	
						339030.27	547,86	-	
						339030.28	1.391,65	-	
						339030.29	570,00	-	
						339030.34	11.898,10	-	
						339030.35	270,00	-	
						339030.42	2.909,18	-	
						339030.50	552,74	-	
						339030.52	2.706,12	-	
					339036	84.360,00	339036.24	84.360,00	-
					339039	66.665,16	339039.12	416,66	-
							339039.16	2.970,00	-
							339039.17	3.145,00	-
							339039.19	9.135,00	-
							339039.20	34.400,00	-
							339039.41	900,00	-
							339039.42	3.961,00	-
							339039.51	7.842,50	-
							339039.59	1.825,00	-
							339039.63	370,00	-
							339039.74	1.700,00	-
					339092	163,18	339092.14	163,18	-
					449052	1.594,00	449052.04	1.594,00	-
			14WH	28.643,57	339030	15.993,57	339030.01	15.993,57	-
					339093	12.650,00	339093.01	12.650,00	-

			7U23	1.150.647,95	339014	1.043.527,99	339014.14	1.043.527,99	-
					339033	107.119,96	339033.01	107.119,96	-
TOTAIS	17.466.924,97			17.466.924,97		17.466.924,97		11.881.959,94	5.584.965,03
CÓPIA	17.466.924,97			17.466.924,97		17.466.924,97		11.881.959,94	5.584.965,03

Programa	Descrição	Projeto Ativi.	Descrição	PTRES
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2000	Administração da Unidade	064043/063858/064045/064049
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	064032
2070	Segurança Pública com Cidadania	20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	074436
2070	Segurança Pública com Cidadania	20UE	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal	064059
2070	Segurança Pública com Cidadania	2586	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros	064041
2070	Segurança Pública com Cidadania	2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	064044/064048/064054/064058
2070	Segurança Pública com Cidadania	14WH	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização de Grandes Eventos (Extraord)	068611/074168
2070	Segurança Pública com Cidadania	7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização de Grandes Eventos	071197/074390

Modalidade	Total	Liquidado 2013	RAP
Dispensa de Licitação	1.186.837,09	998.812,48	188.024,61
Licitação Inexigível	169.729,83	154.335,48	15.394,35
Não Aplicável	3.983.564,59	3.983.564,59	-
Suprimento de Fundos	259.802,18	259.802,18	-
Pregão	11.866.991,28	6.485.445,21	5.381.546,07
Total	17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03

5516267,75

RAP em  
Liquidação

---

Modalidade	Número da NE	Credor	ND	Valor	Liquidado 2013	Inscrito RAP
Dispensa de Licitação	800015	OI S.A	339039	100.324,85	33.658,21	66.666,64
	800016	CELESC	339039	402.894,92	352.894,92	50.000,00
	800017	CELESC	339039	58.133,56	51.633,56	6.500,00
	800018	CELESC	339039	33.481,94	29.481,94	4.000,00
	800019	CELESC	339039	29.875,13	25.875,13	4.000,00
	800020	CELESC	339039	28.143,75	24.143,75	4.000,00
	800021	CELESC	339039	30.278,89	26.278,89	4.000,00
	800022	CELESC	339039	31.806,38	27.806,38	4.000,00
	800030	DUDA MOVEIS	339039	176.331,66	176.331,66	-
	800034	IMOBILIARIA MARKIZE	339039	211.510,74	193.315,62	18.195,12
	800243	AJL ENGENHARIA LTDA	339039	2.890,00	2.890,00	-
	800320	PROMACENTER	339039	5.510,17	5.510,17	-
	800327	OXIGENIO	339030	1.500,00	1.500,00	-
	800353	MENNO A. GRAFICAS	339030	420,00	420,00	-
	800378	CARIMBOS CENTER	339030	7.200,00	7.200,00	-
	800408	BALANTEC LTDA ME	449052	1.594,00	1.594,00	-
	800411	SR/DPF/SC	449052	700,00	700,00	-
	800426	GAYER MED	339030	4.254,00	4.254,00	-
	800429	SR/DPF/SC	449052	1.794,80	1.794,80	-
	800430	SR/DPF/SC	339030	3.120,00	3.120,00	-
	800540	CR INSTALADORA	339039	1.627,65	1.627,65	-
	800546	DATAVX	449039	7.840,00	7.840,00	-
	800586	CR INSTALADORA	339039	1.870,00	1.870,00	-
	800621	DISTR. POLAR LTDA	339030	2.625,00	2.625,00	-
	800622	DISK AGUA CHAPECI	339030	1.450,00	-	1.450,00

	800623	VIDA E SAUDE DISTRI	339030	1.378,00	1.378,00	-
	800624	MARLI GIRARDI	339030	1.500,00	1.500,00	-
	800625	CR INSTALADORA	339039	875,00	-	875,00
	800655	MLJ COMERCIO.	339030	2.900,00	2.900,00	-
	800657	L&L DISTRIBUIDORA	449052	1.090,00	-	1.090,00
	800658	WIGGERS LTDA	339039	7.500,00	7.500,00	-
	800659	MEDEIROS ASSOCIADOS	339039	6.300,00	-	6.300,00
	800725	MD9 COMERCIAL	339030	1.168,80	1.168,80	-
	800807	ANJO SERVICOS DE LI	449051	16.947,85	-	16.947,85
Licitação Inexigível	800027	AGUAS DE JOINVILLE	339039	4.882,07	4.882,07	-
	800028	CASAN	339039	52.448,03	52.448,03	-
	800031	EMP. BRAS. CORREIOS	339039	79.979,00	69.979,00	10.000,00
	800043	SEMASA/ITAJAI	339039	1.742,37	1.742,37	-
	800044	SEMASA/LAGES	339039	827,89	827,89	-
	800058	FUNIN	339139	6.645,67	3.522,92	3.122,75
	800059	EBC	339139	4.646,00	2.374,40	2.271,60
	800276	INTECH BOATING	339030	12.780,00	12.780,00	-
	800277	INTECH BOATING	339039	3.200,00	3.200,00	-
	800413	KAPPEL	339039	750,00	750,00	-
	800414	HEXIS CIENTIFICA SA	339039	1.828,80	1.828,80	-
Não Aplicável	000001	NAZARENO KOCHÉ	339093	5.760,00	5.760,00	-
	000006	PMFLORIANOPOLIS	339047	15.736,64	15.736,64	-
	000007	MOACIR CRUZ	339093	120,00	120,00	-
	000008	FATMA	339047	64,81	64,81	-
	000010	JULIA SILVA	339093	47,92	47,92	-
	000011	JULIA SILVA	339093	17,50	17,50	-
	000012	ADEMAR STOCKER	339093	74,25	74,25	-
	000017	JOSE MARINS	339092	163,18	163,18	-

	000020	SEGURADORA LIDER	339092	100,78	100,78	-
	000021	SEGURADORA LIDER	339039	105,25	105,25	-
	000023	GERSON MULLER	339093	36,00	36,00	-
	000026	CONEVILLE	339047	482,77	482,77	-
	000033	MAURICIO GOSSLING	339093	20.684,81	20.684,81	-
	000034	ELIANE OPPA	339008	3.784,04	3.784,04	-
	000040	SR/DPF/SC	339014	838.177,93	838.177,93	-
	000047	ACCEL TRANSPORTES	339093	485,30	485,30	-
	000048	SEGURADORA LIDER	339039	26.559,93	26.559,93	-
	000049	GERMANO MIRANDA	339093	20.929,80	20.929,80	-
	000050	DETRAN/DF	339047	462,69	462,69	-
	000051	ROBERTO CORDEIRO	339093	20.684,81	20.684,81	-
	000055	DETRAN/DF	339092	609,05	609,05	-
	000056	SEGURADORA LIDER	339092	622,68	622,68	-
	000057	ACCEL TRANSPORTES	339093	269,30	269,30	-
	000058	IMOBILIARIA MARKIZE	339093	3.597,94	3.597,94	-
	000059	MAURICIO ROCHA ME	339093	12.650,00	12.650,00	-
	000061	SR/DPF/SC	339014	204.757,22	204.757,22	-
	000062	ELIANE LIBERATO	339008	3.619,81	3.619,81	-
	000063	SEGURADORA LIDER	339039	215,21	215,21	-
	000064	FABIO MERTENS	339093	20.684,81	20.684,81	-
	000065	ACCEL TRANSPORTES	339093	627,00	627,00	-
	000066	LINA ORIHUELA	339093	18,00	18,00	-
	000072	CONRADO DUARTE	339093	83,06	83,06	-
	000073	EMP. BRAS. CORREIOS	339092	166,85	166,85	-
	000074	IGOR HEIDRICH	339093	49,30	49,30	-
	000078	MARIO SEMPRINE	339093	41.369,62	41.369,62	-
	000079	SR/DPF/SC	339014	374.398,94	374.398,94	-
	000080	SR/DPF/SC	339014	6.640,85	6.640,85	-



	000085	OI S.A	339092	1.853,86	1.853,86	-
	000086	OI S.A	339092	8.293,83	8.293,83	-
	000087	JOSE JUNIOR	339093	18.373,32	18.373,32	-
	000088	JEAN LIMA	339092	523,65	523,65	-
	000090	OI S.A	339092	196,25	196,25	-
	000109	PEDRO MENDONCA	339093	20.684,81	20.684,81	-
	000116	OI S.A	339092	1.017,24	1.017,24	-
	000117	OI S.A	339092	6.752,50	6.752,50	-
	000118	SR/DPF/SC	339014	29.642,78	29.642,78	-
	000119	SR/DPF/SC	339014	18.010,35	18.010,35	-
	000120	SR/DPF/SC	339014	10.855,59	10.855,59	-
	000125	FUNIN	339192	6.802,88	6.802,88	-
	000127	RENATO TEIVE	339092	492,77	492,77	-
	000129	ROMAO TRAUZYNSKI	339092	492,77	492,77	-
	000130	FERNANDA GUITER	339008	4.055,65	4.055,65	-
	000131	ADEMAR STOCKER	339093	20.733,41	20.733,41	-
	000132	CAU	339047	67,09	67,09	-
	000133	SEGURADORA LIDER	339039	426,11	426,11	-
	000135	ADALBERTO JUNIOR	339093	615,30	615,30	-
	000138	SEGURADORA LIDER	339092	307,22	307,22	-
	000144	EDNALDO SILVA	339093	1.250,00	1.250,00	-
	000145	FUNIN	339192	303,70	303,70	-
	000147	ACCEL TRANSPORTES	339093	536,65	536,65	-
	000148	ACCEL TRANSPORTES	339093	226,90	226,90	-
	000149	ACCEL TRANSPORTES	339093	509,00	509,00	-
	000154	SR/DPF/SC	339014	592,84	592,84	-
	000156	MARCOS KRUMMEL	339093	120,00	120,00	-
	000163	DONIZETE FONSEC	339093	9.468,92	9.468,92	-
	000166	LUCIANO RAIZER	339092	523,65	523,65	-

	000179	ALEX PHILIPPI	339092	129,60	129,60	-
	400351	SR/DPF/SC	339014	10.252,48	10.252,48	-
	400363	SR/DPF/SC	339014	1.846.513,13	1.846.513,13	-
	400374	SR/DPF/SC	339014	303,14	303,14	-
	400702	SR/DPF/SC	339014	114.795,69	114.795,69	-
	450313	SR/DPF/SC	339014	222.983,46	222.983,46	-
Suprimento de Fundos	800088	SR/DPF/SC	339039	1.365,00	1.365,00	-
	800089	SR/DPF/SC	339030	3.943,00	3.943,00	-
	800090	SR/DPF/SC	339039	3.950,00	3.950,00	-
	800091	SR/DPF/SC	339030	3.000,00	3.000,00	-
	800092	SR/DPF/SC	339039	3.800,00	3.800,00	-
	800093	SR/DPF/SC	339030	2.000,00	2.000,00	-
	800094	SR/DPF/SC	339039	2.000,00	2.000,00	-
	800095	SR/DPF/SC	339030	2.118,37	2.118,37	-
	800096	SR/DPF/SC	339039	640,00	640,00	-
	800097	SR/DPF/SC	339030	9.998,80	9.998,80	-
	800098	SR/DPF/SC	339039	4.910,00	4.910,00	-
	800125	SR/DPF/SC	339030	9.994,24	9.994,24	-
	800126	SR/DPF/SC	339039	3.350,00	3.350,00	-
	800198	SR/DPF/SC	339036	12.000,00	12.000,00	-
	800220	SR/DPF/SC	339030	1.043,25	1.043,25	-
	800221	SR/DPF/SC	339039	4.000,00	4.000,00	-
	800223	JULIO SARNESKI	339030	2.958,45	2.958,45	-
	800224	JULIO SARNESKI	339039	3.220,10	3.220,10	-
	800231	CRISTIANO SILVA	339030	4.998,28	4.998,28	-
	800232	CRISTIANO SILVA	339039	465,00	465,00	-
	800250	SR/DPF/SC	339030	3.627,37	3.627,37	-
	800251	SR/DPF/SC	339039	3.671,00	3.671,00	-

	800252	SR/DPF/SC	339030	1.796,94	1.796,94	-
	800253	SR/DPF/SC	339039	2.180,00	2.180,00	-
	800261	MARCOS KRUMMEL	339030	2.201,23	2.201,23	-
	800262	MARCOS KRUMMEL	339039	628,50	628,50	-
	800288	SR/DPF/SC	339030	15.993,57	15.993,57	-
	800295	SR/DPF/SC	339039	7.540,00	7.540,00	-
	800322	ALEX PHILIPPI	339039	300,00	300,00	-
	800323	ALEX PHILIPPI	339030	475,30	475,30	-
	800355	SR/DPF/SC	339039	6.771,50	6.771,50	-
	800382	SR/DPF/SC	339036	10.000,00	10.000,00	-
	800383	SR/DPF/SC	339039	460,00	460,00	-
	800386	SR/DPF/SC	339030	4.000,00	4.000,00	-
	800387	SR/DPF/SC	339039	4.000,00	4.000,00	-
	800388	SR/DPF/SC	339030	2.998,07	2.998,07	-
	800389	SR/DPF/SC	339039	2.966,66	2.966,66	-
	800409	CRISTIANO SILVA	339030	2.897,94	2.897,94	-
	800410	CRISTIANO SILVA	339039	2.208,56	2.208,56	-
	800489	JULIO SARNESKI	339030	3.787,67	3.787,67	-
	800490	JULIO SARNESKI	339039	3.085,62	3.085,62	-
	800491	CRISTIAN CARDOSO	339030	3.904,17	3.904,17	-
	800492	CRISTIAN CARDOSO	339039	3.352,00	3.352,00	-
	800529	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
	800530	SR/DPF/SC	339039	1.416,00	1.416,00	-
	800544	MARCOS KRUMMEL	339030	2.998,58	2.998,58	-
	800545	MARCOS KRUMMEL	339039	953,00	953,00	-
	800547	SR/DPF/SC	339030	1.267,50	1.267,50	-
	800548	SR/DPF/SC	339036	10.000,00	10.000,00	-
	800549	SR/DPF/SC	339039	610,00	610,00	-
	800574	SR/DPF/SC	339036	11.900,00	11.900,00	-

	800577	SR/DPF/SC	339036	10.000,00	10.000,00	-
	800578	SR/DPF/SC	339039	950,00	950,00	-
	800587	SR/DPF/SC	339030	478,30	478,30	-
	800588	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
	800590	SR/DPF/SC	339030	1.791,42	1.791,42	-
	800591	SR/DPF/SC	339039	1.500,00	1.500,00	-
	800630	SR/DPF/SC	339030	2.331,47	2.331,47	-
	800631	SR/DPF/SC	339039	2.060,00	2.060,00	-
	800640	SR/DPF/SC	339030	3.000,00	3.000,00	-
	800641	SR/DPF/SC	339039	8.000,00	8.000,00	-
	800735	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
	800738	SR/DPF/SC	339030	960,32	960,32	-
	800739	SR/DPF/SC	339036	6.000,00	6.000,00	-
	800740	SR/DPF/SC	339039	985,00	985,00	-
Pregão	800001	DF TURISMO E REPRES	339033	174.233,96	174.233,96	-
	800002	ACCEL TRANSPORTES	339039	26.404,00	26.404,00	-
	800003	ACN SERVIÇOS	339037	97.848,96	89.694,88	8.154,08
	800004	ADSERVIG	339037	166.907,97	152.743,15	14.164,82
	800005	A S MANUTENCAO	339030	29.237,84	29.237,84	-
	800006	A S MANUTENCAO	339039	109.063,20	99.974,60	9.088,60
	800007	AGILE	339037	309.243,45	262.881,47	46.361,98
	800008	ATRATIVA	339037	445.258,38	407.625,04	37.633,34
	800009	OI MOVEL S.A.	339039	2.805,39	2.572,06	233,33
	800010	OI S.A	339039	12.916,80	11,04	12.905,76
	800011	OI S.A	339039	71.333,28	20.001,28	51.332,00
	800012	OI S.A	339039	60.000,00	17.654,74	42.345,26
	800013	OI S.A	339039	58.396,04	14.722,47	43.673,57
	800014	OI S.A	339039	148.222,64	19.657,75	128.564,89
	800023	CIEE-SC	339039	3.283,64	2.646,04	637,60

	800024	CLARO S.A.	339039	17.721,23	15.221,23	2.500,00
	800025	CONSESC ELEVADORES	339030	402,00	402,00	-
	800026	CONSESC ELEVADORES	339039	13.176,00	12.078,00	1.098,00
	800029	DATAVX	339039	43.830,00	43.830,00	-
	800032	IBROWSE	339039	198.890,50	198.890,50	-
	800033	IBROWSE	339039	396.000,00	396.000,00	-
	800035	ORBENK	339037	414.080,16	345.066,80	69.013,36
	800036	ORBENK	339037	780.872,37	584.447,49	196.424,88
	800037	ORIENTAL EXPRESS LT	339037	114.548,16	105.002,48	9.545,68
	800038	PLANSERVICE S/C LTD	339037	251.226,96	230.291,38	20.935,58
	800039	PLANSUL PLAN.CON S L	339037	509.751,00	509.751,00	-
	800040	PLANSUL PLAN.CON S L	339037	417.558,04	387.021,49	30.536,55
	800042	RECRUTARE	339037	537.284,92	491.578,58	45.706,34
	800045	SUL BRASIL	339037	526.148,97	447.346,60	78.802,37
	800049	TRIVALE ADM. LTDA	339030	4.049,85	4.049,85	-
	800052	TRIVALE ADM. LTDA	339030	138.931,74	77.024,01	61.907,73
	800053	TRIANGULO	339037	201.297,47	184.522,02	16.775,45
	800099	TRIVALE ADM. LTDA	339030	276.946,62	226.946,62	50.000,00
	800106	TRIVALE ADM. LTDA	339039	138.073,13	113.073,13	25.000,00
	800218	TRIVALE ADM. LTDA	339030	200.471,11	200.471,11	-
	800294	DF TURISMO E REPRES	339033	92.512,29	92.512,29	-
	800296	TRIVALE ADM. LTDA	339030	15.993,57	15.993,57	-
	800343	DF TURISMO E REPRES	339033	14.607,67	14.607,67	-
	800360	OI S.A	339039	23.169,99	-	23.169,99
	800400	EMBRATEL	339039	20.024,16	3.996,01	16.028,15
	800420	TEDESCO TURISMO	339030	52.247,50	6.097,62	46.149,88
	800421	INTERSAMA	339030	10.548,00	3.860,10	6.687,90
	800423	CANEDO	339030	1.450,00	544,00	906,00
	800433	TRIVALE ADM. LTDA	339030	60.000,00	60.000,00	-

	800478	APOLO	339033	157.787,64	109.614,89	48.172,75
	800499	PLANETA	339030	11.700,00	2.152,80	9.547,20
	800500	ALEXSANDRO AVILA	339030	4.560,00	-	4.560,00
	800501	ALEXSANDRO AVILA	339030	3.040,00	-	3.040,00
	800506	WINDGRAF	339030	2.880,00	2.880,00	-
	800507	MICROSENS LTDA.	339030	8.896,00	8.896,00	-
	800508	BROTHERS LTDA ME	339030	244,99	244,99	-
	800509	SEVENTEC	339030	1.776,00	1.776,00	-
	800510	NP DE OLIVEIRA LTDA	339030	4.719,84	-	4.719,84
	800511	ZIUL COMERCIO	339030	626,00	626,00	-
	800512	JF COM.DE CARTUCHOS	339030	6.800,66	6.800,66	-
	800537	QUALITY ALIMENTOS	339030	9.350,00	9.350,00	-
	800551	LICITAL	339030	2.980,00	2.980,00	-
	800620	BRUKER DO BRASIL CO	449052	83.500,00	-	83.500,00
	800635	GGL IND.MOVEIS LTDA	449052	10.900,00	10.900,00	-
	800661	DATAVX	339039	12.533,00	-	12.533,00
	800662	SOVEREIGN COMERCIO	339030	4.000,00	4.000,00	-
	800663	HEXIS CIENTIFICA SA	339030	7.431,68	-	7.431,68
	800664	TEEVO	449052	23.400,00	23.400,00	-
	800665	NETSUL	449052	74.400,00	-	74.400,00
	800676	POSITIVO INFORMATIC	449052	134.320,00	-	134.320,00
	800679	IBG-IND.BRAS.GASES	339030	880,00	-	880,00
	800686	POSITIVO INFORMATIC	449052	282.625,00	-	282.625,00
	800687	WORLD DIGITAL	449052	13.260,00	-	13.260,00
	800688	SMS TECNOLOGIA ELET	449052	2.500,00	-	2.500,00
	800689	MARUMBI TECNOLOGIA	449052	94.430,00	-	94.430,00
	800694	J. R. ASTEM	339039	89.850,00	-	89.850,00
	800695	J. R. ASTEM	339030	164.280,00	-	164.280,00
	800696	ARDIGO & CIA	339039	3.950,00	-	3.950,00

	800697	ARDIGO & CIA	339030	33.300,00	-	33.300,00
	800698	VERT SOLUCOES	449039	137.458,00	112.170,00	25.288,00
	800699	GL ELETRO	449052	24.768,00	24.768,00	-
	800701	GREENGO IT SERVICES	449039	346.814,40	-	346.814,40
	800703	GREENGO IT SERVICES	339039	67.548,75	-	67.548,75
	800704	TEEVO	449052	62.986,00	-	62.986,00
	800706	BEVARE	339030	29.237,50	-	29.237,50
	800709	INDUSTRIA LF	339030	5.890,00	-	5.890,00
	800711	FABESUL	339030	57.110,00	53.400,00	3.710,00
	800712	HS_COMÉRCIO	339030	12.420,00	-	12.420,00
	800713	INFORGERAIS	339030	3.104,80	-	3.104,80
	800714	SHOW DAS BANDEIRAS	339030	21.615,00	-	21.615,00
	800715	J.C.T. MONTEIRO	339030	33.262,00	-	33.262,00
	800716	J.F. DISTRIBUIDORA	339030	655,00	-	655,00
	800717	J. P. CAVEDON	339030	47.557,10	-	47.557,10
	800718	LAZARO JOSE	339030	3.200,00	3.200,00	-
	800719	OLITHIER	339030	1.434,50	-	1.434,50
	800720	PERFIL GRAFICA	339030	40.800,00	-	40.800,00
	800722	PERI MAT.ESCRIT.	339030	21.290,00	-	21.290,00
	800724	SALENAS LTDA	339030	6.750,00	-	6.750,00
	800726	PIVA & KANOMATA	339030	14.501,00	-	14.501,00
	800727	WINDGRAF	339030	9.120,00	-	9.120,00
	800729	JF COM.DE CARTUCHOS	339030	6.522,42	-	6.522,42
	800730	SEVENTEC	339030	4.884,00	-	4.884,00
	800731	BROTHERS LTDA ME	339030	489,98	-	489,98
	800732	NP DE OLIVEIRA LTDA	339030	15.600,00	-	15.600,00
	800737	NP DE OLIVEIRA LTDA	339030	9.079,36	-	9.079,36
	800742	AZ METAL	449052	4.900,00	-	4.900,00
	800743	RWX COMERCIO	339030	11.046,00	-	11.046,00

	800744	YDENNEK SOLUÇÕES TE	449052	61.850,00	-	61.850,00
	800745	ACM	449039	17.600,00	17.600,00	-
	800746	CONVERGENCIA INFORM	449052	18.810,00	-	18.810,00
	800752	BELTIS	339030	1.446,90	-	1.446,90
	800753	AZ METAL	449052	7.350,00	-	7.350,00
	800756	LETICIA MULLER - ME	449052	2.645,50	-	2.645,50
	800757	W.J. COMERCIO DE	449052	4.548,00	-	4.548,00
	800759	VIPBRAZIL	449052	19.000,00	-	19.000,00
	800760	DIEGO RODRIGUES	449052	3.669,70	-	3.669,70
	800762	SULMATEL - COMERCIO	449052	2.300,00	-	2.300,00
	800763	VIPBRAZIL	449052	30.400,00	-	30.400,00
	800836	VISION-BOX	449052	30.880,00	-	30.880,00
	800838	POSITIVO INFORMATIC	449052	113.880,00	-	113.880,00
	800840	VISION-BOX	449052	259.350,00	-	259.350,00
	800842	3M DO BRASIL LTDA	449052	75.899,60	-	75.899,60
	800845	LENOVO TECNOLOGIA (	449052	1.779.428,00	-	1.779.428,00
Total				17.466.924,97	11.881.959,94	5.584.965,03



ANEXO II – ROL DE VIATURAS DA SR/DPF/SC

ROL DE VIATURAS E EMBARCAÇÕES – POLÍCIA FEDERAL/SC					
Fabricante	Modelo	Comb	Ano	Cor	UF
FIAT	GRAND SIENA 1.6	FLEX	2013	CINZA	CCM
FIAT	PALIO	GAS	2000	PRATA	CCM
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	CINZA	CCM
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETA	CCM
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	CCM
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	CCM
HONDA	BROS 150	GAS	2007	VERMELHA	CCM
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	CCM
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	CINZA	CCM
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	PRETA	CCM
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2005	PRATA	CCM
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2012	OSTENSIVO	CCM
NISSAN	FRONTIER	DIES	2005	PRETA	CCM
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRATA	CCM
VW	GOL	GAS	1997	BRANCA	CCM
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	PRATA	CCM
VW	POLO	GAS	2003	PRETA	CCM
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	CINZA	CCM
FIAT	FIORINO	GAS	1996	BRANCA	DCQ
FIAT	FIORINO	GAS	1996		DCQ
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	PRATA	DCQ
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	DCQ
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	DCQ
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2009	PRETO	DCQ
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	DCQ
GM	MERIVA	FLEX	2005	PRETA	DCQ
GM	MONTANA CONQUEST	FLEX	2005	VERDE	DCQ
GM	VECTRA	FLEX	2010	PRATA	DCQ
HONDA	STRADA	GAS	1997	VERMELHA	DCQ
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	CINZA	DCQ
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	PRATA	DCQ
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	DCQ
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	DCQ
MITSUBISHI	L – 200 GL	DIES	2011	PRATA	DCQ
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2013	OSTENSIVO	DCQ
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2012	OSTENSIVO	DCQ
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRATA	DCQ
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	PRATA	DCQ
VW	GOLF	FLEX	2008	PRETA	DCQ
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	PRATA	DCQ
AUDI	A4 1.8T	GAS	2003	BRANCA	IJI
CITROEN	C 3	FLEX	2007	PRATA	IJI
FIAT	DOBLO	GAS	2004	OSTENSIVO	IJI
FIAT	PALIO	FLEX	2009	PRETA	IJI
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	PRETA	IJI
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	IJI
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	CINZA	IJI
FORD	ECOSPORT XLS 1.6	FLEX	2007	PRATA	IJI
FORD	FIESTA	FLEX	2005	PRATA	IJI
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	IJI
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	IJI
FORD	KA	GAS	2002	PRATA	IJI
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	PRETA	IJI
GM	ASTRA SEDAN CONFORT	GAS	2004	PRATA	IJI
GM	ASTRA SEDAN CONFORT	GAS	2004	PRATA	IJI

GM	ASTRA SUNNY	GAS	2002	PRATA	IJI
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	IJI
GM	MONTANA	FLEX	2008	VERMELHA	IJI
HONDA	BIZ 125	GAS	2006	PRETA	IJI
HONDA	CBX 200	GAS	1997	ROXA	IJI
HONDA	CIVIC	GAS	2007	BRANCA	IJI
HONDA	TWISTER	GAS	2004	PRETA	IJI
HONDA	XR 200R	GAS	1997	BRANCA	IJI
MERCEDES	SPRINTER	DIES	1997	BRANCA	IJI
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	IJI
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	IJI
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	VERMELHA	IJI
MITSUBISHI	PAJERO	DIES	2007	PRETA	IJI
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2002	VERMELHA	IJI
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2012	OSTENSIVO	IJI
NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	OSTENSIVO	IJI
NISSAN	X – TERRA	DIES	2005	OSTENSIVO	IJI
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	CINZA	IJI
RENAULT	LAGUNA	GAS	2001	AZUL	IJI
RENAULT	MEGANE	GAS	2007	AZUL	IJI
RENAULT	MEGANE	GAS	2001	AZUL	IJI
RENAULT	MEGANE	GAS	2004	PRATA	IJI
RENAULT	MEGANE	GAS	2004	PRATA	IJI
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRETA	IJI
TOYOTA	HILUX	DIES	2007	PRETA	IJI
VW	GOL	FLEX	2009	PRATA	IJI
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	CINZA	IJI
VW	GOLF	GAS	2002	PRETA	IJI
VW	SANTANA	GAS	1997	VERDE	IJI
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	PRETA	IJI
YAMAHA	XTZ 125	GAS	2008	PRETA	IJI
FIAT	PALIO	FLEX	2007	CINZA	JVE
FIAT	PALIO	GAS	2000	VERMELHA	JVE
FIAT	PALIO	GAS	2000	BRANCA	JVE
FIAT	PALIO FIRE ECONOMY	FLEX	2010	CINZA	JVE
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	CINZA	JVE
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	JVE
FIAT	SIENA	FLEX	2004	AZUL	JVE
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	PRATA	JVE
FIAT	UNO VIVACE 1.0	FLEX	2012	BRANCA	JVE
FORD	F 250	DIES	2003	PRETA	JVE
FORD	FIESTA	FLEX	2012	APREE	JVE
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETA	JVE
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	JVE
FORD	FOCUS 2L FC FLEX	FLEX	2011	PRETA	JVE
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2007	PRETA	JVE
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	PRATA	JVE
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	JVE
GM	CORSA	GAS	2005	PRATA	JVE
GM	CORSA	GAS	2005	OSTENSIVO	JVE
GM	PRISMA	FLEX	2007	PRATA	JVE
GM	ZAFIRA	GAS	2001	PRETA	JVE
HONDA	XR 200 R	GAS	1997	BRANCA	JVE
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	JVE
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2013	OSTENSIVO	JVE
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2012	OSTENSIVO	JVE
NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	PRETA	JVE
NISSAN	FRONTIER	DIES	2005	OSTENSIVO	JVE

NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	PRATA	JVE
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	PRATA	JVE
RENAULT	CLIO CAMPUS 1.0 16V	FLEX	2011	VERMELHA	JVE
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	CINZA	JVE
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	CINZA	JVE
VW	GOLF 1.6 SPORTLINE	FLEX	2008	PRATA	JVE
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	CINZA	JVE
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	CINZA	LGE
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	LGE
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	CINZA	LGE
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	LGE
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	LGE
GM	ASTRA	GAS	1999	AZUL	LGE
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	CINZA	LGE
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	LGE
GM	VECTRA	GAS	2001	CINZA	LGE
HONDA	XR 200R	GAS	1997	VERMELHA	LGE
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	LGE
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	PRATA	LGE
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIE	2012	OSTENSIVO	LGE
NISSAN	FRONTIER	DIES	2005	CINZA	LGE
NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	PRATA	LGE
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRETA	LGE
VW	GOL	FLEX	2006	CINZA	LGE
VW	GOL	GAS	1997	BRANCA	LGE
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	CINZA	LGE
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	CINZA	LGE
FIAT	DOBLO	FLEX	2010	BRANCA	SR
FIAT	DOBLO	GAS	2004	BRANCA	SR
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	PRETA	SR
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	SR
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	SR
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	SR
FIAT	SIENA	FLEX	2004	VERMELHA	SR
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	AZUL	SR
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	CINZA	SR
FORD	CARGO 614	DIES	1997	BRANCA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	ATHENAS	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETA	SR
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRETO	SR
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	SR
FORD	FOCUS 2.0L	FLEX	2013	OSTENSIVO	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	PRETA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	VERMELHA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	PRATA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2009	PRATA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2009	PRETA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2009	PRETA	SR
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2009	PRATA	SR
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	SR
GM	CELTA	FLEX	2007	PRATA	SR
GM	CORSA	GAS	2005	OSTENSIVO	SR
GM	CORSA	GAS	2005	PRETA	SR
GM	CORSA	GAS	2005	OSTENSIVA	SR

GM	SILVERADO	DIES	2000	AZUL	SR
HONDA	BIZ 125	GAS	2007	AMARELA	SR
HONDA	CIVIC	FLEX	2009	CINZA	SR
HONDA	CIVIC LXS	FLEX	2008	BRANCA	SR
HONDA	TWISTER	GAS	2005	VERMELHA	SR
JEEP	CHEROKEE	GAS	2000	AZUL	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	PRATA	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	CINZA	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	VERMELHA	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	VERDE	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	VERDE	SR
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	CINZA	SR
MITSUBISHI	L 200 GL	DIES	2011	PRATA	SR
MITSUBISHI	L 200 GL	DIES	2011	PRETA	SR
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2013	OSTENSIVO	SR
MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIES	2012	OSTENSIVO	SR
NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	PRATA	SR
NISSAN	FRONTIER	DIES	2004	PRETA	SR
REANULT	MEGANE	GAS	2001	BRANCA	SR
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	PRATA	SR
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	PRATA	SR
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	BEGE	SR
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	BEGE	SR
RENAULT	CLIO	FLEX	2004	AZUL	SR
RENAULT	MASTER	DIES	2009	BRANCA	SR
RENAULT	MEGANE	GAS	2008	PRETA	SR
RENAULT	MEGANE	GAS	2001	PRATA	SR
RENAULT	SCENIC	GAS	2002	PRATA	SR
SUNDOWN	WEB	GAS	2006	PRETA	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRETO	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRATA	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	BEGE	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	BEGE	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	CINZA	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	OSTENSIVO	SR
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	OSTENSIVO	SR
TOYOTA	COROLLA	GAS	2004	PRETO	SR
VW	BORA	GAS	2006	PRATA	SR
VW	GOL	GAS	2002	PRETA	SR
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	PRETA	SR
VW	GOLF	FLEX	2009	BRANCA	SR
VW	POLO	GAS	2003	BRANCA	SR
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FLEX	2012	PRETA	SR
YAMAHA	XT 225	GAS	2003	DOURADA	SR
FIAT	PALIO	GAS	2000	BRANCA	XAP
FIAT	PALIO	GAS	2000	CINZA	XAP
FIAT	PALIO WEEK TREKKING	FLEX	2012	PRATA	XAP
FIAT	SIENA	FLEX	2004	CINZA	XAP
FIAT	SIENA 1.6	FLEX	2013	CINZA	XAP
FORD	FOCUS	GAS	2009	PRATA	XAP
GM	ASTRA SEDAN ADV 2.0	FLEX	2008	PRETA	XAP
GM	BLAZER	GAS	2000	OSTENSIVO	XAP
HONDA	XR 200R	GAS	1997	BRANCA	XAP
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2009	OSTENSIVO	XAP
MITSUBISHI	L – 200	DIES	1997	BRANCA	XAP
MITSUBISHI	L – 200	DIES	2008	PRATA	XAP

---

MITSUBISHI	PAJERO DAKAR D	DIE	2012	OSTENSIVO	XAP
NISSAN	FRONTIER	DIES	2005	PRETA	XAP
TOYOTA	COROLLA	FLEX	2009	PRETA	XAP
VW	GOL 1.6	FLEX	2012	CINZA	XAP
VW	POLO	GAS	2004	PRETA	XAP
VW	SAVEIRO 1.6 CS	FELX	2012	CINZA	XAP
<b>TOTAL</b>					235